

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de dezoito de dezembro de dois mil e dezoito

Aos dezoito dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Acho que temos quórum para iniciar, apesar de faltar ainda muita gente. Marcar isto para as nove e meia da manhã, já estou a ver que é um bocadinho cedo. Esta gente não está habituada a madrugar. Mas, hoje, a ordem de trabalhos é muito grande e tinha que ser e vou já avisando que às cinco horas, impreterivelmente, a Assembleia termina. Por isso, quem falou, falou. Quem não falou, falasse. Porque desde as nove e meia da manhã temos tempo suficiente. Ora bem, como sabem, esta vai ser a primeira Assembleia com o novo regimento que foi aprovado na última Assembleia. Fizemos a alteração do programa informático e espero que tudo corra bem. Já foi testado e em princípio está a funcionar, mas se houver alguma coisa, algum acerto, peço, desde já, desculpa e vamos acertando. E aproveito também, já agora, para fazer um agradecimento público aqui ao Professor José Quitério, do IPG, que fez a alteração informática de uma forma graciosa e, portanto, acho que nos fica bem agradecer essa dádiva, se é que devemos chamar dádiva, mas pelo menos essa atenção do Professor. Queria dizer também que a Câmara Municipal irá oferecer o almoço, tal como foi comunicado aos senhores Deputados. Fazemos uma interrupção por volta da uma e meia, não pode ser antes porque antes irão almoçar os funcionários e, portanto, faremos a interrupção para o almoço por volta da uma e meia. Aproveito para convidar os técnicos da Câmara que estão presentes e a comunicação social para se juntarem a nós no almoço, se assim o entenderem e se quiserem. Só duas chamadas de atenção, também muito rápidas, relativamente ao novo regimento. Eu sei que é novo embora não tenha nenhuma alteração significativa relativamente àquilo que já existia mas, chamava atenção, para o cumprimento dos prazos que estão previstos no regimento, para a entrega da documentação. Peço-vos, por favor, que tenham algum cuidado nisso para depois não andarmos com pedidos para aceitar alguma documentação que foi entregue fora de prazo. Só também uma nota muito, muito breve, relativamente à alteração significativa deste regimento que tem a ver com o Período Antes da Ordem do Dia e o Período da Ordem do Dia. Parece que isso ficou assim um bocadinho confuso. Mas, dizer-vos que o Período Antes da Ordem do Dia mantém exatamente a mesma estrutura e a mesma sequência que estava do anterior regimento. A única coisa que que alterou foi o tempo, porque passou a estar limitado aos sessenta minutos que é aquilo que o regimento jurídico prevê. O regimento jurídico só prevê, no máximo, até sessenta minutos para o Período Antes da Ordem do Dia e foi isso que nós fizemos. Portanto, os assuntos a tratar no Período Antes da Ordem do Dia são todos os que se tratavam antes, de acordo com esta grelha que está publicada, em anexo, também ao regimento. Quanto a notas, penso que está tudo. Muito bem. Então, passaríamos agora a dar conhecimento das substituições para a Sessão de hoje. Ora, do Grupo Municipal do PSD, falta Luis António do Couto Paula e é substituído por António Júlio Aguiar e Silva de Basto Cardoso; falta também António Júlio da Fonseca Santos Fernandes e é substituído por Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves; falta o Mário Nuno Ribeiro Sucena e é substituído por João Manuel Costa do Rosário Bandurra; falta o Diogo Maria de Correia Isidro e é substituído por António José Jorge Terras. Do Grupo Municipal do PS, falta José Alberto Vargues Pires que é substituído por Teresa Cristina Gomes Martins e Freitas da Silva; falta Hugo Ferreira de Carvalho que é substituído por Emanuel de Almeida Proença Barata. Do

Grupo Municipal do CDS/PP, falta a Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva e é substituída por José Carlos Breia Lopes. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves e é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes. Passaríamos, agora, à aprovação da ata da última Assembleia de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito.” -----

-----**Resultado da votação da ata do dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e dezoito.**-----

- Aprovada, por maioria, cinquenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos agora à apresentação das Moções, das Propostas e das Recomendações do Período Antes da Ordem do Dia. Temos, então, um Voto de Louvor do PSD. Quem apresenta? Senhor Deputado João Prata, faça favor.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, (PSD):** “Bom dia senhora Presidente, bom dia a todos os presentes e, desde já, os votos antecipados de Boas Festas e um Bom Natal para todos, às vossas famílias particularmente e para a nossa cidade também. Já agora, senhora Presidente, é só para ler o Voto de Louvor, não é? Só para ler? Ok. A cidade da Guarda receberá, orgulhosamente, a trigésima primeira Cimeira Ibérica que juntará, em junho de 2019, os Governos de Portugal e Espanha para discussão de assuntos de interesse comum e promoção de projetos de cooperação transfronteiriça. É com satisfação que saudamos a iniciativa do Município da Guarda de ter proposto ao Governo Português que a Guarda pudesse acolher este importante encontro bilateral e também com satisfação que registamos o acolhimento da iniciativa e a decisão do Governo de realizar a cimeira na nossa cidade, sede de Concelho e Distrito. A Guarda tem um lastro histórico importante nas relações entre os dois Países que devemos valorizar. Desde o encontro de 1976, que juntou os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois Países na nossa cidade e de onde nasceu o que ficou designado de espírito da Guarda, o qual traduziu um espírito de concórdia, de entendimento, de amizade, de compreensão mútua e de cooperação e que assinalou o reatar das relações diplomáticas e de Estado entre os dois Países depois de um período conturbado. Já deste século se assinalam outras iniciativas de pendor transfronteiriço que têm reforçado e afirmado os laços existentes com a criação do Centro de Estudos Ibéricos e da Feira Ibérica do Turismo que continuam a fazer da Guarda uma cidade ímpar no domínio das relações que se estabelecem entre ambos os Países. Pelo exposto, a Assembleia municipal da Guarda congratula-se com a realização da Cimeira Ibérica de 2019 no Concelho da Guarda, acreditando que a mesma será um marco positivo para a cidade, permitindo afirmar a sua capitalidade no contexto regional e a sua atratividade e centralidade no contexto ibérico. O grupo parlamentar do PSD. Depois a discussão será posterior. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este Voto de Louvor? Não? Passamos então à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e três votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Temos agora uma Moção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Incentivos à Natalidade. Quem apresenta? Senhora Deputada Paulisa, faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa D’Assunção, (PS):** “Antes de mais, apresento os mais respeitosos cumprimentos à Exma. Senhora Presidente e à Mesa da Assembleia, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhores Vereadores, Presidentes de Junta, aos senhores

Deputados, à Comunicação Social e em geral aos cidadãos do nosso Concelho. O baixo índice de natalidade tem estado na ordem do dia, devido aos dados preocupantes que apontam Portugal como um dos países da Europa com a taxa de natalidade mais baixa. Este é um problema transversal a todo o País e tem sido uma das preocupações que tem exigido atenção do Poder Central nos últimos anos, tendo trazido a debates inúmeras propostas na Assembleia da Republica a fim de fazer face a esta situação cada vez mais alarmante. Ora, este tema ganha relevo sobretudo na nossa região, onde a diminuição da população, a par do seu envelhecimento, acaba por agravar o problema e por esse motivo verifica-se que os Municípios com as taxas de natalidade mais baixa em Portugal, estão todos localizados no Interior do País. Urge então tomar medidas com vista a inverter os baixos níveis de natalidade e cabe também ao poder local, mormente desta região, combater o problema de forma estratégica acionando medidas a curto, médio e longo prazo, suscetíveis de fomentar a natalidade, facultando apoios, sobretudo de ordem económica, às pessoas que querendo ter filhos, ou mais filhos, não os têm unicamente devido à falta de condições económicas. Esse conjunto de medidas poderá consistir, nomeadamente, em apoiar os pais que demonstrem ter baixo rendimentos, nos custos com a creche, infantário ou ATL. A implementação desta medida tem uma dupla vantagem, apoio aos pais carenciados e cria novos empregos nesse setor. Outra medida que se preconiza é o apoio à habitação dessas famílias carenciadas, através de subsídios de renda. Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária de dezoito de dezembro de dois mil e dezoito, nos termos do artigo 25º, n.º 2, alínea j) e k) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, delibera: instar à Câmara Municipal da Guarda a implementar medidas no sentido de incentivar a natalidade, designadamente através das medidas aqui propugnadas e divulgá-las junto da comunidade, nomeadamente através dos meios de comunicação social e ainda nos locais de prestação de cuidados de saúde, escolas, creches, infantários e ATL's, de modo a dar conhecimento dessas medidas à população alvo. Em segundo lugar, delibera remeter esta Moção ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, para sua execução. Muito obrigada." ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhora Deputada. Alguém pretende intervir? Senhor Presidente, faz favor." -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** "Muito bom dia senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. Eu sei que tenho que ser apressado porque eu queria falar só no fim de todas as Moções. Mas acho que, de facto, a importância do tema me leva a isto e eu, por muito que a senhora Deputada não acredite, eu não faço ideia do que é que a Bancada do PSD vai fazer, eu só sei que, se estivesse ali, votaria contra. Mas é exigida uma explicação da minha parte. Votaria contra ao conteúdo da Moção, sempre a favor da questão que está aqui. Ora, não se resolve o problema do aumento da natalidade criando emprego nas creches, nem apenas ajudar aos pais mais vulneráveis. Isso é uma coisa demasiado populista, como agora é moda dizer-se. Minhas amigas e meus amigos não é assim. Todos nós estamos muito empenhados em alterar a pirâmide, muito empenhados, mas desgraçado do Presidente da Câmara, seja de que Bancada for, não tem a menor capacidade. Se quiserem que eu dê cheques natal, cheque às crianças, incentivos à procriação. Isso não é nada. Isso não é nada. O que é verdadeiramente, é que sustentar uma política nacional de natalidade, em particular para os territórios de baixa densidade e dizer às mães que têm mais tempo por serem mães, porque podem trabalhar menos, mais aos pais também. Inserir isto na política da demografia. Agora, estarmos aqui a dizer: olhe, tome lá Senhor Presidente da Câmara, dê lá isso e dê lá aquilo. Todos temos a noção que se nós dermos mais rendimento... nós já o fazemos, os senhores vão votar aqui uma questão do IMI aos casais com mais filhos. Nós já o fazemos na parte económica. De modo que é apenas o meu sangue a pulsar, a minha convicção, para lhe dizer que respeitarei, obviamente, a votação.

Não cumprirei, com toda a franqueza, rigorosamente nada. É uma Moção, não sou obrigado. Quero dizê-lo com meridiana clareza. Cumprirei tudo desde que o Governo central, este ou outro qualquer, inserir isto na política da demografia de modo a alterarmos a pirâmide, como todos os dias estamos a discutir isso, de criarmos incentivos de modo a que mais gente venha para os territórios de baixa densidade. Claro que nós temos de aumentar a taxa de fecundidade, é sabido disso, é preciso criar melhores condições mas não é o Presidente da Câmara da Guarda, nem nenhum Presidente da Junta. De modo que, não vou por aí. Senhora Presidente muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Mais alguém? Se faz favor, senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Muito bom dia a todos. É só para dizer que esta política de natalidade tem a ver com toda a sociedade e, portanto, tem a ver com o salário mínimo nacional que devia estar maior. Devia estar o salário mínimo nacional parecido com o europeu. Devia ter um combate às portagens, para que a nossa região fosse atrativa para os investidores para virem cá investir. Era preciso muita coisa. Portanto, nós todos desejamos e reconheço que muita gente não teve mais filhos porque não tinha dinheiro. Ainda no outro dia, ouvi uma senhora a queixar-se disso. Mas, o que é certo, é que não é um incentivo pontual que altera as condições de vida das pessoas. E, portanto, é por causa disso que é necessária uma política alternativa à que foi seguida por este Governo e pelos anteriores, de modo a que as pessoas se sintam incentivadas a ter mais filhos e a dar-lhe melhores condições de vida boas. Porque eu sei, ainda hoje quando vinha a caminho daqui, ouvi uma pessoa que estava a tomar café comigo a dizer que ganhava miseravelmente e que nem dava para pagar o quarto. E é era isso que eu queria dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Passamos então à votação, por favor.” -----

----- **Resultado da votação da Moção de Incentivos à Natalidade** -----

- Rejeitada, por maioria, com cinquenta votos contra, seis abstenções e treze votos a favor. ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Rápida. Só para ficar registado. Declaração e Voto do Grupo do CDS.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Cumprimento a senhora Presidente e restantes Membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e Executivo, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados Municipais, a comunicação social e os técnicos da Câmara. Só para dizer que este voto contra, não significa que sejamos contra políticas de natalidade. Aliás, o CDS tem sido um exemplo na apresentação de propostas bem estruturadas na Assembleia da República, valorizadoras destas políticas de natalidade e o PS e toda a esquerda têm votado contra. Concordo com o senhor Presidente quando diz que isto tem que ser de políticas estruturadas que têm que emanar do Governo central e entendo que aquilo que é possível fazer a nível local, eu penso e continuo a pôr a tónica neste aspeto, passa pela questão da dinamização económica do concelho. Se nós atrairmos investimento, se atrairmos novos profissionais, se atrairmos pessoas para o nosso concelho, se conseguirmos fixar os jovens, os casais em idade de procriarem, nós estamos a dar o contributo que efetivamente podemos dar para resolução deste problema da natalidade ao nível do concelho. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Declaração de Voto também? Faz favor. Grupo Parlamentar do PS.” -----

- **Deputada Paulisa D'Assunção (PS):** “Se o senhor Presidente tem estado mais atento, perceberia, certamente, que o que se propugna com esta Moção é que sejam adotadas medidas, para além das medidas do poder central. A forma de o fazer deixa-se ao critério do Executivo, daí se ter referido “nomeadamente” aí no termo utilizado na Moção, nas medidas sugeridas. Portanto, não são medidas exaustivas as que aí se propugnam. Espera-se da Câmara Municipal que tenha o cuidado e a sabedoria de as preconizar ou a nós, por cá, o tema não nos diz respeito?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada Paulisa. Mais ninguém? Muito bem. Do Grupo Parlamentar do CDU, Serviço Nacional de Saúde como fator de Coesão Social e Territorial. Senhor Deputado Aires Diniz, isto é uma Moção, é uma Recomendação? Ok. Muito bem, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “No decurso dos quarenta anos do nosso Serviço Nacional de Saúde, é fundamental que todos os eleitos na Assembleia Municipal da Guarda, contribuam para travarmos o caminho de supressão da oferta pública de cuidados de saúde no distrito da Guarda. O Serviço Nacional de Saúde foi amputado de instrumentos fundamentais para garantir o direito à saúde, designadamente de financiamento de profissionais em número adequado para prestar cuidados de saúde de qualidade, em segurança e de forma atempada. Todas estas opções concorreram para enfraquecer a resposta pública e para incrementar a resposta privada. Não podemos alhear-nos da necessidade fundamental de resposta pública ao longo do ciclo vital da nossa existência. O SNS universal, geral e gratuito, é prosseguido pela alocação de verbas, através do Orçamento do Estado, imprescindíveis ao funcionamento, à modernização e melhoria das instalações e equipamentos e contratação e valorização dos profissionais. O SNS universal, geral e gratuito, também é prosseguido por via da gestão pública, descentralizada e participada, sendo para tal concedida autonomia administrativa e financeira às entidades e estabelecimentos que o compõem. Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida aos dezoito dias, do mês de dezembro, de dois mil e dezoito, reivindica e propõe o seguinte: Implementação de medidas excecionais de contratação de profissionais de saúde, conforme Plano Estratégico aprovado na Assembleia da República; Exigência de reformulação de todas as redes de referência hospitalar que permitam o reforço da capacidade instalada ao nível das diversas especialidades médicas, nomeadamente oftalmologia, pneumologia, cardiologia, ortopedia, cirurgia, entre outras; Não aceitamos a alienação de serviços fundamentais para o funcionamento do Serviço de urgência Médico-cirúrgica, como seja a cardiologia médica e a ortopedia e o reforço das dotações seguras de enfermeiros, dos quais especialistas de enfermagem médico-cirúrgica na dotação de 50% na equipa de enfermagem; Exigência da requalificação do pavilhão cinco, para acolher a área de saúde materno infantil e agilização da componente de intervenção nas urgências pediátricas e obstétricas; Exigência da implantação da 2ª fase de construção do Hospital Sousa Martins, para acomodar a dignificação das instalações, com vista à oferta pública na maior área de intervenção, a Medicina Interna, interligando todas as áreas diferenciadas e que servem de maior apoio de utentes, dos quais com elevados graus de dependência e envelhecimento, permitindo também a implantação de uma unidade pública de convalescença integrada na Rede Nacional e Cuidados Continuados Integrados e a agilização da articulação entre as diversas áreas de internamento e aliviando o Serviço de urgência Médico-Cirúrgica da permanência excessiva de utentes; A articulação entre todas as instituições públicas de ensino e de saúde sem haver a necessidade de criação de qualquer Centro Hospitalar da Beira Interior. A Guarda e a Beira Interior necessitam de medidas diferenciadoras tendo em conta o despovoamento e a desertificação do mundo rural, que passam, desde logo, por um novo modelo de financiamento não associado à matriz

exclusivamente populacional, devendo agregar o grau de dependência e dispersão populacional no território. Disse” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado Aires Diniz. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia a todos. Duas linhas muito breves. Para dizer que, de acordo com aquilo que melhor traduzirei em palavras, no ponto 2.1, em que o Grupo Municipal do PSD deliberou trazer aqui à discussão a questão da saúde, no Município da Guarda, como assunto de interesse geral municipal, mas também não só no Município mas no Distrito, iremos votar favoravelmente esta Moção, bem como o Voto de Protesto do CDS/PP em relação à suborçamentação da ULS da Guarda. Porque entendemos que este é o momento de darmos todos as mãos numa luta que é de todos pela saúde, no nosso concelho e no nosso distrito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Não? Passamos então à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção Serviço Nacional de Saúde** -----
----- **como fator de Coesão Social e Territorial** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Da CDU também uma Moção, em defesa da Escola Pública. Senhor Deputado Aires Diniz, por favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Portanto a Moção tem o título, em defesa da Escola Pública. Considerando que a Escola Pública pode e deve ser a base do nosso desenvolvimento económico e social. Considerando que nas nossas escolas somos confrontados, demasiadas vezes, com falta de obras que estas necessitam, bem como com a falta de funcionários que, prestando apoio às atividades escolares, permitam aos alunos ocupar os seus tempos de estudo no espaço escolar. Considerando que se trata de uma situação bem sentida por estar agora agravada pelo encerramento temporário, mas quase total, da Biblioteca Eduardo Lourenço. Considerando que na Escola Secundárias da Sé existe um riquíssimo espólio de máquinas, que sofre os efeitos de uma má política pública de organização curricular e de distribuição geográfica de cursos gerais, profissionais e superior que, nalguns casos, não cativam os jovens por falta de empregabilidade a eles associadas e, noutros casos, não os atraem por falta de apoios sociais ao alojamento e alimentação. Considerando também que o Estado central se procura desresponsabilizar das suas obrigações no setor do ensino artístico, como acontece no Conservatório da Guarda. Considerando ser necessária uma medida proactiva da Autarquia para ultrapassar estes problemas dentro do âmbito das suas atribuições políticas. Considerando que, para vencer a aposta no desenvolvimento do cluster automóvel, há que iniciar a formação dos seus profissionais ao nível do ensino secundário, permitindo a sua continuação no IPG, reforçando a sua empregabilidade e desenvolvimento profissional. Concluímos ser necessário defender a Escola Pública e dentro dela o IPG que, sabemos, necessita reforço de apoios tanto do Estado Central, como os poderes locais. Assim, a Assembleia Municipal, reunida em dezoito de dezembro, de dois mil e dezoito, atendendo aos considerandos acima referidos, delibera: exigir do Estado central os necessários investimentos públicos, bem como a criação e manutenção de cursos nas suas escolas que aproveitem os recursos humanos e materiais já existentes no nosso Concelho. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta Moção? Faz favor. Acrescentemos então, uma chaveta. Passemos então à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção Em defesa da Escola Pública** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor e dez abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Temos a seguir uma Moção da CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, por favor. Em Defesa do Património Cultural.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É muito curta. Em defesa do património cultural. Depois eu, na minha intervenção no ponto 2.1, explico melhor isto. Considerando que 2018 é o Ano Europeu do Património Cultural, que pode e deve ser a base do nosso desenvolvimento e identidade como região, a Assembleia Municipal, reunida em dezoito de dezembro, de dois mil e dezoito, declara, como seu objetivo, a defesa do seu património cultural, tanto material como imaterial. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta moção? Não? Passemos então à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção Em defesa do Património Cultural** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos agora ao Grupo Parlamentar do CDS. Eu tenho que fazer uma recomendação, começemos pelas Recomendações, mas eu faço uma recomendação. Se vocês continuarem a entregar este monte, eu vou começar a limitar isto por sessões. Ok. Ok. Está bem? Mas isto foi discutido amplamente nas nossas reuniões, sabem do que estou a falar. Mas, desta feita, tenho que dizer que se portaram bem, que estão duas páginas, ou uma, no máximo, por... muito bem. Então, Recomendação do Grupo Parlamentar do CDS, Transportes públicos desajustados. Quem intervém? O senhor Deputado José Carlos, se faz favor.” -----

- **Deputado José Carlos Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia a todos. O Grupo Municipal do CDS-PP, vem chamar à atenção para uma situação que nos parece de gritante desigualdade entre os alunos das zonas limítrofes do concelho da Guarda e os alunos da área urbana. Não sabemos se o Executivo e o Pelouro da Educação têm conhecimento de que muitos alunos, provenientes de algumas Freguesias do Concelho, saem dos respetivos autocarros no centro coordenador de transportes e têm depois que percorrer, sempre a subir, faça chuva, frio ou sol, cerca de mil e cem metros para a Escola Secundária Afonso de Albuquerque, ou cerca de setecentos metros para a Escola do 2º Ciclo de Santa Clara. Isto tudo, depois de se terem levantado muito cedo e de terem chegado muito tarde a casa no dia anterior, acumulando cansaço ao longo do ano. Por outro lado, há claramente um desfasamento entre horários de saída da escola e os horários de partida dos autocarros para as Freguesias limítrofes de cidade, tempo que pode ultrapassar uma hora e fazendo com que muitos só cheguem a casa por volta das sete e meia o que, conjugado com a hora a que estes jovens tomam o autocarro, pela manhã, (alguns pouco depois das sete e um quarto) gera uma situação de clara desvantagem a nível dos tempos de descanso e estudo, para já não falarmos das relações familiares. Por outro lado, o que ficam a fazer estes alunos nos tempos de espera? Existe alguma componente de apoio à família que permita dar apoio a estes jovens? São claramente transportes escolares públicos que não se coadunam com o potencial sucesso educativo de muitos dos nossos alunos, colocando-os, logo à partida, numa situação de clara desvantagem a todos os níveis e consubstanciando

uma situação de discriminação. O Grupo Municipal do CDS-PP vem assim recomendar à Câmara Municipal da Guarda que analise todas estas situações, no sentido da reorganização e ajustamento dos transportes, pondo-os mais de acordo com os horários dos jovens estudantes, por um lado e, por outro, pela manhã, na chegada às escolas da parte alta. Providencie um transbordo através de meios próprios para as mesmas, ou agilize, junto das empresas de transporte visadas e das autoridades, a possibilidade de ser criada uma paragem extra junto à Alameda de Santo André onde, no passado, já se efetuava de forma informal e facilitava muito o acesso às escolas. Porque os jovens são o futuro da nossa cidade e concelho e como tal devem ser acarinhados. Tenho dito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta Recomendação? Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Dar os parabéns ao Grupo Parlamentar do CDS por esta Recomendação. Algo que também já temos vindo a dizer há algum tempo e: fala, fala, alguma coisa lá fica. Pode ser que, desta vez, fique alguma coisa. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não. Passemos então à votação. É uma recomendação, não votamos. Tem razão. Passemos então à próxima Recomendação do CDS também. A inutilidade do Parque Municipal. Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Carlos Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Os Deputados do CDS-PP veem com estranheza o facto de, passado mais de um ano sobre a inauguração, com pompa e circunstância, do renovado Parque Municipal, este continue a ser pouco amigo das crianças, dos idosos que são o seu público-alvo, e de quem os possa acompanhar. Mais de um ano depois, não existem casas de banho públicas nem um parque infantil, tornando esta obra cara de requalificação (mais de 1 milhão de euros) quase totalmente inútil. A somar a isto, uma vigilância quase vinte e quatro, sobre vinte e quatro e totalmente inútil, de um espaço onde continua a pontuar a frequência pouco recomendável de certos indivíduos, a determinadas horas, ou nas horas todas. O Grupo Municipal do CDS-PP vem assim recomendar a retificação das duas situações apontadas, em tempo útil, para que os moradores da zona alta da cidade não tenham que se deslocar ao Porque Polis e possam usufruir com à vontade deste belo espaço. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Não. Muito bem. Passemos então à próxima Recomendação do CDS. Requalificação de espaço municipal e construção de Pavilhão Multiusos. Senhor Deputado Henrique se faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigada senhora Presidente. Vou tentar ser sintético. Esta Recomendação tem a ver com a escolha de alguns espaços para receber a construção de um possível pavilhão multiusos e nós defendemos aqui nesta Recomendação que o espaço, onde hoje se situa o mercado municipal e o centro coordenador de transportes, entre nesse leque de opções com um conjunto de razões que aqui invocamos. Por um lado, o espaço é municipal. Não implica custos com a aquisição do terreno. O espaço tem área suficiente para acolher o equipamento. As estruturas existentes, mercado municipal e o centro coordenador de transportes, estão ultrapassadas e a sua demolição é uma decisão acertada. É um benefício dos utilizadores. Ao ser uma zona de aterro, permite a escavação fácil e a criação de um parque de estacionamento de que todos reclamamos na cidade. A proximidade ao centro da cidade pode promover a dinamização do centro histórico. Entendemos, ainda, que esta infraestrutura, a ser feita, deve obedecer a alguns requisitos. Permitir a realização de grandes eventos, feiras, para

concertos musicais, etc. A inclusão, nessa mesma estrutura, de um novo mercado municipal adaptado à realidade dos dias de hoje e de um novo centro coordenador de transportes nas mesmas condições. Portanto, que garantam comodidade e funcionalidade. Permitir também a conciliação da realização da feira, do mercado municipal, ou o mercado quinzenal, melhor dizendo, que passaria a ser feito em espaço coberto de verão ou de inverno. Que permitisse a melhoria da rede viária envolvente. A promoção da ligação da infraestrutura ao largo de Monsenhor Alves Brás e a tal disponibilização do parque de estacionamento à cidade que ela não tem e até dando uma especial atenção também à falta de estacionamento para a Escola Secundária da Sé. Com tudo isto, também seria de interesse que se modernizasse e requalificasse toda aquela zona que é uma zona nobre da cidade. Nesta situação, recomendamos à Câmara que pondere, na avaliação do estudo, este espaço. Um espaço com aptidão para receber esta infraestrutura. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):**” Bom dia a todos, mais uma vez. Senhor Deputado Henrique Monteiro, só venho aqui para lhe dizer que eu, na minha humilde opinião, e com todo o respeito pelo senhor Deputado, a ideia que aqui apresenta é absurda. E é absurda por vários motivos, nomeadamente, porque pretende colocar um pavilhão multiusos, um centro coordenador de transportes e um mercado municipal no sítio, onde se isso tudo ficasse presente seria impossível haver estacionamento. E então de que é que nos serviria ter o mercado municipal, o centro coordenador de transportes e um pavilhão multiusos, se não tivéssemos espaço também para se fazer, para se proceder ao estacionamento das pessoas que ali o visitam? Por algum motivo, quero-lhe dizer de forma muito clara, por algum motivo essa ideia não terá sido equacionada pelos técnicos que estiveram a analisar todas as opções no limite do concelho da Guarda e no âmbito da malha urbana no concelho da Guarda, para a sinalização de locais possíveis para a instalação deste equipamento. E com o devido respeito, não concordo minimamente com a posição que aqui tomou mas, obviamente, é legítima e é uma recomendação que faz à Câmara, que poderá e deverá ser tido em conta em conjunto com as demais opções, pese embora não esteja estudado o seu impacto financeiro, o seu impacto ambiental à semelhança daquilo que já aconteceu com outras sete localizações. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Bom dia senhora Presidente e a todos os presentes. O Bloco de Esquerda apenas quer comentar que, relativamente a esta proposta, não vê com bons olhos tendo em conta que há outros espaços, com outro grau de privilégio, para também descentralizar um pouco determinadas atividades que não têm de ser todas elas organizadas em pleno centro. Não vão depois haver abaixo assinados e não sei quantas providências cautelares, relativamente ao ruído. Não vão depois haver dois pavilhões interditos a festas e eventos. Vale mais estudar devidamente os outros sítios e fazer com que, aí sim, concordo, uma rede de transportes decentes que transportem as pessoas e aproveitem para mostrar outras zonas da nossa cidade que não o centro da própria cidade, criando depois outros constrangimentos, se fosse essa a escolha do Executivo. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Muito rapidamente, por favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Há muitas opiniões e todas são válidas. Mas eu acho que o senhor Deputado Tiago não leu. Eu talvez possa não ter sido claro no resumo que fiz, mas aquilo é uma zona de aterro e quem conhece esta cidade sabe que há ali cinco, seis metros de enchimento. Portanto, isso permite uma escavação fácil e está contemplado, nesta recomendação, a criação de um parque subterrâneo que resolveria, de uma vez por todas, os problemas de toda aquela zona ou, se calhar, de uma parte da cidade, um parque de estacionamento. Em relação ao senhor Deputado Marco, só para dizer que eu disse que o pavilhão devia ter condições para receber grandes eventos musicais. Portanto, teria que ter insonorização necessária para esse efeito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, estamos esclarecidos. Mais alguém? Não? Temos agora um Voto de Protesto também do CDS. Acampar na rua. Faz favor, senhor Deputado José Carlos.” -----

- **Deputado José Carlos Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Acampar na rua. O Parque de campismo foi encerrado há mais de um ano. Neste momento, o concelho da Guarda não tem um sítio condigno para que, aqueles que não possuam as caras autocaravanas (esses têm espaço condigno no Parque Polis), possam montar as suas tendas e pernoitar ou passar uns dias, gastando algum dinheiro no comércio local e ajudando a criar ou manter empregos. Uma cidade que se quer e se publicita na saída de Lisboa pela autoestrada, como acolhedora e competitiva também a nível turístico, a não existência de um espaço e condições para turistas/campistas é claramente um erro. Entretanto, este espaço desativado foi posto à disposição da Ranstad/Altice onde foram convertidos, a expensas da Autarquia, os edifícios aí existentes, numa espécie de aquário/cantina todo envidraçado pela quantia de 149 mil euros, mais IVA. Uma soma a somar a outras de tantas obras feitas por ajuste direto e que nos parecem claramente exageradas. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, delibera: lamentar o encerramento do parque de campismo da Guarda por ser uma infraestrutura essencial ao turismo da região e importante na manutenção de empregos no comércio local.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Compreenderão, já me apeteceu, gostaria de ter feito alguma intervenção nos outros pontos. Mas vou tendo que ser muito seletivo, caso contrário, depois não posso falar mais. Mas, sendo seletivo, é para dizer que eu me associo e este protesto. Parece paradoxal, mas é verdade. Eu também protesto e por isso compreendo que todos votem favoravelmente o protesto, porque eu também protesto. Agora, eu posso ter as minhas razões para o protesto e o senhor Deputado ter as suas razões para o protesto, de maneira diferente. Mas, no resultado final, temos que protestar pelo facto de termos encontrado infraestruturas que estavam podres e acabadas; pelo facto de termos um procedimento justamente para permitir melhores condições a este parque de campismo. Na parte das caravanas já existe no Polis e por isso não vamos com certeza fazê-lo ali. Mas, na verdade, quando li, estive a pensar e disse: bom, como é que nós não podemos protestar, porque queremos tudo amanhã. E por isso eu protesto. Se fosse também um voto de protesto por não termos ainda um pavilhão multiusos, eu também protesto. E eu também protesto por a Guarda ter perdido tanto tempo. E protesto mesmo quando, com a minha presidência, ainda perde algum porque as coisas não atingem a dinâmica que eu gostaria de ter, porque é preciso fazer projetos, procedimentos e depois encontrar-se as infraestruturas que durante vinte ou trinta anos não se lhes mexeu e estão neste estado. É evidente que eu também protesto por ter a Ranstad no parque, mas eu tinha que a lá pôr para criar centro e trinta postos de trabalho, por

causa de uma aldrabice que a Câmara teve. Eu também protesto, sobre isto tudo. Não fora isso e certamente que o parque de campismo, nós... bom, e também vamos ter que, pelos vistos, segundo dizem os técnicos, abater as arvores ou algumas árvores. Bom, e aí também protestamos. Porque senão, não há parque de campismo. Senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, por isso, eu associo-me ao protesto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Ora, então, mais uma vez. Então, o Bloco de Esquerda também se associa, como sempre se associou, ao protesto. E ao protesto que, durante os últimos anos, os protestos foram sistemáticos por parte da Bancada do Bloco de Esquerda relativamente ao estado do parque municipal de campismo. Parece-me e realmente aparenta-me que há mesmo um CDS-PP diferente. É que, na anterior legislatura, o CDS-PP em momento algum votou a favoravelmente, seja em Moção, ou Recomendação, ou mesmo trouxe aqui a esta tribuna alguma situação ou alguma crítica relativamente ao estado desta mesma estrutura. Ora bem, vá-se lá saber porquê. Mas o CDS é outro, ou por acaso é o mesmo e só mudam as pessoas? Ou a linha política vai variando mediante as pessoas? E não a franqueza com que a linha política do Partido deve ser levada até ao fim, desde o princípio, e repito, até ao fim. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado, não podemos estar sempre em diálogo. Tenha paciência, quer dizer, não pode intervir sempre. É a última vez que o deixo falar depois, está bem? Estamos entendidos?”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, não me vai agora limitar a palavra mais do que foi limitada já.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não limito. Mas então diz-me qual é a figura que quer usar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dar uma nota relativamente a este voto de protesto. Evidentemente que, à partida, os que são sempre de protesto, Evidentemente que o CDS não é um Partido só de protesto, é um Partido de apresentação de propostas positivas. Mas também a natureza desses Partidos de protesto também não é genuína porque nós sabemos que, nos compromissos com a geringonça, os protestos trocam-se pelo sentar à mesa da negociação e do apoio a medidas que todos sabemos que são perniciosas para o nosso País.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Muito bem, mais ninguém para intervir, pois não? Passemos então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto Acampar na Rua** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ora, passemos então a outro Voto de Protesto do CDS contra a Suborçamentação da ULS da Guarda. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigada senhora Presidente. Também vou procurar resumir. Portanto, o Serviço Nacional de Saúde tem-se confrontado com dificuldades e insuficiências dos mais diversos tipos, sendo nomeadamente notórias as

dificuldades de acesso da população a cuidados de saúde de diversas especialidades da carreira hospitalar e da carreira de medicina geral e familiar, sobretudo no Interior do País. No caso da região da Guarda, são do conhecimento público as dificuldades ao nível, entre outras, de especialidades como cardiologia, ortopedia, radiologia, gastroenterologia, otorrinolaringologista, urologia e oftalmologia. Para além de se somar a tudo isto, a falta de recursos humanos de enfermagem. E o que é que nós assistimos? Assistimos a uma suborçamentação crónica da ULS da Guarda. Em 2018, o orçamento de 2018 previa 94 milhões, 621 mil e 476 euros para a ULS da Guarda. A execução orçamental, ao terceiro trimestre, já tinha contemplada esta unidade de saúde com 110 milhões, 314 mil e 240 euros, cerca de 16 milhões de euros acima do valor inicialmente inscrito. E no Orçamento de 2019, voltamos a repetir o mesmo erro e temos um orçamento, para a mesma unidade de saúde, 95 milhões, 314 mil e 896 euros. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, conhecedora destes factos e reunida a dezoito de dezembro, delibera: apresentar ao Governo e ao Ministério da Saúde um Voto de Protesto pela suborçamentação crónica da ULS e concomitantemente, um protesto pela insensibilidade demonstrada perante as dificuldades vividas nesta unidade e pela discriminação das pessoas que vivem neste Concelho e Distrito, no que respeita ao acesso aos cuidados de saúde.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este voto? Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Votaremos favoravelmente a este protesto porque quanto estiver em causa a politiquice e a Guarda, estaremos sempre do lado da Guarda. Mas também gostava de lhe dizer uma coisa senhor Deputado, era importante que não tivesse a memória curta e se lembrasse também quando o CDS-PP estava no Governo, aquilo que fez também ao Hospital da Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Muito obrigada, senhora Presidente. Eu confesso-vos que às vezes, nestas circunstâncias, me impressiona a hipocrisia política que, muitas vezes, é assim que se chama na linguagem, hipocrisia política. Estamos a favor porque, em primeiro, está a Guarda, mas os senhores não deviam fazer não sei o quê. E o senhor devia defender porque no Governo de que o seu Partido fez parte, liderado pelo Governo do meu Partido, nunca a ULS da Guarda foi desclassificada. Nunca a ULS foi suborçamentada. Nunca a ULS da Guarda foi desrespeitada. Por isso, estes senhores, ó senhor Deputado do CDS, estes senhores desta Bancada, para serem coerentes com a história da bandeira da Guarda estar sempre em primeiro, deviam chegar aqui e dizer assim: reconhecemos que tem sido uma desgraça, reconhecemos que tem sido uma vergonha, reconhecemos que tem sido uma falta de visão, uma falta de cooperação. Porque o Presidente de Câmara... ó senhores Deputados, eu não sei o que fazer mais! Eu digo-lhe uma coisa, eu não vou largar este assunto porque é um assunto histórico para a Guarda e quero lá saber se o meu Partido, se o Partido daqueles senhores, seja de quem for, fez ou deixou de fazer. Não quero saber! Deixem-se do passado! O que conta é o futuro e o futuro, neste momento, quem governa o País há quase quatro anos são os senhores, é o seu Partido. E o seu Partido tem, volto a repetir, desgraduado, desclassificado e tem em mente, olhe bem o que eu lhe digo, e tem em mente, e sei do que estou a falar muito mais do que o senhor, lhe garanto, sabe porquê? Porque o senhor não tem formação de patavina. Porque os senhores não vos ligam patavina. Olhe bem, olhos nos olhos, tenho bem seguro que o que está em mente do seu Governo é pôr-lhe a cereja socialista no bolo. Ou seja, sabe qual é a cereja socialista? É acabar com a ULS. E ser integrada numa ULS que abarca a Covilhã e a Guarda. eu já disse que

não. Não, no seu Governo. No vosso Governo. Ó Senhora Presidente, eu estou no uso do meu tempo e, por isso, não admito ser interrompido. É exatamente isto, minhas senhoras e meus senhores, que o Governo do Partido Socialista tem em mente. E é contra isso que nós devemos estar atentos. Por isso, se há setor que nos deve mobilizar é a questão estratégica da saúde. Que nos deve mobilizar, volto a dizer. Independentemente de aquilo que todos já fizeram de menos bem ou de muito mau. Agora, o que estamos a assistir, senhor Deputado, nestes três anos é uma coisa nunca vista à questão da saúde na Guarda. Olhem o que eu vos digo. É uma questão nunca vista. De modo que eu peço ao Partido Socialista, aí sim, pelo bem da Guarda, seja quem for, neste Governo ainda e no próximo Governo, que não se aceite o que se está a fazer à ULS da Guarda. O que se está a fazer à desgradação da ULS da Guarda. O que se está a fazer à desorçamentação da ULS da Guarda. Há lá maneira mais clara do que não dar dinheiro, para quê? Para não ter bem financiadas as funções para que ela exista. Isto é clarinho como a água. Só não vê quem não quer. Só não percebe quem não quer. E é este meu alerta. E digo-lhe mais, senhor Deputado, é o meu alerta e termino com a minha total disponibilidade como Presidente da Câmara, deixarei de fazer o que quer que seja para declarar prioritária a cooperação da Câmara da Guarda com a ULS para que isto não aconteça. Já o disse nestas conferências e até hoje nunca ninguém se chegou ao pé de mim. Sabem porquê? Porque ninguém precisa da Câmara para nada. Mais disponibilidade do que esta para atacar, parar aquilo que está a acontecer na ULS. É um grito de alerta. Nada contra ninguém. Deixemo-nos destas teorias da desculpabilização e de que agora protestam e de que agora não sei quê... pelo amor de Deus e pelo amor à Guarda, se há uma matéria que nos devíamos todos sentar à mesa e reclamar junto de qualquer Governo que não nos desgraduem, que não nos desclassifiquem, que não nos empurrem para outros lados. É isto que está a acontecer. É apenas o meu alerta.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado, pretende intervir?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu realmente, senhor Deputado Agostinho, não tenho a memória curta e lembro-me que anterior, ao anterior Governo, houve um outro Governo. E mais não digo. O CDS trouxe, na anterior Assembleia Municipal, aqui uma Moção que tinha a ver com a publicação, em Diário da República, do Decreto-Lei 61/2018, de 3 de agosto. Parece que o PS, na altura, foi apanhado de surpresa e não sabia da existência deste documento que desclassifica o Hospital da Guarda, em relação ao da Covilhã. O CDS continua a atento a esta situação e a acompanhá-la e está aqui uma pergunta que foi posta, em termos de Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar do CDS ao Governo que ainda não obteve resposta, para saber se o Governo garante, ou não garante, a manutenção das valências no Hospital da Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Agostinho, faz favor. Mas eu peço-vos que não entrem em diálogo, se não, têm... Não, não, faz favor. Só vos peço que tenham isso em atenção. Senão temos que começar a usar as figuras previstas no Regimento porque senão estamos aqui toda a manhã.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Não sabem patavina do que estão a falar? Mas quem é que o senhor se julga? Mas quem é que o senhor se julga para vir para aqui dizer: não sabem patavina do que estão a falar? Diga-me lá! Mas diga-me lá!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Agostinho...” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Mas o que é isto? Não, desculpe. Não sabem patavina do que estão a falar?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Agora desculpa-me o senhor. Senhor Deputado, por favor. Eu peço-vos, mais uma vez, que tenham em atenção os termos utilizados.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Então, também tem que apelar a isso. Não me diga que se revê numa expressão destas. Não sabem patavina do que estão a falar? Eu não me revejo. Peço desculpa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu estou a falar se me der... eu peço-vos, a todos, que falem de uma forma correta porque, para expressarmos as nossas opiniões, podemos fazê-lo todos de uma forma correta. É só isso que estou a pedir, a todos, sem exceção. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Fundir? Eu já ouvir falar isto. Já ouvi falar nisto. Quem é que falou no Guarda/Covilhã? Quem é que falou nisto? Publicamente? Quem é que falou nisto? Quem é que sugeriu isto ao ex-Ministro da Saúde? Quem é que foi? Alguém se recorda? E depois há aqui outra coisa que eu acho fantástica. Deixem-se de falar na história? Isto só pode ser uma anedota. Deixem-se de falar na história? Mas quem é que passa aqui a vida no ano de 2013, 2013, 2013 e vem aqui agora a dizer: deixem-se de história? Então, mas quando a comparação não lhe interessa, deixem-se de história? E depois ainda diz o senhor que, relativamente a estes assuntos, quando se fala da Guarda...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Agostinho, eu peço desculpa de o interromper. Mas eu pedia ao Executivo, por favor, está um senhor Deputado... Ó senhor Vereador, eu peço desculpa, mas está um Deputado a falar. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Dizia eu que cada vez que o Partido Socialista fala da Guarda, que em primeiro lugar põe a Guarda e que não se deixa levar por politiquices baratas... e não deixa, nem deixará porque enquanto estiver em causa a Guarda estaremos sempre do lado da Guarda. E pouco interessa a questão partidária e a questão política. Pouco interessa. Estaremos sempre do lado da Guarda. Se isto para si é populismo, é para si, para nós não é. Defender a Guarda não é populismo, é a nossa convicção e será sempre a nossa convicção. Por mais que aqui venha tentar humilhar-nos, diminuir-nos, cá estaremos sempre pela Guarda e para a Guarda. Fique com essa firme certeza porque não é por esse tipo de atitudes, de comentários e de humilhação que nos vai fazer desistir de apresentar uma proposta alternativa para o governo desta cidade.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Tem razão, senhor Deputado. Não é, não vos ligam patavina. É, não vos dão importância. Tem razão. A patavina é uma palavra muito difícil no léxico da língua portuguesa. Patavina significa ignorância sob o ponto de vista política. É isto mesmo. Se vos ligassem importância política, naturalmente que as coisas estariam diferentes na saúde. De modo que, por mim, senhora Presidente, digo pela enésima vez, que eu próprio também não lhe quero dar tanta importância política estar a discutir este assunto consigo. Eu não venho aqui fazer nem comícios, nem tão pouco melindrar quem quer que seja. A menos que estejamos todos aqui, por ser altura natalícia, porque se eu chamar politicamente ignorante a quem quer que seja, acho que não tem problema nenhum. Se chamar ignorante, sem ser em termos políticos, já pode ter toda a dificuldade do mundo. Como se diz lá na Assembleia da República, sabe. Se o senhor um dia lá chegar, vai ver que nós por lá podemos dizer a alguém, não podemos chamar mentiroso a ninguém, mas podemos dizer que mentiu. Eu aqui também não posso dizer,

o senhor não sabe nada disto, não vou dizer que é ignorante. Não, não vou dizer. Vou dizer é que politicamente os senhores não têm importância porque, se tivessem, não era possível estar a acontecer o que está a acontecer à saúde na Guarda. Não era possível estar a acontecer. Senhora Presidente, apenas para informar e para o senhor Deputado que tem formação e por isso pode ler com atenção. Eu, o que falei e falo e defenderei e defendo é um Centro Hospitalar Universitário com sede na Covilhã e um Polo na Guarda. Este é que é o realismo. Olhe bem, Centro Hospitalar Universitário, com sede na Covilhã porque é lá que está a Faculdade de Medicina, ou querem agitar bandeiras para depois andarmos todos a ser, a reagir e a sermos todos sei lá o quê, maltratados por todos os Governos? Centro Hospitalar Universitário na Covilhã, com um Polo na Guarda. Mas para isso não pode ser desgraduado a ULS da Guarda. Para isso não pode ser reclassificado o Hospital da Covilhã e com a vossa passividade porque não vos dão importância política. Porque os senhores podem falar, mas não fica lá nada. Enquanto que nós podemos falar e alguma coisa lá vai ter que ficar. E, senhor Deputado, o perigo que está aqui pela desgradação é que, amanhã, o caminho do Governo do Partido Socialista é acabar, volto a repetir, é acabar com a ULS da Guarda e fundi-la com a ULS da Covilhã e se eu, lhe garanto, se eu ou um correligionário seu, com grande importância no País tivesse anuído a isto, já cá estava. E sabe o que é que eu lhe disse? Isto pode muito bem acontecer com a sede na Covilhã. A sede da ULS, deste Centro Hospitalar, deve ser na Covilhã. É isto que a Guarda deve reclamar, é para isto que os senhores deviam refletir. Volto a repetir que é para não haver dúvida. Centro Hospitalar Universitário com sede na Covilhã e um Polo na Guarda. Valorizar a componente Universitária do Hospital da Guarda, ponto um. Ponto dois, a sede da ULS, de todo este espaço, com sede na Guarda, porque é o único que o tem. A Covilhã não tem. E quando a Covilhã tiver uma ULS, engole a da Guarda se os senhores não tiverem atentos. Se todos nós não tivermos atentos. Lembrem-se no dia e na hora em que eu o disse. E não o digo nem contra o Partido Socialista, nem contra o Partido Comunista ou o Bloco de Esquerda, nem contra o PSD ou CDS, digo isso sim... Olhe, senhor Deputado, e esteja onde eu estiver, como se costuma dizer, lutarei, onde quer que eu esteja, se isto que eu estou aqui a dizer-vos, seja com que Governo for eu, e espero que amanhã seja um Governo liderado pelo meu Partido, esteja onde eu estiver, lutarei contra esta submissão absurda que este Governo da geringonça tem feito à ULS da Guarda. E digo-lhe uma coisa, é mesmo pela saúde que vale a pena, talvez de todos na Guarda estrategicamente, de todos e quaisquer pactos que pudéssemos fazer, é por este que vale a pena. Não sei se é pormos coletes cor de não sei o quê, se é fazermos seja lá o que for. O que está a acontecer e se tiver a passividade da Guarda... eu lembro-me, vejo ali o Deputado Pedro Nobre, lembro a luta que foi feita para se garantir uma Maternidade na Guarda e não tinha cor política. Meus amigos, ou muito me engano ou é chegada a altura. Houve um movimento da saúde materno infantil e muito bem. Mas é pouco. O grande movimento é para a reclassificação do Hospital da Guarda. É para as valências do Hospital da Guarda. Há cinco anos eu disse, atenção que queremos mais miolos e menos tijolos. Lembrem-se o buruá que deu, nessa altura, nos candidatos? Meus amigos, temos ainda menos miolos e não temos mais tijolos. É uma vergonha. Meus amigos, é uma vergonha. Mas é uma vergonha no presente, e atenção ao futuro, mobilizemo-nos para isso. Sejamos capazes de vestir os coletes brancos, amarelos ou pretos, sem cor partidária. É esta a causa da Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Matias Coelho, faz favor.” -----

- **Deputado Matias Coelho (PS):** “Bom dia a todos. Eu não queria intervir, mas parece-me que há aqui muita confusão e muita irritação. Eu queria dizer ao senhor Presidente que, para mim, Centro Hospitalar da Covilhã com um polo na Guarda, ou ULS da grande área, como o senhor

disse, de Covilhã e Guarda, para mim é tudo a mesma coisa. E eu sou contra as duas coisas. Fique a saber já. Aliás, eu já disse isto publicamente várias vezes porque eu sempre defendi o Centro Hospitalar da Cova da Beira que engloba Guarda, Covilhã e Castelo Branco. Sem nenhuma subalternidade. Não é como o senhor Presidente está aqui a defender, que isso é um profundo disparate o que disse, que criasse o Polo Universitário da Covilhã com um Polo na Guarda, sabe o que é que isso quer dizer, Polo? Isso é subalternidade. Agora, Centro Hospitalar Cova da Beira é outra coisa. Portanto, sempre defendi e continuo a defender e que não haja veleidade, não defendamos nem Centro Hospitalar Covilhã/Guarda, e muito menos lançar o fantasma da ULS Covilhã/Guarda. Eu nunca tinha ouvido isso e fiquei realmente perplexo. E mais, quando senhor Presidente fala que sempre defendeu mais miolos e do que tijolos, este Governo está lá há três anos. O seu Governo anterior esteve lá quase cinco. Que miolos é que trouxe aqui para o Hospital da Guarda? Que miolos? Até lhe digo mais e já agora refiro aqui publicamente, tivemos aqui a fazer a especialidade de cardiologia e foi precisamente essa cardiologista que pertencia aos quadros da Guarda e foi embora. E foi embora porque lhe criaram mau ambiente há uns anos atrás. Portanto e isto é que devia de acabar na Guarda. E isto com os Conselhos de Administração este, o anterior, e os que vierem, não permitirem que haja médicos, enfermeiros que, em vez de cativar novos quadros, novos colegas, que os empurrem para saírem da Guarda. E devo dizer-lhe que eu sei do que falo porque já aqui estou quase há quarenta anos. E sei que, efetivamente, sempre houve capelinhas na Guarda. E isso foi sempre negativo para a Guarda. Portanto, que fique aqui claro que nem Centro Hospitalar Covilhã/Guarda, nem ULS Covilhã/Guarda, mas sim Centro Hospitalar da Cova da Beira. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente tem quarenta segundos.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Senhora Presidente, é só para esclarecer aqui o senhor Deputado Matias Coelho que então, eu não me terei explicado bem e vou repetir e aí podemos estar nas nossas discordâncias. E quanto ao resto, Deputado Messias Coelho, se houve um cardiologista que lhe criaram mau ambiente, olhe, então, eu se fosse Presidente do Conselho de Administração cortava-lhes o pescoço, salvo seja. Então, concordo consigo. Se houve mau ambiente há dez anos, há quatro, há cinco, eu não quero saber disso. Então, sejamos capazes de dar uma ajudinha a quem está, e neste momento é quem está, para criar o bom ambiente. Olhe eu, humildemente, já me disponibilizei cinquenta vezes, não vou falar mais. Agora, senhor Deputado Messias Coelho, eu estou completamente de acordo consigo há 20 anos. Há 20 anos, ainda eu não sonhava ser Presidente da Câmara da Guarda, tinha outras funções...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, o seu tempo terminou. Portanto, agradeço que seja breve.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Termino mesmo, para dizer que eu defendo, há 20 anos, o Centro Hospitalar da Guarda, Covilhã e Castelo Branco. Eu já disse que houve um Ministro que disse, que não é possível aguentar três hospitais a dar prejuízo sistematicamente. É o futuro. Agora, em que é que isso é incompatível com as outras duas coisas que eu disse do Centro Universitário? Que é, classificar um Hospital e ser o Polo. Nós não podemos ser a capital do Centro Universitário, se não, somos realistas. É lá, e termos um Polo cá é reclassificar o nosso Hospital. Terceiro, como eu disse, se houver, e olhe o que eu lhe digo, o senhor ficou atónito? Também eu. Também eu meu caro e o senhor percebe disto. Mas dou-lhe a minha palavra de honra. Chega-lhe a minha palavra de honra? Que é o que está no caminho? É criar-se uma ULS na Guarda. Porque eu próprio fui contra que se criasse apenas uma, com sede na Covilhã. Eu sou a favor que se crie uma com sede na Guarda. Isto é que é compatível. ULS, uma com sede

na Guarda. Polo Universitário na Guarda. Centro Universitário na Covilhã e o Centro Hospitalar da Cova da Beira. Porque se se fizer esse Centro Hospitalar e nós estivermos desgraduados, desclassificados, suborçamentados onde é que vamos parar? Isto não é óbvio? Não é óbvio, minhas senhoras e meus senhores?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente tem que terminar, por favor. Muito obrigado.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Marco, se faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Bem, nem era para intervir, mas tendo em conta de que se falou aqui numa parte da...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado. É que os senhores Vereadores hoje estão muito agitados. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Daquela situação, de que o Bloco faz parte do Governo, numa situação que eu não me revejo, de que o Bloco faça parte do Governo. O CDS sim. Fez parte de um Governo e afundou, com os submarinos, o País e nada falou relativamente à saúde. Preferiu os submarinos. Isto para dizer o seguinte. O Bloco de Esquerda sempre esteve ao lado da saúde, da saúde das populações e dentro dos seus 10% de votos, e dentro das suas possibilidades de negociação e de pressão, nunca deixou de ter atenção à ULS da Guarda, nem a nenhuma ULS do País. Estar aqui a discutir, como às vezes vos ouvimos a discutir, é puro bairrismo. Eu quero a saúde na Covilhã, quero a saúde na Guarda, quero a saúde em Bragança, quero a saúde em Portalegre, quero a saúde no Algarve, quero a saúde no Porto e em Lisboa. Eu não quero esse tipo de bairrismo, a dizer, com o bem dos outros passo eu. Eu não passo bem, com o bem dos outros. E é a única coisa que eu quero aqui que fique claro, para quem nos está a ouvir. O Bloco de Esquerda não esquece a Guarda, nem esquece o País na área da saúde e tem provas dadas e irá continuar a fazer o seu melhor. Quanto ao resto, não deixa de ser puro populismo. Os que fizeram, os que não fizeram, esses sim, é que deviam pensar porque é que o Estado está como está na saúde. O Bloco de Esquerda não deve sequer ser nomeado ou pronunciado aqui. Senhor Presidente de Câmara fica mal, relativamente à saúde, falar do Bloco de Esquerda. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mas, se me permite uma pequena achega, não se esqueça que agora faz parte do arco da governação. Muito obrigada. É, fica registado. Mas, enquanto Presidente, não tenho direito à minha opinião? É que às vezes vocês esquecem-se um bocadinho. Chegam aqui e falam, falam, falam e depois esquecem-se. Muito bem. Mais alguém para intervir? Não? Então, passemos à votação.” -----

--- **Resultado da votação do Voto de Protesto contra a Suborçamentação da ULS da Guarda** ---
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sobre este, ainda? Já votamos! É Declaração de Voto, senhor Deputado? Pronto era para isso. Queria saber a que título queria falar. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que o partido do protesto, na Assembleia da República, votou esta suborçamentação da ULS da Guarda. Não sei se o senhor

Deputado Marco já fez sentir lá ao comité central do Partido este problema da saúde no Distrito, mas se realmente transmitiu, não lhe ligaram. Se não transmitiu, acho que é tempo de o fazer.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Isto está tudo muito agitado com a saúde e depois toda a gente está de acordo. Isto foi votado por unanimidade e depois está tudo muito agitado. Bom, senhor Deputado? Muito bem. Passemos então, temos duas Propostas do CDS. A primeira é quarenta e três anos do 25 de novembro de 1975. Faz favor, senhor Deputado Henrique. O senhor Deputado Henrique Monteiro pediu para passar esta Proposta a Recomendação. Ninguém tem nada contra? Muito bem, passa a Recomendação, então.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado. Quarenta e três anos do 25 de novembro de 1975. A toponímia, enquanto estudo histórico ou linguístico da origem dos nomes próprios dos lugares, desempenha um importante papel de valorização do património cultural e coesão social, ao refletir e perpetuar nomes de personalidades, factos, costumes e eventos que fazem parte da memória coletiva das populações. No que se refere à temática da toponímia, compete à Câmara Municipal estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e povoações, segundo a alínea ss), do n.º 1, do art.º 33, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Comemorou-se, recentemente, o quadragésimo terceiro aniversário do 25 de novembro, o movimento que conteve a ala mais radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela Extrema-Esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional Português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. O 25 de novembro, ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária. O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de quarenta anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário. Esta viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e três anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português. Neste contexto, importa salientar o contributo dos Partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um País democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento. É sob o signo dessa unidade feita pela história, que se assinalou, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua. Outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia. Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP recomenda à Câmara Municipal da Guarda, reunida a 18 de dezembro de 2018, que delibere, ou que recomenda, retiro o delibere: Que a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, promova a inclusão do nome do Major-General Jaime Neves e da data de 25 de novembro na toponímia da cidade da Guarda, como forma de testemunhar a nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da democracia e da liberdade e colocaram novamente Portugal na senda da paz e da liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Senhora Presidente mais uma vez. Não deixa de ser irónica esta proposta do CDS-PP pois assinalou-se, no passado dia 16 de dezembro, quarenta e seis anos após o massacre de Wiriamu, em Moçambique. O mesmo onde Jaime Neves participou ativamente, como o mesmo confessou. Onde centenas de pessoas, incluindo mulheres e crianças, foram chacinadas, queimadas vivas, pelo Exército Português. Infelizmente, estes acontecimentos fazem parte de um género de apagão da memória do colonialismo que se verificou em Portugal. Como não contaram os portugueses com o voto do CDS-PP, dois anos depois da revolução de 25 de Abril, na aprovação da Constituição, proposta pela Assembleia Constituinte, não conte o CDS-PP com o voto do Bloco de Esquerda para nesta sala, que representa a liberdade, justiça, democracia, homenagear um assassino...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado tem que terminar.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Termino, dizendo. A celebração na primavera, ao CDS-PP, gera-lhes incompatibilidade e é, no outono, que se entusiasma. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, o 25 de novembro está morto e enterrado. Ou seja, todos nós vivemos uma paz e foi para fazer essa paz que, a seguir ao 25 de novembro, muita gente, incluindo o Major Melo Antunes, tentaram equilibrar as forças e conseguir essa mesma paz. O Major General Jaime Neves não foi o homem que fez o 25 de novembro. Foram muitos homens, com os quais eu não concordo, mas penso que alguns têm mérito. Não é o Jaime Neves que o tem. Portanto, eu prezo muito mais a imagem do Major Melo Antunes e o General Ramalho Eanes que estiveram nessa luta e portanto estiveram na construção da democracia que temos, que não é a democracia que nos gostaríamos de ter, porque nós gostaríamos de ter uma democracia muito mais avançada e muito mais defensora dos trabalhadores e, não sendo essa, nós não achamos que o Major General Jaime Neves sejam o homem que tivesse contribuído para a democracia que temos. Até porque não tenho a minha biblioteca aqui na Guarda, sei que o Major General Jaime Neves falhou no 25 de Abril e, portanto, houve várias ocasiões em que ele podia ter demonstrado o seu pendor democrático e não demonstrou. Portanto, não aprovamos esta Recomendação, nem achamos que seja digno figurar nas ruas da Guarda, sendo muito mais digno outras pessoas que foram muito mais equilibradas que o Major General Jaime Neves.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Muito bem. Faz favor, senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Efetivamente, o CDS votou contra a Constituição de 1966 e por uma razão óbvia. Era uma Constituição com uma marca iminentemente ideológica, que apontava, como caminho para a sociedade portuguesa, o caminho do socialismo e uma Constituição deve ser neutral do ponto de vista ideológico. Quanto à relação da Extrema-Esquerda com a instituição militar, eu penso que todas a conhecemos, não é de amor, penso que será um sentimento oposto. Portanto, naturalmente que entendemos o posicionamento.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não? Muito bem. Passemos, então, à última proposta do CDS. Rede de Cuidadores do Concelho da Guarda. Apresenta o senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Rede de Cuidadores no Concelho da Guarda. Considerando que: Os cuidadores informais são pessoas que cuidam de outra, numa situação de doença crónica, deficiência ou dependência, parcial ou total, de forma transitória ou definitiva, ou noutra condição de fragilidade e necessidade de cuidado. O termo informal advém destes cuidadores ao contrário dos cuidadores formais, como os profissionais de saúde, não serem remunerados pelo seu trabalho e, na sua grande maioria, terem um percurso profissional que não lhes atribui competências específicas no domínio do cuidar. Cuidar de uma pessoa com algum nível de dependência exige lidar com uma diversidade de esforços, tensões e tarefas que podem superar as reais possibilidades do cuidador, podendo conduzi-lo à exaustão e ter um impacto a nível físico, psicológico, social e económico quer na vida do cuidador, como da pessoa foco dos seus cuidados. Sabendo que a Lei de Bases recentemente aprovada na generalidade, na Assembleia da República, deixou de fora a criação do estatuto do cuidador informal, aliás como vem sendo reclamado pelo senhor Presidente da República, sabendo que cuidar de outra pessoa cria situações de tensão e stress que comprometem a qualidade de vida do cuidador, é necessário encontrar formas de apoiar, mitigar o impacto e compensar a vida destas pessoas. Portugal é um dos países da União Europeia com maior envelhecimento demográfico e o concelho da Guarda está entre aqueles que enfrentam sérios desafios neste âmbito. O concelho da Guarda é um dos mais envelhecidos do país. Em 2016, 22% das pessoas no concelho tinham mais de sessenta e cinco anos e o índice de envelhecimento era de 177,9 idosos por cada 100 jovens, no mesmo ano de 2016, segundo dados da PORDATA. Uma intervenção multidisciplinar, no pleno respeito pela pessoa idosa ou dependente, composta por elementos formais e informais, que leve a um funcionamento articulado dos diversos agentes intervenientes no terreno, poderá fazer a diferença para muitas destas pessoas que vivem sozinhas em casa, sem possibilidade de sair, seja por motivos de saúde, seja por condições de acessibilidade que não o permitem. A ação em rede concertada, que agregue todos os cuidadores, é uma resposta fundamental e o concelho da Guarda pode ser pioneiro e dar o exemplo no Interior, criando uma rede de cuidadores para que outros o sigam. Esta pode ser uma medida diferenciadora pela positiva, que coloque a Guarda na liderança da ação social desenvolvida no País e que faça com que muitos cidadãos escolham o concelho para aí se fixarem e tranquilamente gozarem a sua reforma. Nesse sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal da Guarda que delibere: Que a Câmara Municipal da Guarda promova a criação de uma Rede de Cuidadores do Concelho, com o objetivo de combater o isolamento e apoiar as pessoas idosas, pessoas com deficiência ou dependentes de terceiros por outras razões; que esta Rede de Cuidadores inclua e enquadre os cuidadores formais e informais que, de modo informal e isolado, já prestam este serviço a muitos familiares, amigos e vizinhos e que seja um estímulo a que muitas outras pessoas assumam este papel; que esta Rede de Cuidadores trabalhe a capacitação e literacia dos seus membros para que a sua ação seja mais gratificante, legítima e eficaz; que a Câmara Municipal da Guarda reforce o seu papel dinamizador, na articulação entre todos os organismos públicos e privados, que já atuam no apoio a estas pessoas, criando uma verdadeira rede com o objetivo de identificar as necessidades, a oferta existente e a forma de a reforçar e alargar estas respostas; que a Câmara Municipal da Guarda estimule os serviços municipais, juntas de freguesia e instituições sociais, a realizarem, em conjunto, um levantamento detalhado da situação de pessoas com dependência, seja pela idade, seja por deficiência, na área do município da Guarda. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Tiago, faz a favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, apenas duas linhas para que dizer que a Proposta nos parece positiva pese embora não tenhamos, neste momento, e o senhor Deputado Henrique Monteiro aqui reconhece, que o facto do estatuto de cuidador informal ter ficado de fora desta Lei de Bases da Saúde, dificulta muito a vida até ao próprio Município da Guarda na referência das pessoas que podem aceder a esse estatuto de cuidadores informais. E, portanto, sob esse ponto de vista, aquilo que eu diria é que a Proposta é positiva, mas é positiva para o futuro. Ou seja, para um momento em que sejam facilmente identificáveis e referenciáveis as pessoas que possam assumir esse estatuto de cuidadores informais, não competindo à Câmara da Guarda criar, ela própria, um estatuto aqui e um reconhecimento específico para cuidadores informais no concelho da Guarda. Portanto, creio que a proposta faz todo o sentido, mas faz todo o sentido para um momento posterior em que, na Lei de Bases de Saúde, o estatuto do cuidador informal esteja previsto e devidamente articulado nessa mesma Lei de Bases. E, por isso, votaremos favoravelmente esta Proposta, sendo certo que entendemos que mesma só pode ser posta em prática daqui a algum tempo, quando o estatuto do cuidador informal vier a fazer parte da legislação portuguesa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre este tema? Não? Então, passemos à votação.” -----

-----**Resultado da votação da Proposta Rede de Cuidadores no Concelho da Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e nove votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto? Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A oportunidade desta Proposta resulta mesmo do facto de a Assembleia da República e este Governo ter feito ouvidos surdos à necessidade de criar este tal estatuto para o cuidador informal. Evidentemente que não se quer aqui onerar, de uma forma significativa, o Município, mas que este trabalho pode ser um trabalho que pode começar a ser feito. Aliás, é referido na própria Proposta que o trabalho deve ser articulado com as instituições públicas e privadas que já são cuidadores formais e ter o trabalho adiantado para quando acontecer a criação deste mesmo estatuto. Isto também poderia levar a uma melhor prestação de serviços no domínio do apoio às pessoas dependentes. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passemos agora, por último, a um Voto de Congratulação do Partido Socialista. Projeto Pedovia/Ciclovía da Cidade da Guarda: O incremento dos modos suaves no acesso ao Parque Industrial da Guarda. Senhora Deputada Paulisa, faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa D`assunção (PS):** “Apresentado dia 21 de novembro de 2018 na conferência Mobilidade Urbana Sustentável, no âmbito do ciclo Conferências da Guarda, que contou com a presença do Secretário de Estado da Mobilidade, José Gomes Mendes, o Projeto «Pedovia/Ciclovía da Cidade da Guarda: O Incremento dos Modos Suaves no Acesso ao Parque Industrial da Guarda» prevê a criação de um circuito pedonal e clicável com nove quilómetros de extensão e três de largura. O Senhor Secretário de Estado da Mobilidade declarou apoiar o

projeto e sugeriu a candidatura desta obra ao financiamento da rede nacional de ciclovias, sendo que a obra irá candidatar-se a fundos comunitários. O anúncio desta obra vem de encontro à Recomendação que o Grupo Parlamentar Municipal do PS apresentou na reunião Ordinária da Assembleia Municipal da Guarda realizada no dia 27 de abril do corrente ano e, por isso, congratula-se com tal obra, que só peca por ser tardia. No entanto, essa obra terá tanto mais sucesso, quanto mais for de encontro à satisfação dos cidadãos que a irão utilizar. Assim sendo, o Grupo Municipal do PS preconiza que se coloque o Projeto dessa obra à discussão pública, de forma a que, quem nisso tiver interesse, preste a sua colaboração. Lançamos o repto à Câmara Municipal da Guarda, na expectativa de que reconheça essa necessidade e não deixe que este Projeto se fique pelo papel. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida em Sessão Ordinária no dia 18 de dezembro de 2018, primeiro, congratular a Câmara Municipal da Guarda pela iniciativa que teve com o Projeto «Pedovia/Ciclovía da Cidade da Guarda: O Incremento dos modos suaves no acesso ao Parque Industrial da Guarda» e, segundo, remeter este Voto à Câmara Municipal da Guarda. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Querem ceder tempo ao senhor Presidente? Muito bem. Quanto tempo cedem? Dois minutos? Dois minutos, Senhor Presidente.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Senhora Deputada, vamos combinar o seguinte...”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, dá-me só um minuto? Eu pedia aos senhores Deputados, por favor, que não andem... levantam-se, sentam-se, sentam-se, levantam-se, isto parece a Assembleia da República e eu não gostava nada que parecesse. Eu percebo que é a hora do intervalo, mas quer dizer, é chato para quem está a falar, é chato para as votações. Peço-vos que tenham isso em atenção, está bem, por favor? Muito obrigada. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Muito obrigado senhora Presidente. Senhora Deputada, vamos combinar uma coisa e se estiver de acordo eu vou fazer-lhe esta sugestão. Depois falará com o seu Grupo Parlamentar e na próxima voltamos a falar para não estarmos aqui a discutir. Nós fizemos, há três anos, uma coisa chamada Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano que, por ventura, não conhecerá, mas se não conhecer eu tenho muito gosto em fornecer. Mas se conhece ainda bem. Nesse PEDU, assim chamado, nós, sem José Mendes, pessoa que eu muito estimo como penso que saberá, o senhor Secretário de Estado Adjunto, colocámos várias obras com financiamento do FEDER e negociámos aquilo muito. Até já ganhámos o chamado acelerador que o seu Governo e bem pôs aí para aqueles que tivessem bons graus de execução. Colocámos lá este projeto. Mas aquilo absorve-nos do FEDER, para aí 700 ou 800 mil euros do nosso PEDU. Fazemos uma coisa para a senhora ficar toda contente com as palavras do Secretário de Estado. Eu desvio esses 700 mil euros do meu PEDU, que tenho lá dinheirinho ali assegurado, sabe, até 2020, para esta ciclovía cujo projeto termina daqui por um mês, diz o senhor Vereador. Eu confio nele, mas eu digo dois. E eu vou apresenta-lo publicamente, se aqui na Assembleia, com autorização da senhora Presidente, eu estou de acordo. Vamos apresentá-lo. Mas depois não me venham cá com histórias para o bloquearmos, porque eu não o deixo bloquear. É iniciativas e bola para a frente. Porque quando o apresentarmos, como a senhora compreenderá, vai haver o A o B a dizer que a curva é para aqui, a descida é para acolá, não se devia ligar àquele bairro, devia ser aquela curva. Democraticamente, por isso, vamos... mas pode haver coisas que nós podemos absorver, que os projetistas, eu não percebo nada disso. E, por isso, ou na Assembleia Municipal, que é o mais

provável, nós iremos pedir autorização à senhora Presidente para o apresentarmos. De modo que, por aí, completamente de acordo. Nós não carregaremos no botão sem dele darmos conhecimento. Mas este saiu da nossa estratégia de desenvolvimento urbano, se agora o nosso querido Secretário de Estado veio aqui dizer que vai haver um programa não sei quê, a senhora, faça-me um favor. Peço-lhe muito. É, retiramos a candidatura do PEDU, alocamos depois esses 700 mil a outra qualquer obra, até lhe dou... que a senhora sugira para a Guarda, ou que nós aqui possamos discutir, nós já temos o dinheiro alocado, desalocamos esse dinheiro e a senhora garante o financiamento nessa coisa, coisa no bom sentido, que o senhor Secretário de Estado aqui disse. Sabe o que disse aqui o senhor Secretário de Estado? É nada. Nada. É uma estratégia, é uma estratégia... olhe, disse o mesmo que a senhor Secretário de Estado de Administração Interna disse que tinha 2 milhões para requalificar o Quartel da GNR. Sabe onde é que está o dinheiro? Na Lei da programação militar. Não está em nenhum orçamento. Está a ver. De modo que, se houver isto e se os senhores quiserem então a bandeira da Guarda em primeiro, fazemos o seguinte: desafetamos os 700 mil, onde nós já temos para esta obrinha que nós adiantámos, colocamos esses 700 mil do FEDER numa outra obra que nós discutimos, o Partido Socialista pode sugerir, para ver se conseguimos este encaixe neste grande programa. É um programa a sete meses das eleições. Não tem nem 1 euro de financiamento. Nem 1 euro. Mas se tiver, querem melhor? Olhe, as Juntas de Freguesia até agradecem de podermos alocar esses 700 mil para outra coisa, porque é dinheiro. É dinheiro. Se o Partido Socialista fizer isto por mim. Agora, vimos aqui cantar loas ao Governo que veio aqui anunciar, quando nós temos o dinheiro assegurado para afetar a um projeto de desenvolvimento urbano, tem que dar a bota com a perdigota, como se costuma se diz na gíria... mas, senhora Presidente, fica aqui o meu pedido. Nós temos... querem que eu volte a repetir? 700 mil euros... não me interrompa se faz favor... senhora Presidente, eu não quero mesmo ser interrompido, desculpe lá. Só a senhora tem autoridade para me interromper ou para me mandar calar. Mais ninguém.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É assim. O senhor Presidente tem toda a razão, mas também eu não preciso que me estejam sempre a dizer como desempenhar o meu papel. O senhor Deputado, por favor, tem sempre também esse hábito. Quando o senhor Presidente está a falar, está sistematicamente. Mas peço-lhe, por favor... sim, é verdade. Estou a pessoalizar porque é o senhor Deputado que comenta. Sim. Portanto, eu peço-vos, enquanto alguém está a falar os outros estão calados e a seguir falam. Têm direito a falar. Senhor Presidente, faz favor.”

- **Álvaro Amaro, Presidente de Câmara:** “Muito obrigado. E não sou eu que nunca direi à senhora Presidente como deve fazer. Mas há uma coisa que eu lhe garanto, senhora Presidente, eu não dou importância política para estar aqui a ouvir... Ponto final parágrafo. Senhora Presidente fica assente, de uma vez por todas, do meu procedimento. Naturalmente que o procedimento da senhora Presidente é aquele que eu terei de cumprir rigorosamente. Do meu procedimento. E o meu procedimento é inabalável. Ponto. Por isso, senhora Deputada, ficamos então assentes no seguinte: eu desafeto 700 mil euros do nosso Plano Estratégico e afeto-os a uma obra que se discute na Assembleia. Eu dou esse poder, entre aspas, se a senhora Presidente assim o entender, ao Grupo Parlamentar do PS que me pode fazer uma sugestão de uma obra importante para a Guarda, que nós não tenhamos pensado, desde que nos garanta o financiamento de uma coisa que o Governo veio aqui anunciar. E estou a falar de um governante por quem eu tenho uma particular estima. Não é isso que está em causa. Atenção. E tenho mesmo. Por isso, se nos garantirem ali, nós tiramos dali e o Partido Socialista propõe-nos uma outra obra que nós possamos implementar. Minhas senhoras e meus senhores, isto não é correto? Não é uma boa dialética política? Não é uma boa entreajuda? Se o Governo vem anunciar, nós é o que mais queremos. Vamos fazer com a vossa ajuda. E eu depois entrego,

entre aspas, orçamentalmente esse dinheiro para vermos onde é que se pode gastar. Em vez de estarmos apenas aqui a... Foi isto tudo que atrasou a Guarda. O que atrasou a Guarda, foi a reação e não a ação. Foi apenas isto. Agora é com coisas reais, concretas. Por isso, se os senhores quiserem, amanhã chegam ao pé de mim e nós fazemos isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhora Deputada, se faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa D’assunção (PS):** “Exmo. Senhor Presidente, se me permite, com o devido respeito. O senhor Presidente desvirtuou o sentido deste voto. Não há segundos sentidos neste Voto de Congratulação. Não sei se não percebeu, ou se não esteve atento ao teor. O voto não era sobre o PEDU. É sobre a Pedovia. É parecida a palavra. Mas acho que se tivesse atento não haveria confusão. Porque aquilo que aqui se veio apenas fazer, sem segundos sentidos, foi meramente congratular a Câmara por esta iniciativa, dando apenas até aqui, lançando aqui um repto, o senhor Presidente, nesse momento, até estava a falar não deve ter ouvido, mas o repto que aqui se lançou foi apenas de, sugeriu-se colocar este projeto à discussão pública de forma a fazer crescer o projeto. Apenas isso. Eu, não era com sentido de falar sobre o PEDU. Era sobre a Pedovia, sobre a ciclovias, senhor Presidente. Não há segundos sentidos neste Voto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada Deputada. Senhora Deputada Mónica, faz favor.” -----

- **Deputada Sabina Mónica (PSD):** “Bom dia a todos. Eu só queria esclarecer que, sem PEDU, não há Pedovia. Só isso. E queria também aqui esclarecer que, portanto, a senhora Deputada diz que o Secretário de Estado da Mobilidade declarou apoiar o projeto, muito bem, sugeriu a candidatura desta obra ao financiamento da Rede Nacional de Ciclovias, 300 milhões de euros para esta Rede Nacional de Ciclovias que, supostamente, irão ser colocadas ciclovias nos grandes centros urbanos. Não sei muito bem quais são as orientações técnicas para cidades como a Guarda, portanto, vamos aguardar as orientações técnicas. Dizer que estes 300 milhões de euros só são financiados a 65% e que o resto tem que ser colocado pelos Municípios. E referir, ainda, que o financiamento ao Portugal 2020, no qual está a Pedovia incluída, tem um financiamento de 85%. Portanto, eu acho que isso seria um muito mau negócio para a cidade da Guarda. Aproveito, se me permitem, eu tinha aqui uma apresentação sobre a referida Pedovia. Então, o desenvolvimento de vários estudos implementados pela Câmara Municipal da Guarda, no âmbito da reorganização de trânsito e estacionamento, (porque não existe só uma pedovia, existe sim, um conjunto de situações que a Câmara desenvolveu com âmbito do plano de mobilidade sustentável) o plano rodoviário municipal de 2040, o projeto pedovia/ciclovias da cidade da Guarda, representam a importância dada pelo Município na implementação de um plano de mobilidade sustentável que irá revestir em diversos benefícios, nomeadamente na melhoria das condições de acessibilidade para todos os cidadãos; na melhoria de condições de deslocação a pé e bicicleta; na melhoria da qualidade de vida de saúde, de bem-estar dos guardenses, devido não só à melhoria do ambiente urbano, que por si só já é de excelência, mas também à redução de ruído. Tudo isto com a promoção de utilização de modos suaves de mobilidade. A redistribuição, em espaço público, de forma tendencialmente reduzir os espaços excessivos reservado ao automóvel, promovendo deste modo mais oportunidades para interações sociais e usufruto da cidade, com contribuição para o aumento da eficiência energética, melhoria da imagem atratividade e competitividade no território municipal que constitui o objetivo do plano rodoviário municipal 2040. Sendo este de extrema importância para a implementação, na cidade, de um plano de mobilidade sustentável alargado para os trinta anos posteriores, representando a Guarda uma das únicas cidades nacionais com este plano em

cima da mesa. O plano irá promover a adoção de ações que contribuem para intervenções no território e em particular no novo desenvolvimento urbano que seja planeada na ótica de garantir, através do desenho urbano, a boa legibilidade das redes pelos diferentes utilizadores, através da sua estruturação aquedada, hierarquização e sinalização. Desenvolvimento de soluções urbanas compactas e aposta na diversidade e complementaridade das funções urbanas, de modo a favorecer a mobilidade em modos não motorizados. Daí, a implantação da ciclovia/pedovia da cidade da Guarda que terá, numa primeira fase, um percurso de nove quilómetros, contando com um investimento de 1,5 milhões de euros inserido no PEDU, no Plano Estratégico Urbano da Cidade da Guarda, com financiamento no Portugal 2020, onde também ficou previsto o projeto de incremento de modos suaves no acesso ao parque industrial da Guarda. A mobilidade urbana da Guarda irá afirmar-se com a construção da pedovia/ciclovia ao longo da Viceg. Ligará quase todos os bairros da cidade com início junto ao Instituto Politécnico da Guarda, Bombeiros Voluntários da Guarda, permitindo a ligação - Torrão, Alfarazes, Bairro Senhora dos Remédios, Parque Industrial, Galegos, Bairro do Pinheiro, Polis, Póvoa do Mileu, São Miguel, Bairro de São Domingos e Rio Diz. Um verdadeiro reconhecimento da importância dos modos de transportes não motorizados, promovendo a existência de boas condições de serviço para peões e ciclistas, a adoção de estilos de vida mais saudáveis, um sistema urbano mais eficiente, com uma maior acessibilidade de proximidade e com menos emissões de nocivas, ajudando ao compromisso da neutralidade carbónica. A Guarda como uma cidade sustentável e como uma cidade europeia de excelência na mobilidade. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhora Deputada. Mais alguém pretende intervir sobre este tema? Não? Passemos, então, à votação.” -----

-----**Resultado da votação do Voto de Congratulação**-----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos então agora... Sim. Faz favor, senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Queríamos apenas felicitar quando virmos este projeto iniciado e concluído. Até porque, dêem-lhe o nome que quiserem, falem nos financiamentos que quiserem, mas a verdade é que nós também, já lá vão alguns anos, que propusemos e iríamos continuar sempre a propor. Por isso, felicitamos. Quando à parte orçamental se, por acaso, a Guarda tiver que colocar, neste caso o Município, algum dinheiro fora do seu hábito relativamente a outros fundos europeus, noutras obras, género rotundas, parece-me que a Guarda aguentaria muito bem tendo em conta a utilidade dessa ciclovia e pedovia. Por isso, se tivermos que ir aos cofres da Câmara buscar algum para pagar, não me parece que teria que ser um lado negativo de não existir, um motivo para não existir esse projeto. É óbvio que seria sempre melhor se houver programas de apoio e fundos para essa obra senhor Presidente. Por isso, esperamos com grande agrado ver o início e claro o fim, que é o mais importante a seguir, dessa obra. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos aqui ainda algumas pessoas para intervir. Chamo à atenção para os tempos que restam a cada Grupo. Portanto, o Bloco de Esquerda já não tem tempo. O Executivo também não. E cada um dos outros Grupos Parlamentares tem o tempo que consta aí no quadro. Eu tenho inscrita a Deputada Dulcineia. Pode fazer a sua intervenção, se faz favor.” -----

- **Deputada Dulcineia Catarina Moura (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora e senhores Vereadores,

excelentíssimos senhores e senhoras Deputadas, comunicação social, público presente, muito bom dia a todos. Como guardense, confesso que gosto da Guarda desde sempre, mas hoje o meu reconhecimento é à Guarda do presente. Começo pela Cimeira Ibérica que decorrerá em junho do próximo ano. Tratando-se de uma reunião anual e bilateral, os assuntos relacionados com a cooperação e a afirmação conjunta no espaço europeu, revestem-se de suma importância para ambos os Países. Discutir, decidir e colocar na agenda estes assuntos, na Guarda, será certamente uma oportunidade de afirmação da nossa cidade que será palco da intervenção e da tomada de decisões importantes para a região fronteiriça. Cumpre-nos, pois, louvar a iniciativa do senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Álvaro Amaro, por se ter antecipado na sugestão dirigida ao senhor Primeiro Ministro. E porque a política é mesmo isso e o senhor Presidente tão bem o faz, a arte de antecipar os factos. E claramente que nos cumpre também louvar a quem coube a competência de tão importante decisão. E porque há uma realidade que é comum, uma proximidade que nos une num espaço raiano, em que as cumplicidades se harmonizam, oxalá esse momento seja também a oportunidade de se firmar um importante contributo para a coesão territorial. E que esta coesão seja, efetivamente, promotora da valorização e do desenvolvimento regionais, em cujos ecos desse encontro se vislumbra o intento conjunto de alcançar o desenvolvimento socioeconómico equilibrado e equitativo do território luso-espanhol, valorizando assim o seu capital físico, a sua diversidade, complementaridade e endogeneizada. Atrair eventos desta envergadura já vem sendo apanágio deste Executivo. Estamos hoje numa Guarda alta, ativa e ambiciosa, onde se prepara uma candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027, contando aqui também com a colaboração de Espanha. Uma Guarda onde, anualmente, vemos acontecer uma Feira Ibérica de Turismo que tem vindo a crescer em dimensão e qualidade. Uma Guarda Cidade Natal que já é um encanto de muitos visitantes de outros pontos do País e também da vizinha Espanha. Uma Guarda que envolve e valoriza as coletividades e os produtores locais, destacando-os também na anual Feira Farta. Um Guarda que quer incrementar a formação de jovens talentos através da música ao acolher uma Orquestra Académica Filarmónica. E uma Guarda cidade, capital de Distrito que aposta na revitalização de edifícios entre os quais acolhe, por exemplo, a sede da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Estes e outros feitos vêm assim reforçar uma estratégia de devolver à Guarda a justa e merecida capitalidade e a sua centralidade regional e naquele que é o eixo de ligação à Europa, a par dos preciosos contributos que têm vindo a ser dados ao nível da auto estima coletiva da população guardense. Trata-se, pois, de investimento que tem vindo a gerar resultados e que se pretende que venha a gerar ainda mais. Assistir à evolução da Guarda, assistir à Guarda de hoje é sobejamente gratificante. Este é o reconhecimento que cabe aos guardenses, a todos os que, por exemplo, sentem na alma a emoção de assistirem a uma promoção tão assertiva de um concelho cujo modo para atrair turistas e visitantes é “guarda-me”. A iniciativa “guarda-me” vem assomar-se como um instrumento precioso ao serviço da estratégia territorial. Este é o reconhecimento de uma Guarda que quer conquistar através da implantação de uma cultura competitiva e que se quer posicionar e comunicar os seus atributos. Senhor Presidente, Dr. Álvaro Amaro, senhora Vereadora e senhores Vereadores, há quem diga que que aos homens se devia agradecer o menos possível, porque o reconhecimento que lhes testemunhamos os convence facilmente de que estão a fazer demais. Não creio e peço-vos que não criem também nisso. Continuem a semear num futuro mais promissor para os nossos filhos e a contrariar este paradigma do abandono do Interior. Continuem a dar força a uma Guarda que deixou de reagir e passou a agir. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Aires Diniz pediu para intervir, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “O Concelho, como todos concluímos quando circulamos em estradas, como a EN18, que precisa também que se tapem buracos, que se escorem as arribas e se sinalizem vertical e horizontalmente os trajetos e a as bermas para que se saiba, com segurança, para onde vamos e de onde vimos. De facto, não podemos, por força negativa destas falhas, potenciar o turismo que se circunscreve demasiado ao espaço urbano, não deixando que os seus efeitos positivos atuem na dimensão do espaço rural e na criação de sinergias entre as nossas freguesias e com os demais Concelhos da região. Aí, nem sequer os habitantes do Interior, dados os baixos salários auferidos, podem ocupar os poucos cafés que resistem à crise que os baixos salários e rendimentos provoca. E assim, tudo se mostra demasiado difícil para o tecido económico no Interior. Falta-nos animar a cultura popular das nossas aldeias e também da nossa cidade, dando-lhes o sopro de vida que o reconhecimento das dificuldades locais e ainda algum pouco apoio em dinheiro e em espécie pode, se bem dirigido, animar e multiplicar. Nota-se desânimo no tecido económico, uma espécie de desapercibimento de empresas agravado pela situação de impasse em que está a Associação Comercial da Guarda, já que não lhe permite liderar qualquer projeto de desenvolvimento local, necessidade bem sentida pelos seus habitantes e visitantes. Podemos ainda dizer que não há visitantes derivado ao elevado valor das portagens. Também os filhos que visitam ou apoiam os pais têm, nas portagens, um peso elevado que para alguns é insustentável. Assim, na falta de capacidade empresarial, terá de ser a Câmara e o Estado central a liderar um projeto de desenvolvimento que combata o despovoamento do nosso centro urbano. É o que infelizmente se agrava nas Freguesias rurais. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos inscrito agora o senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PSD):** “Senhora Presidente, Membros da Mesa, senhor Presidente e Vereadores, senhores Presidente de Junta, senhores Deputados, técnicos da Autarquia, membros da comunicação social e público que nos assiste. O Natal é, por excelência, uma época em que o aconchego a todos contagia. E que belo e acolhedor tem sido este tempo natalício na nossa cidade. De facto, daqui da cidade mais alta, o Natal brilha ainda mais alto. Não me refiro apenas à lindíssima iluminação Natalícia, aos belos Presépios e Árvores de Natal que pontilham o Jardim José de Lemos e o Largo Frei Pedro, trabalho admirável das escolas e IPSS’s. Também não me refiro apenas à Praça Velha que ganha uma nova vida, onde entre animações, atrações para todas as idades e a presença de variadíssimas associações com os seus produtos, animam a atraem quem nos visita. Não me refiro apenas a uma só atividade, a um só local, a uma só participação. Mas sim, a um verdadeiro concelho de Natal, a uma verdadeira Cidade Natal, onde todos participam, que todos constroem, uma Cidade Natal das escolas e freguesias, uma Cidade Natal das IPSS’s e associações, uma Cidade Natal da Guarda com atividades não só na cidade, mas também por todo o concelho, onde a cultura tem lugar e onde as crianças, os jovens, os menos jovens, se sentem integrados. Mas falemos da adesão e como é espantosa essa adesão. Centenas e eu atrever-me-ia a dizer milhares, milhares de visitantes, desde o primeiro dia na inauguração, nos dias seguintes e nos últimos dois fins-de-semana. Assistiu-se a uma verdadeira enchente por esta cidade. Quer portugueses, quer espanhóis encheram a cidade. Aqui está, senhor Presidente, a aposta. A aposta que referiu há uns anos atrás que pretendia tornar a Guarda a Cidade Natal e colocar esta mesma cidade a fervilhar. Aqui está mais uma aposta conseguida. Bem sei que esta edição ainda não acabou, mas desde já o desafio para edição de

2019. Pois esta já é o sucesso garantido. E também, apesar das condições meteorológicas entre chuva e sol, no último domingo realizou-se o mercado mensal aqui no centro da cidade. Também lhe lanço esse mesmo desafio, de continuidade na sua realização continuando, sobretudo, a estudar as soluções, as novas perspectivas e, acima de tudo, ouvindo a todos proporcionando assim com uma cidade mais viva e mais dinâmica. Senhores Presidentes de Junta e senhores Deputados, elenquei aqui duas atividades que atraem e impulsionam a vida da cidade. São a prova do bom trabalho e dedicação deste Executivo. Mas há poucas semanas, aqui mesmo nesta sala, tomaram posse os elementos do Conselho Municipal da Juventude. Este é, sem dúvida, uma aposta concreta nas novas gerações e como vem sendo referido, tanto por este Executivo, como pelo Grupo Municipal do PSD, a par com a educação, os temas que devem merecer especial foco e atenção é a juventude, pois são o futuro dos nossos territórios, a esperança do nosso concelho, a vida da nossa cidade. No entanto, não devemos cair no erro de olhar só para os jovens como o futuro. Ver neles o amanhã prometido, mas sim entregá-los na discussão do presente, ouvi-los na procura de soluções, trabalhar com eles na dinâmica do agora. É esse o sinal que esta tomada de posse simbólica transmitiu. É o sinal do trabalho conjunto e integrativo. Por isso, senhora Presidente, se me permite deixe-me parabenizar todos aqueles que tomaram posse e desejar-lhe sucessos. E mais uma prova deste trabalho, desta importância dos jovens, foi a inauguração, no último Dia da Cidade, das habitações no centro da cidade, na rua dos Cavaleiros. É sem dúvida nenhuma mais um sinal para a integração, o dinamismo e a atração dos mais jovens para a Guarda. É um trabalho, se me permitem a expressão, silencioso, mas que dará fruto. Por fim quero referir outro trabalho que já vem sendo colocado em prática por este Executivo, que não só é um sinal do futuro e desenvolvimento e sustentabilidade e refiro-me, como é óbvio, aos incentivos ao investimento e ao gabinete de desenvolvimento estratégico e ao apoio a investimento ao empreendedorismo. Sabemos que o emprego, as empresas e o investimento são o suporte vital para o desenvolvimento do concelho e a sua sustentabilidade. Pois com este novo programa, aqui apresentado nesta mesma sala e onde foram assinados já vários contratos de incentivo ao investimento, que criarão cerca de duzentos postos de trabalho pois, com este programa como eu dizia, é um novo passo para esse caminho de atração, de investimento, de iniciativa. Um caminho com futuro e que é sinal desse empenho de trabalhar com todos e para todos. Sinal do empenho e de dedicação que este Executivo tem dado pela Guarda e pelo concelho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Ora bem nós tínhamos aqui inscrito o senhor Deputado Érico, mas que, lamento... um minuto, um minuto, ou seja, fala até ao minuto. Eu tenho estado a dar um minuto e qualquer coisa a cada um. Consegue? Não, eu não lhe dou um minuto, dou-lhe meio minuto, é isso mesmo. Então, faz favor.” -----

- **Presidente da Junta de Freguesia de Maçaínhas, Érico Gomes (PDS):** “Bom dia a todos. Senhora Presidente, em seu nome cumprimentar a sala toda e a todos quantos nos vêm. No mês de novembro, integrando uma comitiva desloquei-me ao Vaticano para que o senhor Presidente da Câmara entregasse um cobertor de papa ao Papa Francisco. Foi um momento único e o qual me deixou a mim e penso que a todos nós orgulhosos, por saber que tal objeto foi realizado no nosso concelho, mais propriamente na minha aldeia, Maçaínhas. Como tal, tenho de agradecer ao Executivo e em especial ao senhor Presidente Álvaro Amaro, por se ter lembrado de efetuar tal oferenda, levando de novo ao mundo inteiro o nome da Guarda e também o de Maçaínhas. Lembrar também que nesta deslocação foi entregue, na embaixada de Portugal no Vaticano, uma medalha de homenagem a sua Eminência o Cardeal Saraiva Martins, bem como uma placa alusiva à Igreja Matriz dos Gagos onde este iniciou a sua vida religiosa, visto ter sido lá batizado,

portanto, iniciou aí. Por fim, deixar aqui um pedido. Que este ou outros Executivos vindouros não se esqueçam deste produto único que é o cobertor de papa de Maçaínhas. Único em todo o mundo e que enfeita a nossa nobre sala. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Finalmente o senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dr.^a Cidália Valbom, apresento-lhe os meus melhores cumprimentos e na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Assinalámos no passado dia 27 de novembro os 819 anos da nossa cidade. História que muito nos honra e orgulha. Aqui exaltamos, na impossibilidade de não o ter feito no ato solene, onde os Partidos com assento parlamentar, uns nuns anos usam da palavram, nos noutros já não. Como apetece, ao estilo quero, posso e mando no exercício de oportunismo político lamentável. No pós-eleições autárquicas, num ambiente de sedução a tudo e a todos, num apelo à existência do quase partido único, no dia da cidade, 27 de novembro de 2017, eis que todos falam não se perdendo a oportunidade para colocar a Guarda contra uns, num estilo populista de trincheira de quem discorda, está contra a Guarda. Mas bem, em autêntico estado de graça, no apogeu da glória eleitoral, a oposição usou da palavra num exercício difícil. Este ano foi diferente. A oposição não falou, ficou em silêncio. Não por vontade própria certamente. Este ano, os Partidos com assento nesta Assembleia foram remetidos ao silêncio não fossem aproveitar de forma deselegante o Dia da Cidade para, por puro atrevimento, por ventura, dizer que o rei vai nu. Mas tivemos então a desejada elegância. A elegância de se usar o Dia da Cidade para se falar de ajuste diretos, de estudos e de investigadores. Tivemos a elegância de, no Dia da Cidade, se exaltarem, não as virtudes e a história desta cidade, mas sim, num estilo egocêntrico, a história das virtualidades da prática Executiva. Nota vinte, campeão; nota vinte, campeão. Acerca da história desta cidade, destas gentes, deste território, enfim, de tudo aquilo que faz parte do nosso património material e imaterial, nem uma palavra. É complicado. É difícil, por vezes, falarmos daquilo que não conhecemos, daquilo que não sentimos, daquilo que não vivemos com paixão e entusiasmo. Para se falar da Guarda e da sua história, é preciso senti-la. Salvou-nos a senhora Presidente da Assembleia Municipal nas suas palavras iniciais. Fez-nos sentir da Guarda, fez-nos sentir guardenses. O que é demais começa a cansar. Começa a cansar um certo jeito: eu, eu, eu. Ninguém, por aqui estar, faz favores à Guarda. A Guarda é e será sempre muito superior a qualquer individualidade. A Guarda somos todos nós, com as nossas diferenças de opinião, com diferentes visões, mas a Guarda somos todos nós. Os que dizem que, por discordarmos, estamos contra a Guarda, avisamos: estamos, isso sim, preocupados com a nossa cidade. E não vale a pena este tipo de argumentação, não percam tempo com isso, não desistimos da alternativa que propomos para o Governo desta cidade. Sempre pela Guarda e para a Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, sim. Um minuto ainda. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado senhora Presidente. Só para deixar uma nota, relativamente à Sessão Solene que decorreu neste espaço, que é um espaço natural deste Órgão, para dizer o seguinte. Como sabemos, as Sessões Solenes incorporam outras personalidades que são convidadas e acontece, e verificou-se nesta, que muitos dos Deputados eleitos que deveriam, que tem assento e que, no fundo, dão corpo a este Órgão, tiveram que ficar de pé. E eu só queria deixar uma sugestão, até porque estas sessões depois são longas e isto torna-se, de alguma forma, incomodo para as pessoas, que em futuras Sessões

Solenes, aquelas que acontecessem num espaço com outra dimensão para permitir que todas as pessoas tivessem o conforto que é merecido. Quer eleitos, quer convidados.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Muito bem. Terminámos assim o Período Antes da Ordem do Dia e passávamos, de imediato, ao Período da Ordem do Dia, com o primeiro Ponto da Ordem do Dia, que é a tal novidade que nós introduzimos neste Regimento da Assembleia. E temos várias intervenções, mas só uma nota. Sim... Senhor Deputado, eu fazia de bom grado, mas é meio-dia, ou seja, o Período Antes da Ordem do Dia de sessenta minutos passou para duas horas e a agenda é muito longa. Se nós vamos interromper agora, as pessoas podem levantar-se para irem à casa de banho, desde que não andem naquele... não é? E por isso, se me permitem, eu não vou fazer intervalo, porque senão não terminamos e eu queria terminar este ponto e irmos almoçar e depois não teremos tempo. Muito bem. Só uma nota muito rápida. O Partido Socialista tinha entregue dois requerimentos para intervir neste primeiro ponto e acabou de os retirar. Portanto, estas duas intervenções ficam sem efeito. Sendo assim, eu dava a palavra ao PSD para fazer a primeira intervenção que é sobre saúde.” --

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, técnicos do Município, comunicação social aqui presente e público que assiste via internet a esta sessão. Já hoje muito se falou nesta Assembleia sobre saúde e compreendemos bem porquê. A saúde está, talvez pelos piores motivos, na ordem do dia no nosso Concelho e no nosso Distrito. As preocupações, é verdade que não são apenas do presente. Simplesmente, as decisões mais recentes vêm agudizando alguns problemas que se fazem sentir e devem merecer a maior preocupação da parte de todos nós. Os problemas relacionados com as infraestruturas e com os recursos humanos, nomeadamente com médicos, são recorrentes e já fazem parte das discussões habituais dos cidadãos guardenses. Periodicamente as valências hospitalares vão conhecendo dias melhores e piores e a possibilidade de algumas delas vai continuando no horizonte. Faço um parêntese para referir que, ainda há pouco, o Deputado Matias Coelho se referia a uma Médica da Cardiologia, que é verdade que foi embora e foi embora no decorrer do ano passado, agudizando ainda mais os problemas dessa valência de Cardiologia no nosso Hospital. Porém, os acontecimentos mais recentes, entendo que são de molde a provocar o sobressalto cívico de que hoje quero aqui dar nota e a que quero apelar a todos. Nunca, como agora, houve necessidade de uma resposta política e cívica da Guarda a uma só voz. Unidos, no essencial, pela defesa dos cuidados de saúde para toda a região de modo a evitar que as decisões, cada vez mais lesivas dos nossos interesses coletivos, se tornem realidade. Nas nossas zonas rurais, é usual utilizar-se o sino da aldeia com um toque forte e ritmado, para convocar a população para um combate eminente. É pois hora, também, de tocar a rebate pela saúde na Guarda. Unir os partidos, as pessoas e as instituições por um desígnio fundamental na afirmação do nosso território. De agosto para cá, os motivos de preocupação não cessam de aumentar. O Decreto-Lei nº 61/2018, publicado no Diário da República em 3 de agosto do corrente ano, confere ao Centro Hospitalar da Cova da Beira o estatuto de Centro Hospitalar Universitário diferenciando-o, pela primeira vez, em relação aos Hospitais da Guarda e de Castelo Branco. Decisão essa que não colocamos em causa em relação à Covilhã, mas que não deixa de constituir-se como uma grande injustiça para o papel que os outros hospitais vêm desempenhando no ensino da medicina, enquanto partes integrantes do consórcio de hospitais associados à Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior. Em outubro deste ano, o Ministro da Saúde visitava a Guarda. E do pouco ou nada que acrescentou a sua visita, tudo acabou por se esfumar com a sua exoneração que teve lugar no dia seguinte ao da

visita ao Hospital Sousa Martins. A apresentação do orçamento de estado para 2019 trouxe-nos outra triste realidade. Ficámos a saber que, à cabeça, a ULS da Guarda sofre um corte de 13,5% na verba transferida através do Orçamento de Estado o que equivale a mais de 14,9 milhões de euros num ano. Sendo certo que o financiamento das instituições hospitalares se faz também através de contratos programas, o receio está instalado até à publicação dos referidos acordos que deverá acontecer até final deste ano. Contudo, as perspetivas não podem ser as melhores porque dificilmente um tão grande corte poderá ser compensado. É justo que pensemos e ponderemos os constrangimentos que uma redução orçamental desta monta pode causar à ULS e aos cuidados de saúde que aqui são prestados aos utentes do Distrito da Guarda. Da parte do Conselho de Administração da ULS, nem uma palavra. Poderemos estar descansados? Entendemos que não. As recentes declarações da Ministra da Saúde, em audição Parlamentar decorrida na semana passada, mostram-nos que, infelizmente, os motivos para preocupação existem objetivamente. Mais uma vez, infelizmente, não estamos a ser fatalistas nem exagerados nas nossas preocupações. Vejamos. A Ministra da Saúde referiu que a ULS da Guarda necessita, de facto, de ajustes orçamentais. O que, nada dizendo sobre o futuro e o modo de resolução do problema, representa já a assunção de uma realidade que importa resolver. Mais referiu que o Hospital da Guarda se inscreve no terceiro grupo como um dos hospitais com mais dificuldades e que, vou citar: «é um Hospital vítima da interioridade», uma atitude fatalista e que representa uma quase demissão do Governo em agir sobre a realidade de modo a invertê-la. Um passo está dado. É o diagnóstico. Importa agora passar à prática também nesta matéria. Elencarei, de seguida, em traços breves, alguns assuntos que merecem ser tratados com urgência pelo Conselho de Administração da ULS em articulação com o Ministério da Saúde. O primeiro é resolver este constrangimento financeiro criado à ULS pela redução orçamental prevista para 2019. É imperioso que tal aconteça e ninguém se pode calar perante tamanho logro, para aquilo que são as perspetivas na saúde na Guarda. O segundo assunto, tem a ver com a contratação de Enfermeiros. O ex-Ministro Adalberto Campos Fernandes prometeu a abertura de concursos para trinta e dois Enfermeiros no decorrer deste ano de 2018. E se, no primeiro semestre, já entraram dezasseis Enfermeiros, sendo certo que dos dezasseis, apenas quatro não estavam ainda a trabalhar e a exercer funções no Hospital da Guarda, no segundo semestre, até à presente data, ainda não entrou mais nenhum desses outros dezasseis Enfermeiros que deveriam integrar os quadros da ULS. É importante que este assunto seja resolvido. É importante, também, que o Conselho de Administração da ULS e o Ministério da Saúde apostem na criação de uma verdadeira Unidade de Investigação na ULS que abra caminho a essa classificação da Guarda como Centro Hospitalar Universitário. E favoreça a criação de um ambiente favorável à inovação, ao desenvolvimento tecnológico, à competitividade científica e que poderá abrir portas também à fixação de profissionais de saúde dos mais variados ramos. A propósito deste tema da Unidade de Investigação, não podemos deixar de questionar o ponto de situação relativo a um dos projetos candidatados pela CIM Beiras e Serra da Estrela, no seu plano estratégico apresentado à CCDR Centro e que está relacionado com a criação, na Guarda, de um Centro de Estudos Bioclimáticos que pode também ser uma unidade de referência em matéria de investigação associada à ULS da Guarda. É importantíssimo que o Conselho de Administração da ULS e o Ministério da Saúde perceba a necessidade de uma intervenção nas instalações do pavilhão centenário, nomeadamente no local ocupado pela Medicina Interna, dotando-o de melhores condições físicas e de equipamentos que criem condições de comodidade como sejam ares condicionados. E refiro-me a uma coisa tão simples como ares condicionados para que a situação vivida neste último serviço, no verão passado, deste ano de 2018, que foi abaixo do limiar da dignidade admissível, não se volte a repetir. E também outros que contribuam para a melhoria das condições prestadas aos utentes e evitem a facilidade de

propagação de bactérias hospitalares. Entendemos, ainda, como muito relevante e urgente, que o Conselho de Administração da ULS, em conjunto com o Ministério da Saúde, apostem na criação de uma unidade de cuidados na comunidade, sob a orbitada do Centro de Saúde da Guarda, à semelhança do que já acontece nos Concelhos de Seia e Gouveia e que se poderá traduzir numa melhoria significativa do apoio prestado aos utentes fora das instituições de saúde. Estas são as questões mais prementes e urgentes que exigem resolução imediata. Mas, para além destas, existem outras que urge discutir de modo a alinharmos posições. Em traços gerais, poder-se-ão qualificar como os tijolos e os miolos, que já hoje aqui foram falados, numa expressão célebre do nosso Presidente de Câmara que foi já adotada pela Guarda. São questões de estratégia, questões de longo alcance e que dependem muito da vontade política que podemos e devemos afirmar. A questão das infraestruturas é uma delas. Requalificar o Pavilhão 5 ou reivindicar a segunda fase das obras do Hospital. A verdade é que o projeto previsto para o Pavilhão 5 poder albergar o Departamento da Saúde da Mulher e da Criança, só resolve a questão infraestrutural para duas das seis especialidades que se mantêm no edifício centenário. E as outras especialidades? Haverá alguma hipótese de requalificar aquele espaço em se encontram, que não passe pela realização da segunda fase do hospital? Ou terão as especialidades que ali ainda se encontram, estarão condenadas a por ali permanecerem em condições desfavoráveis? Outro grande tema são as relações inter-hospitalares, de que também já aqui se falou, que a ULS da Guarda e o Hospital Sousa Martins podem e devem estabelecer numa lógica de cooperação e complementaridade. Há pouco tempo, nesta mesma sala, no âmbito das Conferências da Guarda, o Município convidou os Presidentes dos Concelhos de Administração das três Unidades Hospitalares situadas neste Interior do País, a sentarem-se à mesa e a discutir o futuro. Dos três, apenas a Presidente do Conselho da Administração da ULS Guarda respondeu à chamada. Mau sinal. Mas a verdade é que, nesse mesmo dia, várias intervenções apontaram no sentido de um trabalho já realizado há anos atrás, mas que teima em não sair do papel. Ouvi, na comunicação social, o senhor Presidente de Câmara referir que tinha pedido à Presidente do Conselho de Administração que partilhasse com ele a informação existente e trabalhada nessa altura. A pergunta que faço é: senhor Presidente, recebeu ou não alguma resposta a esse seu pedido? Esta é, eventualmente, a matéria em que estrategicamente temos que olhar com mais cuidado. As decisões recentes e a desgradação do Hospital da Guarda em relação ao da Covilhã, parecem fazer parte de uma estratégia de longo alcance, que mais parece um fato feito à medida da Covilhã para que esta possa vir dominar o território em matéria de saúde. Todos os cuidados são, por isso, poucos. Importa, por isso, perspetivar o futuro e as soluções de modo abrangente, equacionando parcerias diversificadas, orientadas para o interesse dos doentes e com uma visão abrangente do território. Olhar para as relações transfronteiriças com Salamanca e o seu Hospital, do mesmo modo que olhamos para Covilhã, para Viseu, para Castelo Branco ou para Coimbra. E aproveitar, talvez, o facto de a Cimeira Ibérica se realizar no próximo mês de junho na nossa cidade, para colocar este tema na agenda do Governo e pôr o Governo Português a discutir políticas de cooperação transfronteiriça em matéria de saúde, que podem fazer a diferença para os cidadãos no Distrito da Guarda. Não resisto, contudo, apesar de todas as preocupações e problemas que sentimos nesta matéria da saúde no Distrito da Guarda, a terminar com uma nota positiva. Porque há um Hospital que nos devemos orgulhar, de profissionais, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, assistentes técnicos e operacionais empenhados, atentos, cuidadosos e que, todos os dias, dão de si para compensar lacunas que não deveriam ter de suprir. Um Hospital de valências de referência a nível nacional, como são o seu Laboratório, como são a sua Farmácia Hospitalar, como é a Pneumologia e a Medicina Intensiva. Um Hospital que se leva a sério e que se revolta com todos os que não o levam a sério. Trabalhem, por isso, para que de futuro nos possamos orgulhar

conjuntamente de muito mais. E para que nunca nos pese a consciência por aquilo que poderíamos ter feito e não fizemos. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Afinal o Partido Socialista retira apenas uma das... sim, por lapso. Mantém a da Coesão Territorial, que era outro dos temas que tinha. Mas eu, a propósito desta primeira intervenção, perguntava se alguém pretende intervir sobre esta intervenção do Partido Social Democrata? Não? Sim, se faz favor. O tempo o senhor gere-o como... Senhor Deputado Agostinho, se faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Senhor Deputado Tiago Gonçalves, aceitamos o repto que aqui lançou. Vamos então a isso. Vamos discutir a questão da saúde, a questão do Hospital, a questão da ULS. O Partido Socialista está disponível para essa discussão. Vamos a isso sem questões partidárias, sem politiquices. Vamos a isso, aceitamos o desafio.” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos então agora, por parte do Partido Socialista, um tema que é a Coesão Territorial. Senhor Deputado Rui, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia e a restante Mesa, cumprimento o senhor Presidente da Câmara e os demais Vereadores, os senhores Deputados, os técnicos da Autarquia, comunicação social e o público presente e também quem nos acompanha através da Web TV. A minha comunicação é, como foi indicado, relativamente à atratividade da Guarda como fator de coesão territorial. A Guarda, como todos aqui bem sabemos, tem sofrido ao longo das últimas décadas com a crescente litoralização do País. Com efeito, temos assistido impotentes ao crescente despovoamento e envelhecimento do nosso concelho, ao seu empobrecimento e à perda de competitividade. Esta tendência surgiu com a terciarização da economia que se verificou nas últimas décadas do século passado, tendo até sofrido algum atraso devido à situação política que o País viveu até ao 25 de Abril de 74. De então para cá a tendência acentuou-se e acelerou com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Todos reconhecemos enormes e importantes melhorias na sociedade e na economia do País após estes dois acontecimentos que, no entanto, não foram homogêneos em todo o território, tendo-se acentuado o fosso entre o litoral e interior. Tendo-se quase abandonado dois terços do território do nosso País que se vê afastado do desenvolvimento, enquanto tantos continuam a ocupar tão pouco espaço na faixa litoral com os custos sociais que daí advém. Esta não é uma tendência impossível de inverter, mas teremos mais dificuldade em travá-la sozinhos do que se mostrarmos a todos os portugueses que Portugal será um país mais igual e mais justo, com um desenvolvimento mais uniforme e homogêneo das suas regiões. O Governo já deu sinais de reconhecer a importância deste assunto. O Programa Nacional para a Coesão Territorial é um exemplo da importância que o assunto ganhou no espaço público. Reconhecemos que o seu alcance é ainda limitado, nalgumas áreas, mesmo insipiente, mas reconhecemos também que nada é mais impeditivo do progresso do que críticas inconsequentes e minorizar os poucos esforços que vão sendo feitos. Cabe-nos a nós também dar sinais claros aos nossos concidadãos e ao País de que estamos empenhados em inverter este estado de coisas, em fazer opções difíceis para que o futuro nos seja mais favorável, em sermos os principais responsáveis pelo sucesso que desejamos. Não nos podemos esconder atrás das obrigações dos outros para aligeirarmos as nossas. E não podemos, certamente, ter um discurso de mudança e, nas opções, tudo mantermos na mesma. O nosso concelho tem importantes fatores potenciadores de atratividade que podem e devem ser desenvolvidos para trazer ao concelho o desenvolvimento que ambicionamos. Os diagnósticos destes fatores têm sido repetidamente feitos e não são novidade para nenhum de nós. Cabe-

nos pois o engenho e a arte de o sabermos utilizar a nosso favor. E é aqui que as escolhas políticas podem realmente fazer a diferença. Comunicar ações de promoção é positivo quando a comunicação é clara, transparente e com conteúdo. Sem estas características, boas ideias perdem o seu impacto e a sua credibilidade. De que valem as iniciativas de apoio ao investimento sem o Regulamento estar disponível? Sem a calendarização da sua implementação ser conhecida? De que vale a pedovia/ciclovía sem a Câmara ter assumido que irá realizar a obra? De que vale uma campanha nacional de promoção da cidade e da sua atratividade, se a Câmara nem os seus funcionários consegue manter tendo-se assistido, ao longo deste ano, a constantes saídas de trabalhadores para desempenharem funções noutras Autarquias ou Serviços da Administração? Reconhecemos o valor das três iniciativas, que mencionamos a título meramente de exemplo, mas a ação política deve ser mais ambiciosa para que as medidas tenham efeitos amplamente positivos. A Câmara Municipal contará com todo o apoio da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal ao seu Programa de Apoio ao Investimento, quando nos der a possibilidade de avaliarmos o seu Regulamento. Contará com o nosso apoio à implementação da ciclovía/pedovia, como já hoje de resto e já aqui foi sinalizado, quando assumir publicamente que a obra será realizada e em que termos. E contará certamente com o nosso empenho quando der a conhecer as suas intenções para corrigir os motivos de descontentamento entre os seus funcionários a que recentemente se vieram juntar mais queixas na integração de trabalhadores, através do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos dos Precários na Administração Pública, que foram integrados em carreiras abaixo das que efetivamente correspondem às das funções que desempenham e dos seus níveis habilitacionais. Valorizamos o equilíbrio das contas que a Câmara tem vindo a invocar, mas entendemos que as escolhas que são feitas enfatizam demasiado a promoção de algo que tem pouco aderência à realidade. Não se trata de promover aquilo que gostaríamos de ser. Usemos ajustar-nos a aproximarmo-nos daquilo que desejamos. Usemos essas conquistas para nos tornarmos mais atrativos. Terminei como comecei, sublinhado que o País tem muito a ganhar com um Interior mais desenvolvido e atraente, com uma distribuição da riqueza mais homogénea no território nacional. Usemo-nos do nosso orgulho de beirões, para a todos mostrarmos que sabemos para onde queremos ir e nessa caminhada assumiremos por inteiro as nossas responsabilidades. Façamos das nossas opções um exemplo à altura das nossas ambições. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta intervenção? Passemos então à seguinte intervenção que é da CDU. Património Cultural em Desenvolvimento. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.”-----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “O tema que eu escolhi é o Património Cultural em Desenvolvimento porque este ano que está a acabar, foi o Ano Europeu, ou é o Ano Europeu do Património Cultural. Foi o Património Cultural o tema de um debate promovido do PCP realizado há dias, 9 de dezembro de 2018, em Trancoso. É o debate que devemos fazer quando o despovoamento atinge as nossas terras e a crise financeira, que nos põe a todos a poupar demais, reduzindo o número de... em que debatemos, muitas vezes em galhofa, o estado do nosso património cultural, material e muito menos o nosso património cultural e material que só se preserva se todos os dias o recordarmos. A introdução precoce de ensino científico, pode tornar-se a chave da inclusão e obstáculo contra o despovoamento que resulta da exclusão dos povos, tanto do seu património cultural, como da inovação, sendo isso o que os faz partir dos lugares onde vivem. De facto, é o património cultural que conforma e é fornecedor de tecnologia e de ambiente social dos lugares e dos espaços rurais que renascem sempre que o despovoamento os atinge de forma brutal como acontece entre nós. Se, na verdade, os saberes

ou competências continuam nos exílios e emigrações, perdem nitidez em cada modelo de referência base, quando o homem ou a mulher falece. Assim como em cada homem que parte nada deixando registado, como o saber ou o património cultural. Ou seja, quando nada é registado em palavras escritas ou materializadas em pedras, máquinas, ou seja, em algo que perdure para além da morte dos componentes das nossas aldeias, vilas e cidade. Infelizmente, a nossa cidade vai ficando deserta e menos convival, reduzindo a nossa capacidade coletiva de defender o nosso património cultural que fica à mercê de desatinadas intervenções. É o que os fotógrafos amadores, ou talvez não, vão registando. Contudo, nada disto impede a continuada agressão que o nosso património material vai sofrendo. Também, por isto, nestes nossos lugares, deve existir gente viva e atuante que faça reviver o nosso património cultural e também natural, já que, só com gente, ele pode existir e desenvolver-se como algo atual e funcional. Temos, por isso, que unir vontades e reforçar a nossa atenção em relação não só ao nosso património arquitetónico, mas também aos arquivos e bibliotecas, quer sejam propriedade pública, quer privada pois tudo isso é património cultural. Sabemos que só ele nos dá identidade e nos permite avançar consistentemente para o nosso futuro o necessário para podermos continuar a habitar a nossa terra, com uma base sólida assente nos ensinamentos do passado. E aqui queria introduzir algo que me ocorreu depois deste debate. Há um património cultural e material que existe no nosso Hospital. É ele que preserva nos arquivos, nas máquinas que estão por lá, aquilo que é o nosso passado. É aquilo que nós devemos preservar para o futuro como património material. Assim, concluímos, a inovação deve integrar o património cultural para o adaptar aos novos tempos, incluindo as novas tecnologias onde podemos integrar a robótica como condição determinante de existência de novas formas de trabalho. Transformam-se assim as aprendizagens e com elas muda o nosso património cultural e para que tudo termine bem neste nosso desígnio, temos que combater o despovoamento como condição base para que a nossa história tenha continuidade. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Não? Então, passemos agora à intervenção do CDS. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. A intervenção do CDS é sobre saúde, educação, investimento e fiscalidade. Penso que será uma intervenção única sobre este..., muito bem. Obrigada.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Transversal. Começaria, então, a minha intervenção com uma citação de Pessoa: «tenho em mim todos os sonhos do mundo» e aqui, também quero fazer uma declaração de interesse. É que os meus sonhos estão todos na Guarda, sempre estiveram na Guarda e não apenas os sonhos, mas também as realizações profissionais, familiares, pessoais, sociais, foi aqui que se concretizaram. E, por isso, eu continuo a acreditar na Guarda e a acreditar que é possível mudar a realidade, mas recuso-me a mascarar essa mesma realidade. E a realidade são as dificuldades e as facilidades de todos os dias, não é aquilo que nos querem fazer crer que é, sem ser. Sou por natureza otimista, mas não posso ser negacionista. E a realidade não se pode negar nem se deve esconder. Nesse sentido e porque nem tudo está bem, ou não está tão bem quanto nos querem fazer crer, pegaria num conjunto de notícias que não auguram nada de bom para o nosso concelho. A primeira afirmava que a Dura está a despedir e corre o risco de encerrar. A segunda dizia que há vontade política de aniquilar o Hospital. A terceira tinha como título «no Politécnico da Guarda luta-se pela sobrevivência». Tudo isto é deveras preocupante. No que diz respeito à Dura, já o CDS tinha dado o alerta para a possibilidade de encerramento, ou de corte drástico dos postos de trabalho, na Assembleia Municipal de setembro. Este exemplo diz-nos, claramente, que não basta criar incentivos para os novos investimentos, mas que é preciso dar a mão e apoiar as empresas já instalada no concelho, proporcionando-lhes condições semelhantes. Quanto à situação da Dura,

o CDS questionou o Ministro da Economia, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República, sem que também tenha havido qualquer resposta até ao momento. Não sei se o Governo está de greve só relativamente às infraestruturas e aos serviços públicos, mas também parece que em relação a este tipo de respostas. Sei que o senhor Presidente da Câmara levou, recentemente, a cabo uma sessão intitulada Iniciativas ao Investimento, onde eu, por razões de saúde, e com pena minha, não pude estar e parece-me bem que estas iniciativas sejam desenvolvidas, porque sinalizam uma preocupação e identificam um problema que a Guarda continua sem resolver. No entanto, quando se avança com ações no domínio da captação de investimento, temos que saber se estamos a fazer tudo aquilo que é preciso fazer. Só o saberemos se conhecermos também aquilo que estão a fazer os Municípios nossos vizinhos, que concorrem diretamente connosco na procura e fixação de novas iniciativas empresariais. Será que não teremos que ir mais além neste tipo de trabalho? Essa é uma tarefa que tem que ser dinâmica e em constante reformulação porque a concorrência é grande. Ontem ouvi um participante numa conferência, que decorreu na Guarda, dizer que é preciso globalizar o Interior e fiquei com a ideia registada. Com isto entendi que é preciso levar tanto o Interior para o mundo, como trazer o mundo para o Interior. E lembrei-me de um concelho, bem próximo de nós, que encarna bem este conceito. O Fundão. Este Município recebeu, recentemente, um galardão da Comissão Europeia que premiou o seu Centro de Negócios. O Fundão criou, recentemente, setecentos postos de trabalho no domínio das tecnologias, seiscentos dos quais são Engenheiros, entre outros, noutras áreas de outras atividades. E conseguiu, finalmente, inverter o seu saldo migratório. Já está a receber mais pessoas do que aquelas que estão a sair. Acho que é um bom exemplo a seguir. Outra situação preocupante tem a ver com a segunda notícia e que motivou, também, duas perguntas à Tutela, por parte do Grupo Parlamentar do CDS. Também aqui não há respostas e os problemas continuam a avolumar-se. O dirigente da Ordem dos Médicos faz declarações bombásticas. Faltam médicos, falta pessoal de enfermagem, encerram camas, encerram urgências de especialidades médico-cirúrgicas. Existe um défice crónico de financiamento, como já expressámos no voto de protesto, e os prazos das consultas são a perder de vista e a perder de vidas. De tal forma a situação é preocupante que o senhor Vereador Eduardo Brito veio fazer uma espécie de ultimato ao Conselho de Administração dando-lhe o prazo, até ao final do ano, para resolver os problemas do Hospital. Mas, a mim, parece-me que não é a ULS que tem que fazer o trabalho de casa, e estou a citá-lo, porque este não é um problema do Conselho de Administração. Este é um problema do conselho da governação. É o Governo, pela mão do seu Ministro Centeno e das suas famosas cativações, que têm estrangulado a saúde no Distrito da Guarda. Nos orçamentos da geringonça não há retificações mas foram inventadas as cativações. Este é um Governo que não olha a meios para atingir os fins e o Interior não tem votos suficientes para inverter resultados eleitorais. Daí ser ostensivamente esquecido, abandonado e até humilhado por ele. Exemplo disso é a recente iniciativa de baixar o valor dos passes sociais nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e o seu cínico alargamento a todo o País...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para informar que esgotou o seu tempo. Tem que terminar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Onde é que temos transportes públicos na Guarda, para podermos beneficiar da redução dos passes sociais? Onde fica o princípio do utilizador/pagador que nos recordam sempre que reclamamos isenções nas portagens? Porque nós vamos ter que pagar esses passes. A terceira notícia também ela é demolidora para o nosso Politécnico, quando sabemos a importância social que ele tem e como é que os polos de conhecimento e investigação são determinantes para o desenvolvimento de regiões, sobretudo

do Interior. Espero, esperamos que a nova liderança ponha fim ao período de inércia que o ensino superior conheceu na Guarda e saiba direcionar a instituição para os novos desafios que são colocados pelo mercado de trabalho. E vou já terminar. Da iniciativa da Caixa Geral de Depósitos, ontem realizada na Guarda, retive também algumas ideias importantes. Que a falta de mão-de-obra na Guarda é sobretudo de falta de mão-de-obra qualificada. Que os baixos níveis de emprego não resultam do aumento de emprego, mas do êxodo das pessoas que foram à procura de oportunidades para outras regiões. Que existe oferta de emprego qualificado. Que existem enormes dificuldades para aliciar os profissionais qualificados a fixarem-se na Guarda. Que a educação dos filhos é uma das primeiras preocupações para os profissionais qualificados...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar. Desculpe.”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E que existe um enorme desfasamento entre...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, só não foi condescendente com o CDS que foi o único que respeitou os tempos anteriores.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, mas sabe quanto é que já excedeu?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro, (CDS-PP/MPT/PPM):** “Peço-lhe agora também alguma benevolência.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então termine rapidamente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro, (CDS-PP/MPT/PPM):** “Que existe um enorme desfasamento, e isto é grave, entre a formação académica superior e a formação profissional ministrada nas instituições da Guarda e aquilo que o mercado de trabalho pede. Falou-se também de qualidade de vida e de oportunidades. Eu digo que estes conceitos são complementares, só há qualidade de vida onde há oportunidades profissionais. No Interior, só temos mais qualidade de vida quando temos emprego e rendimentos, caso contrário há que procurá-lo noutras paragens. E esse é o grande desafio da Guarda, é o desafio que tem que vencer e pensamos que 2019 vai ser mais uma oportunidade desperdiçada, porque não se vêem sinais suficientemente robustos para que também o nosso saldo migratório se inverta e as oportunidades estejam ao alcance das pessoas. Queria só desejar umas Boas Festas a todos e à família e um Ano pleno de sucesso também para todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Muito bem. Alguém pretende... Peço desculpa, não quer falar ali que é mais... sim.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Relativamente a este ponto, como tivemos oportunidade de falar, senhora Presidente, o Bloco de Esquerda não foi a tempo dos cinco dias úteis na entrega deste documento, nesta primeira reunião, relativamente à primeira reunião que tem o novo Regulamento. Contudo, o Bloco de Esquerda detetou que apenas o PSD entregou dentro do tempo e está na Plataforma dentro do tempo exigido dos cinco dias úteis. Dia 11 de dezembro. Todos os outros Partidos apresentaram dia 12 de dezembro, o que faz quatro dias úteis. E o Bloco de Esquerda apresentou no domingo e foi impedido de falar. Por isso, acho que deve poder falar ou então deve ser, completamente, não sei como, retirado tudo o que foi dito aqui pelos outros Partidos, até ao momento. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado... faz favor. Depois eu já falo.”-

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Parece-me que o CDS apresentou dentro do prazo. Aquilo que foi pedido pela senhora Presidente foi que se concretizasse, de forma mais precisa, o tipo de intervenção no documento. Talvez só depois tenha sido libertado para a Plataforma. Só este esclarecimento.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Posso falar eu? Posso? Bom. Então é assim. Relativamente a este ponto, é verdade o que está a dizer o senhor Deputado Marco Loureiro. Mas também é verdade, também é verdade que a Mesa teve o cuidado de... estou eu a falar. Mas posso falar? Posso? Muito obrigada. Aquilo que está a dizer o senhor Deputado Marco Loureiro é que enviou no domingo à noite, e repito, domingo à noite, o requerimento para cumprir este ponto. Este ponto, como sabem, é novo e cumpre os requisitos do período da Ordem do Dia em que, nos termos da lei, devem juntar a documentação até cinco dias úteis. Se reparar na data dos requerimentos que foram entregues, na verdade o PSD cumpriu o prazo, entregou no dia 11 e todos os outros entregaram do dia 12 que, salvo o erro, foi no dia, ajude-me Sofia, em que nós fizemos o alerta. Pronto. O que eu quero dizer é o seguinte. Tendo em atenção que este ponto era novo e embora não tivesse essa obrigação, mas achei que era meu dever, alertar todos os Grupos Parlamentares para o cumprimento deste prazo, uma vez que este ponto era novo. E tivemos o cuidado de, no dia em que enviámos o requerimento, fazer o alerta para o cumprimento do prazo e, depois, no dia 12, telefonar a todos os Líderes Parlamentares, inclusive ao Deputado Marco Loureiro, que confirmou que recebeu essa chamada, chamando à atenção: não se esqueçam do prazo para enviar. E todos enviaram nesse dia. Não sei se fruto do telefonema, nem se não, mas pronto. Se foi fruto do telefonema ainda bem. Todos o entregaram. O único que fez ouvidos de mercador, vai-me desculpar a expressão, não tome isto como uma expressão pejorativa, por favor, foi o senhor Deputado Marco Loureiro e que resolveu enviar no domingo à noite e pedindo-me para aceitar. E eu... e eu... pois não, mas porque é que não enviou no dia 12 como todos os outros? Porque é que não enviou no dia 12 como todos os outros? Muito bem. O senhor está no seu direito, tem o direito de protestar, pode fazer os protestos que entender. Nós decidimos... sim, mas pode remeter para a Mesa e nós pomos a votação... Muito bem. Posso? A decisão da Mesa foi não aceitar o requerimento e mantê-lo. O senhor está no seu direito, quer fazer? Muito bem. Então pomos à votação? Toda a gente está esclarecida? Pomos à votação. A intervenção do senhor Deputado faz sentido? Ou não faz? Bom, então queria tempo para? Sim, está bem. Então, dois minutos para decidirem. Toda a gente percebeu? Alguém tem alguma dúvida? Alguém pretende algum esclarecimento? Pronto. Então, decidam. Senhor Deputado, faz favor. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, então o Grupo Municipal do PSD esteve aqui a falar, estivemos aqui a trocar umas impressões. E queremos dizer que atendendo a várias situações, o facto de ser a primeira Assembleia com o novo Regimento, o facto de poder ter havido aqui alguma falha e houve, certamente, uma falha do Deputado Marco Loureiro nesse aspeto que é, ainda assim, de diminuída culpa e atendo também ao princípio principal que deve presidir a este Órgão, que é o da democraticidade, entendemos que o Deputado Marco Loureiro deve poder usar da palavra, neste ponto, sem que isso constitua minimamente nenhum tipo de consideração à decisão tomada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, até porque a decisão da senhora Presidente da Assembleia Municipal foi a decisão mais justa, de acordo com aquilo que é o Regimento. De todo o modo, sempre dizer que o Deputado Marco Loureiro deveria ter usado da palavra, para dizer aquilo que disse, no início deste ponto, não é? Para ser colocado logo imediatamente em pé de igualdade e não vir querer, no final, que se afastasse

aqui, ou retirasse da ata, tudo o que foi aqui dito posteriormente neste ponto 2.1. E por isso, nesse sentido, é nosso entendimento, em traços gerais, pese embora se isto for levado à votação cada um dos Deputados tem total liberdade para votar mas, em traços gerais, pareceu-nos que o Deputado deve falar, sendo esta uma situação excecional, única e para não repetir no decorrer no presente mandato uma vez que, a partir de hoje, ninguém mais pode dizer que não conhece os prazos regimentais, atendendo a esta discussão que se aqui gerou.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Só para dizer que não há qualquer desconsideração pela decisão da Mesa. Antes pelo contrário. Eu sou uma democrata, se todos decidirem, por mim está tudo bem. A minha decisão foi tentar ser justa e não abrir exceções, uma vez que nós fizemos o alerta e, tendo em atenção o alerta, todos enviaram nesse prazo. O único que não enviou foi o senhor Deputado Marco Loureiro e portanto não me pareceu justo que estivesse... Senhor Deputado, agora estou eu a falar. Desculpe. Não... estou, estou. Mas isso está resolvido senhor Deputado. Está resolvido. Se a Assembleia assim o decidir, por mim está autorizado a falar. Senhor Deputado, quando um fala o outro... Senhor Deputado Agostinho queria dizer umas palavrinhas, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Aceitamos a intervenção do Deputado Marco Loureiro. Apesar de ser uma novidade, obviamente que não podemos invocar o desconhecimento da Lei em nosso benefício. Aquilo que aconteceu é que no dia 12, creio eu, fomos alertados para essa situação. Honestamente, e dado ser uma novidade, tinha-nos passado ao lado esse prazo. Enviámos nesse dia, como nos foi solicitado. Agora, obviamente que também tenho que concordar que tanto está fora de prazo quem envia no dia 12, como quem envia no domingo. Entendo, por outro lado, agora não é estar aqui a querer agradar a toda a gente mas é, de facto, verdade, entendo também, por outro lado, a decisão em termos de metodologia que, sendo no dia 12, teria o tal efeito dos cinco dias uteis que é vir com alguma antecedência, no domingo já viria um pouco em cima. No entanto, nada contra a que a intervenção seja realizada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado José Carlos, se faz favor.” -----

- **Deputado José Carlos Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É só para referir também que dentro do espírito democrático, o Grupo Municipal do CDS não se opõem. Até gostamos de ouvir ali o senhor Deputado Marco. Portanto, e que, na prática, ele tem razão.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu também gosto de ouvir o senhor Deputado Marco Loureiro. Não é isso que está em causa, por favor. Senhor Deputado Aires Diniz, se faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu sou um dos que fui salvo pelo aviso. De maneira que, no dia 12, vim trazer, aqui à Câmara, a minha proposta e estive ali umas horas a pensar o que é que iria dizer. Agora, o Marco, já que é um caso excecional, embora eu não goste do excecional, é que estamos todos a aprender a usar este Regulamento e, portanto, provavelmente, ainda vamos ter algumas falhas. Portanto, eu acho que não vamos matar o Marco já e o Marco vai falar. Eu penso que ele deve falar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Se estamos todos em sintonia, senhor Deputado tem a palavra.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada senhora Presidente. Senhor Presidente, caros Deputados e Deputadas, comunicação social, funcionários e a todos os que nos acompanham via internet. Quero apenas começar dizendo que, realmente, eu, isto para justificar, que acho

que até nem tinha que justificar, mas aparenta-me que é necessário que fique esclarecido, que e vou já perder alguns minutos, que apenas fiz essa interpelação à Mesa porque, depois de conseguir entrar na Plataforma individual de cada um, neste sentido, a minha, enquanto Deputado, fui ter o cuidado de procurar as datas da entrega. Isto nada teria sido vindo a esta discussão se as datas estivessem, eu tinha aceite a decisão da senhora Presidente. Por isso, senhora Presidente, não fica bem, e agora é a minha vez de dizer isto, não fica bem dizer sistematicamente que eu fui avisado, quando os outros também foram avisados. Se há aqui um erro meu, é assumido logo ao dizer que concordo então em não falar. O que já não se pode depois é vir justificar ao contrário. É que a Mesa tem um erro. E a Mesa, na minha opinião, tem que assumir e não dar desculpas a seguir e dizer logo, Marco, ou os outros que já não tinham que falar, a Mesa devia ter tido isso em conta, aos cinco dias úteis. Se faz o telefonema no dia 12, já está a fazer uma ilegalidade. No dia 12 e não preciso de tirar nenhum curso de direito, se se faz um telefonema no dia 12, o dia 12 já é ilegal ao tempo, acho que está tudo dito. Acho que está mesmo tudo dito. Não, é que é bom que fique claro. Não vá lá para fora parecer que o Marquinho, do Bloco de Esquerda, que ainda há de durar muito, se esqueceu por se esquecer. Não. Cada matéria dentro do seu assunto e às vezes as palavras transparecem aquilo que não deveriam ser verdades, senhora Presidente. E isto tudo se tinha resolvido se a senhora Presidente tivesse aceiteado o meu pedido para, nesta primeira situação, não ser tão pouco flexível. E vê-se que, afinal, o Marco está a falar. Muito obrigado. Agora começando. Requalificação Zona Histórica. Foi anunciado pela Autarquia que a rua do Comércio vai ter um novo visual, ou seja, os contribuintes, munícipes, bem como a Europa, através de novos fundos europeus, vão novamente financiar uma requalificação da última requalificação. Ou seja, duplamente andamos a pagar arranjos paisagísticos de uma rua que, antes da primeira requalificação, com a contestada colocação de cabos com luzes e de bancos que mais pareciam, segundo a opinião pública, caixões, encontrava-se em bom estado, relembro. Agora, depois de uma primeira requalificação, vem a segunda, provando que, afinal, as vozes contestatárias e tendo sido o Bloco uma delas, tinham razão nas críticas apresentadas. Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda questionou a Câmara no dia 23 de agosto e estando quase a completar quatro meses, às vezes fala-se muito das respostas do Governo que demoram, veja só, quatro meses desde esse dia e ainda não obtivemos qualquer resposta formal, devidamente esclarecedora, se a Câmara está a cumprir a lei que proíbe o abate de cães e gatos. Por isso, perguntamos novamente, agora nesta Assembleia, se esta Autarquia está a cumprir a Lei n.º 27/2016, que iniciou a 23 de setembro de 2018 e que estabelece medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes, como forma de controlo da população. Passo agora à rede de transportes públicos. É de todos conhecido a péssima rede de transportes públicos disponíveis, quer na cidade, quer no concelho. Recentemente, recordo, também o Presidente da Associação Académica da Guarda, criticou a falta de autocarros que levem os estudantes desde as residências estudantis ao campus do IPG e em sentido inverso. Para quando uma solução definitiva que contribua para que a Guarda não seja das poucas, senão mesmo a única capital de Distrito, sem uma digna rede de transportes públicos. Poluição do Rio Noéme, continuando na parte de não obter respostas. No dia 14 de novembro, segundo noticiou o Comando da PSP da Guarda, depois de uma denúncia, a brigada de proteção ambiental da PSP deslocou-se ao Parque Industrial da Guarda, onde verificou que havia sido efetuada uma possível descarga de águas contaminadas através dos coletores públicos de águas fluviais que vão dar ao Rio Noéme. O Bloco de Esquerda, logo questionou a Câmara se estaria a acompanhar, este crime ambiental, junto das autoridades. Também, neste caso, continuamos sem obter qualquer resposta do Executivo. Recordo, senhor

Presidente, que na eleição e não me vai levar a mal, tenho a certeza que não, recordo que na eleição do seu primeiro mandato...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Vou já terminar. O senhor Presidente chegou a dar a entender que a Câmara tinha funcionários a mais. Será que não haverá a possibilidade de ter alguém que acelere as respostas respeitando, desta maneira, o direito de oposição estabelecido na Lei Geral e no próprio Regulamento da Assembleia Municipal? A bem da democracia e da transparência, ficava-lhe bem, senhor Presidente. Por vezes já qui afirmou que tinha uma costela de esquerda, ou não seria um verdadeiro democrata. Estou seguro que irá analisar esta nossa proposta. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Tem agora a palavra o senhor Presidente. Faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Bom, senhora Presidente. Não sei se posso, espero poder, uma vez que dos vários temas aqui neste novo período de tempo, e eu esgotei o meu tempo nos anteriores, mas creio que me será permitido, cumprindo o meu tempo, dar conta de que, ainda no período anterior, eu queria, enfim, registar, porque acho que é sempre importante fazê-lo e eu faço-o com todo o gosto. Ter ouvido, como ouvi, a explicação da Deputada Sabina Mónica, que não está aqui, e fazer a sua magnífica intervenção, nomeadamente quanto às questões daquilo que, depois, a senhora Deputada, não lhe pude responder, também não vou responder agora. Aquelas coisas de PEDU e não sei quê e pedovia. Também quase lhe apeteceu dizer: o senhor Presidente não percebe patavina disso. E se dissesse eu não ficaria assim nada ofendido. Porque eu não percebo patavina de ciclovias, isso é verdade. Mas de PEDU, senhora Deputada, aí é que eu percebo mesmo. Aí eu percebo. Não leve a mal. Agora, de ciclovias não percebo patavina. Isso é verdade. Agora, entre um PEDU e uma ciclovia, eu isso ainda sei distinguir. De modo que, não se preocupe. E, por isso, se não houvesse PEDU nós, por ventura, não podíamos ter a ciclovia que eu, como lhe disse, à parte que a senhora disse na sua intervenção, eu até me mostrei disponível. Ou seja, eu não carregarei no botão para o concurso público se, e quando, ele for possível. Se, e quando, ele for possível. Nós estamos a dizer dois meses. Eu aponto para pedir autorização à Assembleia Municipal lá para fevereiro, não apenas esse como de outros, porque eu sempre fiz dessa transparência de apresentar projetos e ouvir o feedback da sociedade, o meu timbre de governação. E até levo nas orelhas por causa disso. Democráticamente, podia não o fazer. Podia não o fazer. Peço contributos à sociedade. Olhe, a requalificação da Igreja da Misericórdia está, para o meu gosto, atrasada, porque houve catorze, quinze, dezasseis, dezassete pedidos que os projetistas estão a analisar e as minhas orientações é que analisem. Se eles depois aceitam todas, ou nenhuma, isso já não é comigo. De modo que, oxalá que continuemos sempre neste timbre, neste caminho de ouvir a participação das pessoas. Depois, agradecer à Deputada Dulcineia e ao Tiago Gomes e, naturalmente, ao Presidente de Junta de Freguesia de Maçaínhas. Deixe-me dizer-lhe, senhor Presidente, eu nunca esquecerei em toda a minha vida, aquele momento. Eu, pessoalmente. Creio que as pessoas que me puderam acompanhar, entre os quais o meu amigo e o senhor Presidente da Junta do Jarmelo, não deixarão de lembrar, para todo o sempre, não apenas e em particular a nossa proximidade com o Sumo Pontífice, mas também, quero reconhecê-lo e agradecer ao Estado Português, na presença do embaixador Daniel Lima, que foi de uma generosidade e naturalmente ao nosso Cardeal, de termos aquela receção na Embaixada que não acontece todos os dias. Lhe garanto que não acontece todos os dias com o conhecimento de causa que tenho. Deputada Dulcineia e Deputado Tiago Gomes. É verdade e com isto já vou falando aqui

um pouco neste ponto do Deputado Henrique Monteiro. Meu caro Deputado Henrique Monteiro, há um ditado português que diz que «a galinha do vizinho é sempre melhor que a minha». Agora parece que vamos ter dificuldades em usar essa coisa, dizem-me. Peço desculpa. Peço desculpa aos mais sensíveis, mas vox populi, é a voz do povo e eu gosto muito de provérbios populares porque um dia tive que ler um livro de muitos para eu próprio fazer lá um escrito naquilo, não pelos ditados. E, por isso, e tive um Professor de Português que dizia que o povo é o mestre da língua e eu sempre achei isso. E, por isso, paciência. Lá vamos ter, com todo o respeito pelas galinhas, neste caso. Mas eu acho, honestamente, que nunca tudo está feito, como é evidente. Nunca tudo está feito. Mas eu acho que nós, na Guarda, todos na Guarda, ali para o senhor Deputado Agostinho Gonçalves, eu digo todos na Guarda, conheçamos mais a história ou menos a história, tenhamos vivido mais a história, está a ver. Eu não nasci cá, não cresci cá, não joguei à bola cá, acho que nem namorei cá, que me lembre, que me lembre. Mas, nem mesmo assim, os guardenses... mas escrevi mais a palavra Guarda do que, se calhar, muitos hão de escrever. Escrevia-a com honra. E os guardenses, sempre em crescendo, sempre acharam que eu podia ser um bom Presidente da Câmara. Ontem disse, no fórum da Caixa, comecei por dizer que até era um mau Presidente da Câmara porque não conseguia resolver aquelas coisas. Mas depois lá fui dizendo, sem presunção, também não me considero tão mau assim, face àquilo que vejo. Agora, meu caro Deputado, por isso, o meu amigo pode-me dar lições de história. Isso dará, seguramente. Seguramente. Acredito que sim. A sua formação é de direito, a minha é de economia e, por isso, até me pode dar lições de história. Agora, o que nunca me dará é lições de vivência autárquica como Presidente da Câmara da Guarda. Isso nem que o senhor ande cá cem anos. E é o que lhe desejo. Isso nem que o senhor ande cá cem anos. Nunca me dará lições de vivência autárquica de lutar pelos interesses daqueles que me elegem. Como eu digo eu sempre, o egoísmo é democrático na política autárquica. Mas serve de pouco, se formos apenas balizados aqui ao nosso pequeno território. A Guarda tem que ter ambição. O senhor já me ouviu dizer várias vezes. E na Guarda nós temos que ter esse elevador. Todos sabemos que, no elevador, a gente carrega lá na coisa e aquilo anda para cima e depois carregamos e aquilo anda para baixo. E o que eu quero é que o elevador da Guarda ande um pouco mais para cima. Mesmo que consideremos, se o Fundão tem setecentos Engenheiros, eu aplaudo. Aplaudivamente. Bom, posso ficar aqui com uma dorzinha, de que queríamos cá nós os setecentos. Então, mas se eles lutaram durante anos e andaram para a frente. Agora, isso não nos deve, em tese geral, senhora Presidente, não nos deve... eu já uma vez disse: deem pancada no Álvaro Amaro, se tiverem capacidade e coragem. Mas deixem a Guarda. Eu volto a repetir isso. Casquem-me a mim. Digam que eu sou um incompetente e que eu não sei quê. À senhora não, poupem-na porque está cá há pouco tempo. E a estes senhores também. Somos todos incompetentes. Mas a Guarda sempre. Por isso, não olhemos apenas para aquilo que de bom os outros fazem, porque eles, vos garanto, que olham muito para o que de bom que nós fazemos. E, por isso, é que eu não quero, mas registo com agrado, que se façam as constatações. Porque aquilo que nós dizemos hoje aqui não é apenas para os guardenses verem ou ouvirem. No minuto seguinte está em Tóquio, como eu costumo dizer. Se nós dissermos aqui uma valente barbaridade. Eu, há pouco, ouvi aquela coisa do Jaime Neves, mas eu não fui tropa, mas fiquei um pouco, não me soou bem. Honestamente, aquilo achei uma coisa do outro mundo. Sinceramente, Deputado Marco Loureiro, do outro mundo. Bom, com todos os defeitos e qualidades que o senhor pudesse ter e tal. De maneira que eu agradeço-vos. Só que tem um pequenino problema. Cada uma e cada um de vós é de uma Bancada eleita por este projeto e, às tantas, pode parecer que a senhora e os senhores estão a dizer isto porque sim. Bom, aliás a senhora terminou a dizer que nunca se deve agradecer aos homens... há quem diga. Eu discordo completamente disso. Não, não, não. Eu.. e às mulheres, devemos agradecer-nos uns aos outros. Mas não é a mim,

como Presidente da Câmara, nem é ao Executivo. Isso não há que agradecer. Nós só temos que ter a humildade de reconhecer que há, de facto, um tempo novo na Guarda. Não vale a pena. É isto que é sentido e é respirado. E, por isso, é que eu vos peço, consigamos todos, independentemente das cores políticas, sentir isto como um elevador. Eu registei com muito agrado. Deixe-me dizer-lhe, cheio de vaidade. A minha, nossa iniciativa de escrever ao Primeiro-Ministro por causa da Cimeira. Só Deus saberá, Deus e porventura o Dr. António Costa, que se a gente não tivesse escrito a carta... mas está a ver, eu ainda sou mais benevolente que o meu amigo. Só Deus sabe. Deus e o Dr. António Costa. Que havia mais cidades concorrentes, não sei se os meus amigos sabem, mas havia. É bom que saibam. Agora, se nós tivermos essa iniciativa eu fico muito satisfeito. Mas, se o Governo não quisesse, chapéu. Por isso devemos estar todos satisfeitos e todos felizes. Se foi o Governo, se foi a Câmara... acho que deve ser assim. Eu, aliás, tive a oportunidade de dizer, não se vêem aqui uma coisa que é uma nota importante. As Cimeiras não são em junho, são em novembro. Sabem porque é que esta é em junho? Não sabem? Sabem porquê? Porque os dois Governos Socialistas da Península Ibérica, com interesse para esta parte da Península Ibérica, concordam que seja em junho, na véspera das eleições. Mas eu não critico isso. Estão a ver, eu não critico. Eu, se lá estivesse no lugar do Dr. António Costa, faria exatamente o mesmo. Mais, eu não critico o Ministro Pedro Marques, que já lhe disse, todos ouviram, ainda ontem o disse na Conferência, fora da Caixa, aliás, o Dr. Jorge Coelho dizia até pode ser no dia das eleições. E eu disse, não. Nessa parte é proibida. Na véspera, no dia da reflexão, venham cá e plantem as coisas. Decidam as coisas. Na véspera das eleições. Não há problema. Se, depois, os Partidos que se opõem... naquela altura os senhores vão ser da oposição, nessa altura. Já são agora. Agora, em 2019, o Bloco de Esquerda e PCP já são, como se vê. Quarenta e sete pré-avisos de greve. Nunca se viu no País. Por isso é que eles andam de barriga cheia a pensar que vão ganhar as eleições. Lá iremos. Lá iremos. De modo que, nessa altura, os senhores já serão da oposição. Se isto acontecer, há que malhar no Ministro que cá vier. Mas, eu não, como Presidente da Câmara. Os senhores também e as senhoras, faz favor. Mas eu não, eu não o farei. Senhor Deputado, no Dia da Cidade nós falamos da política quando temos a capacidade de ser políticos. Isso é que não está ao alcance de todos. Isso também é verdade. Isso é verdade. Deixe-me ter uma... presunção e água benta, cada um toma a que quer, olhe, eu considero que tenho essa capacidade. Não me levem a mal. Eu. Já disse eu, não é? Mas eu posso considerar que muitos de nós temos essa capacidade. Não todos. Isso não, nem todos temos essa capacidade. Agora eu tenho. E, por isso, eu falo na minha cidade, onde sou eleito por sessenta e tal por cento da população, perante um Ministro da República que é do seu Partido. Ai, mas os senhores queriam vir cá falar. Mas isso há alguma... senhora Presidente, a senhora representa, que eu saiba, o Órgão máximo do Município, e falou. E eu represento o outro Órgão, e falei. E o Ministro da República, por sinal do Partido da oposição, mas para mim, não quero saber, falou. E eu pensava que o Partido Socialista, nesta Assembleia, para ser franco, ficava-lhes bem, em nome da Guarda, que chegasse aqui e dissesse assim... vejam, de resto, esta coisa curiosa. Não houve uma voz nesta Assembleia. Como é possível? Ou melhor, é possível porque nem os senhores dão importância a isto. O Ministro veio e na ausência de trazer as respostas que eu lhe pedi, pessoalmente, dois meses antes, mais uma vez, como os senhores sabem, é um Ministro, é uma pessoa por quem tenho uma consideração pessoal muito grande e que temos tido várias discussões e várias concertações, como muita gente sabe. E dois meses antes eu disse-lhe: olhe, eu não sou do estilo de reclamar, reivindicar que quero isto e quero aquilo. Tem aqui duas ou três coisas que são de chacha, perdoem-me a expressão, de chacha, ou seja, de chacha. Bom, o senhor, não só nem à chacha ligou porque não disse nada, mas disse que ia criar um centro nacional não sei das quantas. Nem hoje, hoje, ninguém desta bancada, como também não devem saber o que é, tal como eu, nem isso vieram elogiar. Pois olhe, eu por

mim, mesmo sem percebendo nada, nem de ciclovias, nem de centro não sei quê de segurança rodoviária, inspirado em Salamanca, que deve ser uma coisa fantástica... não sei nada de Lisboa, não traz funcionários nenhuns, mas deve ser uma coisa fantástica e eu não digo que não, mas nem um elogio teve da Bancada do Partido Socialista. Olhe, cá estou eu a elogiar. Por isso, viva lá o centro não sei das quantas. Agora, nem sei onde é, nem o que é, nem para que é, nem quantos funcionários tem. Eu não sei, mas não sei mesmo. Eu não estou a ironizar. Não sei. Mas o Ministro também acho que disse aquilo a medo, mesmo assim, no fim do discurso. O que é que era muito importante que o Ministro viesse trazer e, aí sim, a Bancada do Partido Socialista devia também e todos nós elogiar? Porque é que não nos dão a antiga residência feminina, ali onde está o CDOS? E não põe o CDOS onde é as infraestruturas de Portugal? Eu suplico-vos, em nome da Guarda. Convençam lá quem de direito. Eu, só se falar a Deus. Bom, ainda me falta o Presidente da República, ainda não fui lá. Mas é uma coisa surreal. Mas lá virá na véspera das eleições. É surreal. Uns querem, outros querem e eu quero pô-los de lá para fora. Para quê? Para aumentarmos a capacidade de fixar estudantes na Guarda. Para termos mais uma residência. Ainda ontem disse ao Presidente do Politécnico. Ainda hoje, de resto, não pude atender, vou falar com o senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, mas eu vou pedir-lhe para falar com esta Bancada também. Só que não vos ligam importância. É só por isso. Lamento dizer isto, com muita pena. Lamento, do fundo do coração, lamento. Por isso é que eu faço o apelo aos altos dirigentes do PS. Mas nós temos lá, há um ano e meio, para abriremos uma rua, abriremos a cidade e o Governo cumprir com os 2 milhões que só tem numa Lei... eu nunca vi milhões numa Lei. A não ser na programação militar. Mas é a segunda ou terceira vez que a senhora Secretária de Estado Isabel Oneto vem cá dizer isso. E eu fui lá dizer-lhe: olhe, mas então autorize-nos que a gente abra a rua, porque abre a cidade. Zero. Mas depois querem, terceiro lugar, fazer o novo Quartel da PSP. Eu ofereço-lhes o ex-matadouro. Ofereço-lhes. Eu dou-lhes, um cêntimo. Bom, mas nós queríamos arrendar a casa do centro histórica na Guarda. Há três anos dizem que não, agora recebi uma carta a dizer que a vão pôr em hasta pública. Aliás, preciso de ver, porque hoje vi na televisão que há uma hasta pública hoje, às tantas também lá está esta. Bom, e a Pousada da Juventude? Mas nós queremos, mas eles não respondem. Sabem porquê? Porque estão à espera daqui por seis meses e fazem atrasar a Guarda e é por isso que, neste aspeto, é que a gente deve... meu caro Tiago, o senhor fez uma brilhante intervenção. Eu peço até desculpa, eu não tive presente, também agora não vou dizer que não sabia qual era, até porque já estava lá, eu sabia... eu peço desculpa, não me lembrei, aqui em plena discussão, no primeiro ponto, e por isso eu já disse tudo o que disse. Mesmo até com o meu amigo Matias Coelho que afinal concordamos em quase, nós sempre concordámos, pelos vistos, ficámos a saber, agora só falta ele concordar comigo também no tal segundo e terceiro ponto, bom, lá chegaremos. De modo que, eu peço imensa desculpa, olhos nos olhos, sinceramente, com a importância estratégica do assunto. Esteve na mesa, eu acabei por já dizer tudo e, por isso, apenas o elogio porque nós estamos à beira de ficar em choque. Olhem o que eu vos digo. E eu já disse hoje aqui aquilo que, durante um ano e meio, ou dois, guardei aqui. Agora é hora de dizer tudo. E é hora de mobilizar todos, meus amigos. Eu vou dizer uma coisa que me chegou, que me disseram e eu ainda não... e por isso vou responder à sua pergunta. A resposta à sua pergunta é, tristemente, não. Não tenho conhecimento, nem resposta a uma carta oficial que eu dirigi à senhora Presidente do Conselho de Administração, na sequência do que ouvi aqui de médicos, reputados médicos, personalidades reconhecidas da Guarda. Ouvimos aqui o que ouvimos. O Deputado Matias Coelho também, honra lhe seja. Eu disse, eu só quero saber, eu estou disponível, a Câmara está disponível para cooperar. Zero. Mas no outro dia disseram-me, e eu espero que entendam isto, eu ainda não confirmei isto, como é meu dever, ou dever do Executivo, na Administração da ULS. Que até havia doentes nas urgências sem camas, nas

macas? Eu já disse, eu ofereço as camas. Eu compro mil camas, mil cobertores, perdão. Eu, valha-me Deus, de papa ou sem ser de papa. Como é que é possível. A ser verdade, volto a repetir, a ser verdade. Eu sei que depois, a especulação... mas isto não pode estar a acontecer. Não, eu estou a dizer, eu estou a dizer... senhora Presidente... eu estou a salvaguardar aqui a informação que me deram e me pediram mais, me pediram para atuar. Eu é que não atuo, por responsabilidade e quero confirmar, estou a dizer: a ser verdade. Eu não quero acreditar. Mas isto, para dizer a mim, embora a confirmar seja péssimo, o problema maior é o problema estrutural, como muito bem aqui foi dito. Porque é que a Guarda não faz por si? Vão outros fazer pela Guarda e eu não aceito isso, como Presidente de Câmara. Só que acho que é hora, está quase na hora, de haver um grito de alerta. Minhas senhoras e meus senhores, independentemente dos culpados, deixemo-nos de atirar culpas a quem quer que seja. Mais importante do que as culpas é, naturalmente, encontrarmos as soluções e todos tentarmos remar nesse sentido. Meu caro Deputado Rui Pedro, o meu amigo tem razão numa coisa. Eu não consigo entender, parece que há uma lei, mas eu peço também desculpa, também ainda não a li e, se for assim, como me diz este senhor e me disse uma senhora que está aqui, eu acho que o legislador, com todo o respeito, não percebe nada disto e eu, como as leis a gente não pode ir contra elas, mas pode ir para além delas, não é? Eu vou fazer mais do que a Lei. O que me dizem agora, é que a gente quer fazer um Regulamento sobre o investimento. Então, não apresenta nenhum projeto. Diz às pessoas: quem quiser aporte para cá conhecimentos. E eu disse, mas aporta o quê? Aporta? Está bem. A gente pode aportar, pode escrever: olhe, eu acho que o senhor deve pagar para as empresas virem, ou isto ou aquilo. Isto não faz nenhum sentido. De modo que eu vou dar orientações para que o nosso projeto seja, no mínimo, colocado no site. Nós apresentámos aqui e o nosso assessor ou consultor para o efeito, apresentou aqui as linhas gerais e os meus amigos têm de facto razão. Eu quero lá saber, Dr.^a Rita, se a Lei me diz: olhe, o senhor sabe, a minha intenção é esta, agora aporem para cá os vossos conhecimentos. Isto não faz nenhum sentido, salvo melhor opinião, por isso, vamos pô-lo no site e mandá-lo aos Grupos Parlamentares o projeto no sentido de o podermos melhorar. Aliás, entenda-se esse, como se entenda o Guarda Forte. Eu já recebi, o Deputado Tiago Gonçalves já me disse e eu estou disponível para analisar, eventualmente até melhorarmos a parte pecuniária do Guarda Forte. Bom, aquilo tem estado, mais ou menos, em banho-maria e eventualmente, não estando em discussão pública, mas da minha disponibilidade justamente para isso. Depois, quanto à questão da coesão, é a nossa velha questão. Já todos conhecemos. Eu ontem disse, para quem pode lá estar. Para quem não pode, vou repetir aqui, muito rapidamente. Quando chegámos ao orçamento de Estado de 2019, meus amigos, nós podemos ver o copo meio cheio, ou meio vazio. Eu prefiro, ainda assim, olhar para o meio cheio, coerentemente com o que eu disse. Tentarmos puxar um pouco por isto. O discurso da coesão ou o discurso do chamado Interior já não é o dos coitadinhos. Já demos nisso um grande contributo. E eu tenho muito orgulho no humilde contributo que tenho dado para isso. É um discurso nacional. De modo que já foi dado um passo, falta agora o outro passo. É fazer. O que se assistiu neste Orçamento de Estado, como eu disse, foi um leilão de todos os Partidos, inclusive o meu. Para o qual eu contribuí. Temos que ir ao leilão. Nada mais que um leilão. É um leilão sério? É. O PSD apresentou propostas sérias, o CDS apresentou propostas sérias, do Bloco de Esquerda e do PCP, sinceramente, não levam a mal, mas admito que sim, em relação a acrescentar àquelas que, também sérias, o Orçamento de Estado já tem. Mas são frouxas. É meio pau, desculpem-me a expressão, como um grande tratadista desta matéria disse. Nem meio é. Mas fomos todos fazer propostas sabendo que, infelizmente, qual é o fim? Chumbadas. O senhor Presidente da República anunciou que até ao verão vai fazer..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente tem que terminar, já esgotou o seu tempo, se faz favor. Vocês cedem tempo?” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Vou já terminar. Vai fazer um conselho de estado até ao verão sobre aquilo que o Movimento pelo Interior apresentou. Sobre as medidas que é preciso ter coragem para as pôr no terreno. Para terem, a 12 anos, nós alterarmos este paradigma e aí sim na demografia, na natalidade, na componente fiscal para reter empresas, na educação. O que vem aí na educação é uma tragédia para a Guarda. Nós já iremos falar logo. É uma tragédia. E eu não sou capaz sozinho. Nem nenhum de nós aqui sozinho. E é este apelo da coesão que vale a pena unir-nos a todos, creio eu. Bom, é a mesma história também do Politécnico, está a ver? Ou vemos o copo meio cheio, ou meio vazio. O Politécnico da Guarda é uma alavanca importante do desenvolvimento. Senhor Deputado, nestes três anos, com exceção de 2018, há que reconhecer-se, mas nos três anos anteriores o Politécnico teve mais mil alunos. De dois mil, passou para três mil. E eu nunca me pus aqui de bandeira: olhe, foi porque eu sou o Presidente de Câmara. Era o que mais me faltava. Não, não foi porque eu sou o Presidente de Câmara ou porque fui Presidente da Câmara. Não. Como agora também não decresceu cem alunos porque eu sou o Presidente da Câmara. Não é porque fiz bem, nem porque fiz mal. Ou o Politécnico fez bem, ou fez mal. Há circunstâncias que explicam isso. Mas eu estou de acordo. O Politécnico tem que levar aqui mais um safanão. Eu nunca aceitei, nunca, que Bragança tivesse mil e trezentos alunos... nunca aceitei, que remédio! Mil e trezentos alunos estrangeiros no Erasmus e a Guarda tivesse trezentos e cinquenta. Nunca compreendi. O que é que Bragança tem, que a Guarda não tem? Nunca percebi isso e fartei-me de dizer e farto-me de dizer e eu não quero que nenhum aluno chegue à Guarda e não tenha onde ficar e seja atraído na Guarda. Bom, meu caro Deputado Marco Loureiro. Deixemo-nos cá de ironias e de requalificação da requalificação, e dos dinheiros, e do financiamento comunitário, se houver. Vamos ser francos numa coisa. Mas que diabo. Só os burros é que não mudam de ideias, não é assim que o povo diz? Outra vez, peço perdão. Que chatice, senhora Presidente, peço desculpa esta parte pode tirar da ata. Bom. Então há uns animais irracionais que não mudam de ideias e os racionais parece que mudam. Ora, como eu faço parte destes segundos e não me tenho como nos outros, qual é o problema de reconhecer que os bancos e o não sei o quê eram um disparate? Que eram feios? Há algum problema? Eu não tenho problema nenhum, nunca tive. Eu disse-o no dia em lá vi aquela coisa. Então, se alguns foram danificados, outros estão a ser compostos, outros podem ser... estamos a falar dos bancos, o resto não, do resto gosto muito. Uns não gostam, mas eu prometi isso aos guardenses a até queria ter feito muito mais. Mas as requalificações é assim. Uns gostam, outros não gostam. Mas é a vida. Depois, como é que é? Estranha-se e depois entranha-se. E na requalificação é exatamente isso. Não tenho a menor dúvida sobre isso. Agora, eu tentativamente quero que todos entranhemos e gostemos, mas era o que faltava, se não houver política na coisa, não havendo política na coisa é uma questão do nosso gosto. É, é mais ou menos como as pinturas de parede. Ou se gosta, ou não se gosta. Quer dizer... mas todos, parece estarmos de acordo que a devemos fazer. Ora, se há uma parte da requalificação que é um disparate, que era feia, então, eu vou querer que a minha cidade seja feia? Então tiro-a. Agora, o que os senhores podem dizer é: então tire e fica menos feia. E eu digo: não, mas eu não a quero menos feia, quero-a mais bonita. E, agora, eu não estou seguro que o próximo que vier toda a gente goste. Parece que se juntam lá, não sei o quê, os bancos com as flores. Eu até acho bonito, até vimos aí em cidades. Eu acho. Acho, ali. Bom, mas qual é o problema? Qual é o problema? Mas qual é o problema? Podem é dizer-me assim: olhe, mas o senhor vai gastar lá esse dinheiro porque os projetistas lhe fizeram um projeto que afinal o senhor não gosta. Pois. Pois. Mas este é de 70 mil. O da Praça Velha, que nós queremos

requalificar, é de milhões. E esse também o queremos requalificar. Queremos. Isso lhe garanto. Vamos fazer o projeto, ou está a ser pensado o projeto. Eu já me perco quase com tantos projetos. Mas queremos fazê-lo. Mas qual é o problema se a requalificação deu no que deu? Qual é o problema? Como digo, o problema, que eu aceito, é que me digam assim: olhe, aquilo não estava bonito, então não faça porque vai gastar dinheiro e precisamos de gastar o dinheiro noutra coisa. E eu digo: pronto, mas a minha opção é fazer. É, em vez de a tornar menos feia, de troná-la mais bonita. Assim espero e desejo e peço que... de modo que não tem problema nenhum. Quanto à questão dos cães e dos gatos, o que me dizem é que o Veterinário Municipal diz que sim, que está a cumprir a Lei. Isso não retira, em nada, a não resposta e aí tem razão. Já tem a resposta? Ótimo, então isto foi rápido. Está a ver? Eu ia barafustar contra mim próprio, não tem problema nenhum. Como há pouco disse que me associava ao protesto. Eu protesto e protesto muitas vezes contra mim próprio e entre nós. Qual é o problema? Da discussão nasce a luz. Não era assim que se fazia por cá? É que eu só tenho esse treino. A humildade de reconhecer que não está bem. A humildade de reconhecer e a vaidade de reconhecer que está melhor. Qual é o problema? Mas isso não retira, em nada, que nós devemos aumentar a nossa capacidade de resposta às perguntas e isso aprimora a democracia. Estou completamente de acordo consigo. Quanto à questão, e termino senhora Presidente, quanto à questão dos transportes é uma magna questão. O Presidente da Associação Académica, eu não lhe respondi porque me tenho como uma pessoa minimamente urbana e naturalmente bem-educada mas, no caso concreto, também não tinha a informação toda, se não, aí, mesmo com a mesma urbanidade e com a mesma educação, ter-lhe-ia respondido porque o que me disse o Vice-Presidente é que tinha tratado com ele uma semana antes, justamente para melhorar o sistema de transportes do Politécnico para a residência. De modo que, não fica bonito, mas isso é um problema de cada um. Mas, ainda assim, eu volto a dizer que a questão do sistema de transportes urbanos, nós teremos o ano de 2019 para, creio eu, abrimos o tal concurso público internacional que está a ser estudado por uma empresa especializada e, o que eu mais desejo... nós, uma coisa é irmos resolvendo coisas pontuais, como foi esta, e vamos resolvê-la e estamos sempre disponíveis para isso, porque eu considero que isso é uma coisa importante para a qualidade de vida. Nem todos podem pegar na sua máquina e eu considero isso sinceramente. E terei sempre a humildade de dizer: olhe, mas temos que melhorar mais e vamos fazê-lo mais. Com esse estudo, em que, muitas vezes, nós sabemos que passam lá, por média, ou entram nos autocarros 1,6 ou 1,7... não há vírgula 6 ou vírgula 7 mas, os números é o que dizem e suprime-se aquilo para se dar uma outra onde, supostamente, entram 4,3 ou 5,2. Claro que o 1,7 fica aos gritos mas não se pode ir a todo o lado. Mas, sinceramente, eu podia não ter isso como opção, mas tenho isso como opção de consciência. Acho que devemos tender a melhorar e por isso é que acho que já contratámos uma empresa, que me dizem que é muito boa, que eu não sei quem é, não conheço, que está a fazer o estudo que havemos de verter no tal concurso público. De modo que, eu diria que em finais de 2019, princípios de 2020, eu espero... palavra de Vice-Presidente? Olha ele, hã! Está empenhado, tão empenhado com os cabelos brancos dele. Primeiro trimestre de 2020, no limite. Nós queremos melhorar isso. Mas nada como reconhecermos de que coisas pontuais... eu não sou muito por isso, mas sou muito objetivo e muito pragmático. Não podemos estar a esperar pelo ótimo, quando podemos fazer o bom. Ou esperar pelo bom, quando podemos fazer o suficiente. De modo que, sempre que haja algumas situações, como foi o caso dos transportes no Politécnico, foi como disse o senhor Vice-Presidente, nós tentaremos consertar. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Nós terminámos este ponto da Ordem de Trabalhos e eu tenho agora aqui uma questão que queria

deixar à vossa consideração. Ou interrompemos agora para almoço, mas dão-me a informação, do refeitório, de que o ideal seria que fossemos almoçar às duas menos um quarto, ou continuamos mais um bocadinho os trabalhos. Mas, a continuar os trabalhos, eu não queria entrar no ponto seguinte porque é o Orçamento e, portanto, não faz sentido começar esse ponto e depois interrompermos. A minha sugestão, se estiverem de acordo, é que saltássemos aqui para o 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12 e discutíamos estes pontos e votávamos. Adiantávamos serviço para a tarde e invertíamos a Ordem de Trabalhos. Sim, o que conseguirmos. O que conseguirmos desses pontos. Deixo à consideração da Assembleia. Os senhores Líderes Parlamentares, qual é a vossa? Eu também acho bem, por isso é que sugeri. Tudo bem? Concordam? Em vez de continuarmos com o ponto seguinte que era o 2.2, deixávamos esse para o início da sessão à tarde. Exatamente. Não, é para não cortarmos a meio. Não. É para não interrompermos a meio, não é? Faz sentido. Muito bem, toda a gente concorda? Então, passaríamos agora... quer falar senhor Presidente?" -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** "Sim senhora Presidente. Eu em dois minutos apresento estes pontos todos. Falo desses pontos todos e depois..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "E depois pomos à votação. Mas toda a gente concorda? Não há ninguém que se oponha? Muito bem. Então passávamos, talvez, ao 2.9." ----

Ponto 2.9 - Projetos de Investimento com Projetos de Investimento de Interesse Municipal do consórcio Externo formado pelas empresas MRG – Property, S.A. e MRG – Constrution, S.A.--

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** "Sim senhora presidente, muito obrigado. Como às vezes vale a pena nós termos e fazemos aquilo que, hoje de manhã, em traços gerais, todos, de uma maneira ou de outra, mais acesa ou menos acesa, de alguma maneira aqui dissemos. Eu só acho que nós devemos dosear isto mais pela positiva, sem embargo de fazermos as chamadas de atenção seja ao Executivo, seja ao Governo central, seja à própria sociedade. Nós vamos ter, hoje vamos certamente aqui aprovar a declaração do interesse dos Projetos de Investimento de Interesse Municipal do consórcio formado pelas empresas MRG Property Constrution. Como sabem, é o consórcio das duas empresas que ganhou a questão do concurso do Hotel. Lembrem-se, aqui há meses, que eu disse publicamente: bom, eu não estou impaciente, de maneira nenhuma mas, até ao final do ano, certamente... e eu não tinha nenhum inside informatio. Mas não tinha mesmo. E eu quero registar isso com muito agrado porque isto significa mais um passo na concretização de uma aspiração pela qual eu diria, permitam-me a expressão, berrámos muito, gastámos muitos decibéis, mas ainda não estamos em tempo de levantar bandeiras nenhuma. Eu espero que, até ao final do ano, nós possamos ver ali já bases próprias do projeto. Depois, este, como qualquer um dos outros, permita-me senhora Presidente apenas deixar esta nota que faz parte do tal elevador, do puxar para cima. Eu não sei se, em muitas Assembleias Municipais, das terras vizinhas, há sistematicamente projetos de Interesse Municipal para isto. Como eu já disse, e daqui a pouco, á tarde, lá iremos falar, nós deixámos de receber cerca de 80 mil euros. É dinheiro. Para quê? Ao abrigo de um programa que nós colocámos na mesa, e que agora queremos ainda reforçar, para estimular o investimento. E agora, no próximo, para estimular o emprego. De modo que, é com grande satisfação que eu vejo sempre, ou quase sempre, nas Assembleias Municipais virem projetos desta natureza que são entidades privadas que querem fazer isto, querem restaurar aquilo, ou que querem beneficiar dos projetos, ou que querem declarações de interesse municipal por isto e por aquilo, que é o caso destes projetos todos. E, por isso, com a exceção do 2.13, mas, enfim, acho que também não tem grande discussão porque se trata também daquilo que foi o aumento e a perspectiva de uma empresa localizada na própria plataforma logística. Ou seja, nós temos, muitas vezes, que criar muitas

condições psicológicas, como diria um grande economista e prémio nobel, para que a economia funcione melhor. É sempre assim. Se nós conseguimos isso, a economia nem sempre acompanha com a mesma intensidade, mas acompanha. E eu acho que a Guarda tem que respirar isso. Quer dizer, o facto de... eu sei que algumas das senhoras e dos senhores poderão pensar: está bem, lá está o homem sempre a encher a boca com isto e tal, fica-lhe bem. É verdade que eu tenho. Mas eu queria que todos acompanhassem isso na mesma proporção, como eu digo, que se vier o Ministro na véspera das eleições, preto no branco, qualquer coisa muito útil, como já lhe disse... bem, eu também fico com uma dorzinha de cotovelo e dizer, eu gostava era de estar no lugar dele. Eu gostava era de estar no lugar dele. É assim, em termos autárquicos, temos que ser assim. Por isso eu gostava era que alguns de vós, eu sei que lá no fundo todos gostam e um, ou outro, pode dizer: eu gostava era de estar no lugar dele. Que sou eu. E isso acho muito bem. É com essa ambição que nós devemos ter que ver, sem embargo de também reconhecermos que ao lado... aliás, senhora Presidente, deixe-me dizer-lhe o seguinte, que eu tenho vindo a abordar. O maior futuro de umas componentes mais fortes da interioridade, como são muitas freguesias aqui do concelho da Guarda, ou do concelho de Portalegre ou de Bragança, o grande futuro para essas freguesias, apesar do notável esforço que fazem os Presidentes de Junta, por isso é que eu fui contra extinguir ou agrupar Juntas de Freguesia, o grande esforço que fazem e que fazem os autarcas todos será sempre insuficiente. Cada uma e cada um de vós se vai desunhar e cada uma e cada um de nós se vai desunhar para isto. Mas não é de pedinçice. Ou nós, ou há coragem política de todos os políticos, da oposição e do Governo, para alterar este estado de coisas e definir claramente uma política de cidades médias. A Guarda tem que ter esse elevador para chegar a uma boa cidade média. Já o é. Mas precisamos de uma boa cidade média e se não houver, que é agora aquilo que é introduzido no discurso político, e se não houver amanhã, pelo menos há àqueles que a defendem, como eu, a Regionalização do País, a criação das cinco Regiões Administrativas, ao menos que seja, como eu ontem disse, reforçado o poder dos Distritos ou das Comunidades Intermunicipais se os Distritos vierem a acabar, se os Deputados passarem a ser eleitos por Comunidades Intermunicipais. Eu penso e escrevo isto há muitos anos. E a minha luta para ter uma sede fantástica de Comunidade Intermunicipal é que, se não voltarmos ao reforço dos Distritos, então haveremos de dar poder às Comunidades Intermunicipais e/ou amanhã também às Regiões. E se não houver as Regiões, a Guarda está na linha da frente. E se houver Regiões, a Guarda continua na linha da frente em termos de Comunidade Intermunicipal. E se não houver nada disto, a Guarda está na linha da frente porque é uma capital de Distrito. Minhas senhoras e meus senhores... e é por isso, senhor Deputado, que eu falei como falei, Agostinho Gonçalves. Foi por isto que eu falei como falei, de política no Dia da Cidade. Porque no Dia da Cidade se deve aproveitar para da cidade falar ao País daquilo que é importante para a cidade. E isso é um grande respeito pela história da cidade. O que eu acabei de vos dizer é o meu pensamento, é o meu trabalho, é a minha convicção esteja onde estiver. É isso que eu farei. E por isso é que eu peço-vos que me acompanhem, mesmo que, porque eu não acredito, sob a minha palavra, que em termos autárquicos ninguém quer: o quanto pior, melhor. Dou o benefício disso a todas as Bancadas, sinceramente. Não acredito. Era como eu dizia, eu também quero que o Governo, por muito que não seja da minha cor política, mesmo que venha na véspera das eleições... não é patati patatá, com todo o respeito, isso não conta. Isso não queremos. É ali, preto no branco. Se ele vier cá fazer, o Ministro da Administração Interna está convidadíssimo, podem dizer, estas três coisas que eu lhe disse, há meses, que são de chacha e que dão substância à conversa política que, muitas vezes, é conversa da treta. De todos. Bom, se vier cá na véspera das eleições garantir isto, preto no branco. F.R.A.! Como eu disse, eu queria era estar no lugar dele. Por isso, façam o mesmo em termos autárquicos. Sejamos capazes de enaltecer, de facto, e eu enalteço

aqui as empresas privadas, os empresários que pedem isto e que pedem aquilo e que se socorrem dos instrumentos da Lei, naturalmente, da Lei Municipal, dos Regulamentos que fizemos, para poderem ter esses benefícios. Muito obrigado senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Pelo que percebi, falou dos pontos todos. É isso? Muito bem. Então iria perguntar quem pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor. Vai falar sobre os pontos todos, foi isso que me disse logo? Muito obrigada. Até ao 2.13. É do 2.9 ao 2.13. Sim. E o senhor Deputado Aires Diniz vai fazer uma intervenção também sobre todos juntos. Muito bem.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu, como é habitual, comigo e com a CDU, com o PCP e o PEV, nós, desde que seja projetos de investimento, a gente vota sempre a favor. Pronto. E, agora, aqui só no último ponto, o 2.13, é que eu tenho algumas dúvidas porque eu, para perceber muito bem aquilo que se está a fazer, a concessão de utilização privativa de parcela do domínio público... tal, tal, tal, gostava de ter um mapa para ver o que é que afeta. Já agora, como eu tenho andado a fazer espionagem pelo país e pelo mundo, eu estive, no dia 14, no dia 15, em Bragança e no dia 15 estive em Mirandela e soube que o Politécnico de Bragança tem uma equipa, e eu já sabia isso, tem uma equipa de professores que andam pelo mundo à procura de estudantes estrangeiros. E, portanto, há ali uma política pró-ativa do Politécnico de Bragança que eu não vou agora obrigar o Politécnico da Guarda a fazer. Mas, já agora, que estou aqui, digo-o. E, portanto, uma das pessoas que eu conheci foi a mãe da Isabel Ferreira, que estava no sábado e domingo passado, em Nova Friburgo, a ver se arranjava alunos brasileiros para Bragança. Mirandela tem um Polo do Politécnico de Bragança. Portanto, isso são tudo ideias até porque eu comecei a saber isto porque comecei a falar com uma pessoa que eu admiro, tem uma bela tese de doutoramento, e falei com ele e disse-lhe: olha, porque é que não apareces nos nossos congressos e tal? - Ah, eu não tenho tempo porque ando nestas viagens. Tem uma equipa no Politécnico de Bragança, sempre em viagem à procura de estudantes estrangeiros e provavelmente de novas ideias. O Politécnico de Bragança tem essa atitude pró-ativa, é essa ideia pró-ativa que a gente tem que vender aqui ao Politécnico da Guarda para que este problema do Politécnico se resolva. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? O Carlos? Sim, faz favor senhor Deputado. Sim, faz favor. Como os pontos estão todos juntos, depois só votaremos separadamente cada um deles. Mas podem fazer intervenção sobre...” ---

- **Deputado Carlos Fonseca, Presidente da União de Freguesias Corujeira e Trinta (PSD):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Muito rapidamente, só falar aqui um bocadinho sobre o ponto 2.10, que se diz, mais concretamente, à minha Freguesia. Embora o investimento seja feito na Freguesia dos Meios, mas está ali numa área contígua à nossa. Dizer que é um investimento importante ao nível económico, mas também um investimento importante no combate ao abandono das zonas rurais. E, portanto, entendemos que deve ser aprovado aqui na Assembleia Municipal. Queria também, já agora, referir que é um sinal também que é dado, neste caso, por um particular, por um privado, relativamente aos investimentos públicos que estão a ser feitos quer na Albufeira do Caldeirão e os que estão programados para os Passadiços do Mondego. Portanto, e já agora terminar, também muito rapidamente, uma vez que é um investimento privado que está a ser feito naquela zona relativamente às acessibilidades. Portanto, nós, já no ano passado, tínhamos feito a beneficiação de acessibilidades desde a ponta do Caldeirão até à localidade da Corujeira e, portanto, este investimento vai-nos obrigar, também neste caso, vai-nos dar um bocadinho mais de responsabilidade, quer neste caso às Juntas de Freguesia, quer

também ao Município da Guarda, para melhorar as acessibilidades ali neste local. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado, senhora Presidente. À semelhança de outras propostas de investimento que já vieram aqui a esta Assembleia, claramente que votaremos favoravelmente todas elas. Mas continuamos a dizer que não é necessário só a apoiar os novos investimentos, é preciso olhar também para o tecido económico que está instalado na Guarda e ver o que é que podemos fazer por ele. Evidentemente que, na dinamização económica do concelho, o Politécnico tem uma importância deveras relevante e acho que incomparável. Mas que é uma realidade que o nosso Politécnico, em termos daquilo que são as candidaturas ao Ensino Superior, tem estado, todos os anos, ano após ano, a perder alunos. Isto é uma realidade. E não vale a pena a gente pegar e depois ir buscar a captação de alunos que tem sido feita junto dos PALOP’s para efetivamente mascararmos, um pouco, esta realidade. O Politécnico cresceu em número total de alunos mas, em termos daquilo que são as candidaturas ao Ensino Superior, tem vindo a perder ano após ano. E isto provavelmente terá a ver com aquilo que eu ouvi ontem na Conferência Fora da Caixa, com a desadequação da oferta educativa existente hoje no Politécnico, relativamente àquilo que o mercado de trabalho pede. Sabemos que o surgimento e a grande alavanca do Politécnico foi a Escola Superior de Educação, no momento em que os cursos de educação chamavam muita gente e nós sabemos qual é a realidade hoje da educação. Aquilo que foi feito em termos da aposentação dos docentes, que os leva a estarem até aos sessenta e seis anos e cinco meses, parece-me já agora, dentro das escolas e que não criam, não abrem vagas para novos professores. E, portanto, há que redirecionar, se calhar, toda a oferta curricular desta Instituição e olhando sempre ao mercado de trabalho e àquilo que ele pede.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, mas as intervenções são sobre os pontos em discussão. Senhor Deputado Ricardo. Depois, a seguir, o Luís, faz favor. Peço-vos que falem sobre os temas que estão em discussão, por favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves (PSD):** “Senhora Presidente da Mesa, distintos Membros, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, distintos colaboradores da Câmara, comunicação social, restante público, uma boa tarde a todos. Eu venho apenas aqui tecer umas palavras muito breves acerca do ponto 2.9, que tem a ver com a obra de requalificação do Hotel de Turismo porque me parece que é relevante, neste caso, dar os parabéns à Câmara pelo facto de ter considerado esta obra emblemática, como um projeto de investimento de interesse municipal. E isto porque, na minha ótica, e também um pouco alicerçado naquilo que é a minha ideologia, eu julgo que o Município deve ser um agente facilitador e promotor do investimento e não o agente ativo que estará por trás de uma qualquer área de negócio, que era aquilo que acontecia até 2010, quando a Câmara da Guarda era, ela própria, ao fim e ao cabo, a gestora de um imóvel numa área de negócio para a qual não tinha qualquer vocação. E, por isso, como eu sou a favor da iniciativa demarcada e da livre iniciativa, devem ser os privados e os agentes económicos a investir, a edificar, a criar riqueza, a criar emprego. Mas a as Autarquias e todos os serviços públicos têm a obrigação de ser agentes facilitadores e promover a atratividade de investidores, de pessoas para que possam, de alguma modo, iniciar as suas atividades económicas nos diversos concelhos. E aqui a Câmara da Guarda esteve muito bem ao considerar este projeto estruturante como sendo de interesse municipal. E isto porque o Hotel de Turismo que é, no

meu entender, e se todos nós, informalmente, fizermos uma introspeção será, claramente, a seguir à Sé Catedral, o edifício mais emblemático do Concelho da Guarda. Julgo que, em primeiro, vem a Sé e a seguir vem o Hotel de Turismo. E por isso quando um imóvel daquela grandiosidade, daquela beleza, situado numa zona central da nossa cidade, está tanto tempo ao abandono e agora, finalmente, alguém o agarra com as duas mãos e um projeto que vai devolver novamente algo bonito, edificante e gratificante e que a todos nos orgulha neste concelho, julgo que é de aplaudir. Era apenas isto que eu queria dizer. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Luís Prata, por favor.” -----

- **Deputado Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (PSD):** “Senhora Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Não. Bom dia, peço desculpa, ainda não almoçámos. Vou falar dos pontos 2.10, 2.11 e 2.12. Como vem sendo habitual, vêm a esta Assembleia vários novos projetos que mostram o dinamismo da economia do nosso concelho. Eu venho aqui falar essencialmente de dois, que me dizem respeito, do Vale do Mondego, que é a casa de campo no Carril e o Hotel de 5 Estrelas, em Cavadoude, paredes meias, com aldeia Viçosa. Esses investimentos são importantíssimos para a vitalidade das aldeias e não digo isto por demagogia e passo a explicar. Primeiro porque preveem a reconstrução de casas velhas e em ruínas e não é, afinal, este o sonho de qualquer Autarca? Ver as casas em ruínas serem reconstruídas? Depois também porque promovem a limpeza dos terrenos. No caso de Aldeia Viçosa, tratava-se de um espaço já abandonado e que está agora em fase de requalificação, o que vem dar também mais vitalidade àquela área. Depois porque dinamiza a micro economia local. Os turistas que virão àquela zona irão aos cafés consumir, mas irão também à mercearia. E na mercearia de Aldeia Viçosa vendemos o mel que é feito na Aldeia Viçosa, na Quinta das Relvas; vendemos o vinho que é feito na Aldeia Viçosa, da Quinta do Ministro que tem ganho prémios; vendemos a fruta do Tio Moisés da fruta, que é lá na Aldeia Viçosa; as hortícolas do Tio Zé que cultiva lá no seu quintal; o nosso azeite. Além disso, cria também empregos porque é preciso a pessoa que vai fazer a limpeza, é preciso quem limpe também os terrenos e, quando falamos em criação de emprego, não nos devemos só agarrar à criação de empregos em grandes empresas. São fundamentais, como é óbvio. Mas nas nossas aldeias também é importante criarmos os pequenos empregos. É a senhora que vai fazer a limpeza, é quem vai limpar as oliveiras, limpar os terrenos e esses pequenos investimentos vêm também promover isso mesmo. Como dizia, no outro dia, um amigo meu, cada gotinha de água faz o oceano e tinha toda a razão. Não podemos deixar de considerar que o mercado está também a reagir muito bem à questão dos Passadiços do Mondego, ali no Vale do Mondego. A este propósito, só dar-vos este exemplo. Tive, na sexta-feira de manhã, uma reunião com uma empresária de Nabainhos, que tem lá um empreendimento turístico, que é a Quinta das Cegonhas. Uma holandesa que está radicada em Portugal há vinte e dois anos e que tem aumentado, em muito, o turismo em Gouveia. O senhor Presidente, se calhar, conhecerá melhor do que eu. Esta senhora procurou-me para criar uma rota que juntasse Linhares da Beira, Folgosinho, Aldeia Viçosa e Videmonte. O que mostra bem o dinamismo que tem o nosso concelho, o que é sempre bom. Finalmente, termino, convidando toda a gente para o nosso Magusto da Velha, no dia 26 de dezembro. Haverá muita animação, haverá torradas com o melhor azeite do mundo, haverá vinho, o melhor vinho do concelho da Guarda, perdoem-me a presunção, portanto, estão todos convidados para aparecer a partir das 02h30. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém para intervir, pois não? Não temos mais nenhuma inscrição... senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Obrigado, senhora Presidente, mais uma vez. Assim, já consigo falar melhor. Contrariando o que às vezes muitos gostam de dar a entender, o Bloco de Esquerda nunca foi, nem nunca será, o bicho papão contra os privados e por isso é de bom agrado que vê investidores a solicitar algumas facilidades, dentro da Lei, enquadradas dentro da Lei, para requalificarem aldeias, projetos turísticos, nomeadamente também, há pouco aqui falado, o Hotel de Turismo. Que venha, de verdade, o Hotel de Turismo. Já há muito que se anseia e que não fique por meras palavras e que não se espere, anos e anos, novamente, independentemente de quem vai, um dia, abanar a bandeira. Que não seja depois preciso haver coletes e haver coletes, esses podem ser laranjas, podem ser vermelhos de preferência. Digo eu. Ou verdes, também pode ser verdes. Mas há algo que e com isto dizer que o Bloco de Esquerda votará a favor destes pontos de investimento e que apenas gostaria também que haja uma reflexão. O porquê de muitos destes investimentos outrora não aparecerem. E é fácil de percebermos que, outrora, também o País estava como estava e por isso havia muita gente que nem sequer podia recorrer a determinados fundos bancários para essa reconstrução. Não se lembraram agora, não se lembraram agora de que ter uma casa de turismo rural, cá no Interior, era a cereja no bolo. Não. Então, isso toda a gente já percebeu, há muitos anos, que o Interior tem grandes matérias-primas e até mesmo recurso naturais, que só não são mais potencializados porque não havia dinheiro. E, muitas vezes, também vontade. É óbvio. E, se calhar, não havia um mecanismo facilitador que combatesse algumas práticas que faziam isso mesmo, com que as pessoas se afastassem do investimento. Eu nisso também tenho que dar louvor, não se pode ser sempre do contra, também tenho que dar louvor a esta Autarquia que tem tentado, aparenta-me, que melhorou, em muito, alguns aspetos que facilitam esse contacto cara a cara com o investidor. Por isso, há sempre mais. E, por isso, se pudermos melhorar sempre mais, melhor ainda. Mas também é bom, é bom que se fiscalize, eu não sei se existe uma entidade própria, acho que existe, acho que existe uma entidade própria de percebermos se este turismo rural, daqui adiante, irá ser turismo rural. Porque em tempos anteriores houve alguns espertalhões que utilizavam, toda a gente sabe, e até da época que era, em que construir casa rurais era um espetáculo e à porta o BM também, ou um Ferrari, e depois fechar quando alguém telefonava para lá para ver se havia quartos e estavam sempre ocupados. Esperemos... eu, com isto, não estou aqui a dizer que é o que vai acontecer. Esperemos é que também seja a população, os Presidentes de Junta, num futuro próximo, a serem esses fiscalizadores se tudo está bem. Porque, se tudo estiver bem, a Freguesia está melhor, o Concelho está melhor, o Distrito, certamente, estará melhor. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém pretende intervir? Calma, que ainda não lhe dei a palavra, senhor Presidente. Mais ninguém pretende? Muito bem, senhor Presidente pode falar.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Bom, só um esclarecimento ao Deputado Aires Diniz, em relação ao ponto 2.13, não é? Acho que era a questão que colocava. Aquilo é exatamente igual e, segundo me dizem, é que já aqui aprovámos há dois ou três anos. De resto, respeitante à mesma empresa que aumentou a sua produção, garantiu uma maior expansão. Enfim, não sei se está aí nos documentos, eu posso dizer a empresa, que era a Olano, e com isso comprou mais lotes de terreno e aquilo que é da concessão de uma rua, passa a ter a concessão de mais duas, neste caso. Depois, só uma nota, porque falamos aqui... eu queria agradecer muito ao Deputado

Marco Loureiro porque eu até tinha pedido a palavra à senhora Presidente, mesmo antes do senhor reconhecer, só lhe fica bem, que o Município amigo do investimento é facilitador dessas coisas. E ainda bem. E só por isso é que eu não queria entrar aqui nessa discussão, até porque penso que já são mesmo horas de almoço e por isso já não é preciso estarmos com mais conversas. Mas repare o seguinte. Eu folgo muito de agora ouvirmos todos, pelo menos daqui para a minha direita, neste caso, à minha esquerda, reconheço, ideologicamente, de agora sermos os privados. Mas o Hotel de Turismo emperrou por causa dessa questão ideológica. Mas eu não quero atirar pedras. Eu estou como o senhor Deputado e como todos. A gente quer é lá a portinha aberta e ir lá tomar o café ao Hotel. Mas ninguém falou aqui daquilo que eu espero, sinceramente, nós somos facilitadores e ajudamos, mas eu é como o... é ver para crer. Também vai nascer na Guarda, se isto prosseguir o que está aqui do proponente, um Hotel de 5 Estrelas, em Cavadoude. E, já agora, a pretexto dos Passadiços do Mondego, vão dizendo que não fiquem impacientes mas, antes do verão, não veem a obra ainda. Nós ainda não adjudicámos sequer a obra, é uma obra densa, não temos financiamento sequer para a obra. Mas eu disse que, no verão de 2020, todo, ou parte, seria inaugurado. E eu espero cumprir essa palavra, ou que o Município da Guarda cumpra essa palavra e cá estamos a trabalhar muito nisso. Mas estão aqui os resultados, não apenas dos aspetos psicológicos, como há pouco eu referia. Estão aqui os resultados e não é a história do Governo «a» nem do Governo «b». Nós, dos Governos, só queremos mesmo, e das oposições, só queremos mesmo... eu, só quero mesmo, honestamente, não precisamos de mais, só precisávamos mesmo de que todos, da esquerda à direita, tivessem coragem política na questão da coesão e tivéssemos instrumentos financeiros mais poderosos. E, aí, as pessoas vêm. Como eu ontem disse no Fórum Fora da Caixa, foi o Estado que falhou e quem administra o Estado são sempre os Governos. Olhe, eu também fui governante e, por isso, como eu ontem dizia e o Dr. Jorge Coelho, olhe, também falhámos, se calhar. Quer dizer, os Governos nunca falham, fazem tudo o melhor que podem e que sabem. Mas sabe qual é o resultado? É este. O resultado é das políticas públicas fracassadas. Por isso agora exige-se uma coragem política como nunca. Como nunca. O Estado falhou e nós queremos o mesmo Estado, por isso é que eu disse ontem, e desvalorizei, completamente, com a maior estima que tenho pelo Secretário de Estado para a Valorização do Interior, que se deixe estar em Lisboa. O Governo tem que estar em Lisboa. Grande capital. Deixem lá, mas qual Secretário de Estado para Castelo Branco! Mas se fosse para a Guarda eu dizia igual. Não tem importância nenhuma. Nenhuma. Os homens e as mulheres que ascendem ao Governo, que fiquem em Lisboa. Houve um Primeiro-Ministro do meu Partido que fez o mesmo e eu disse-lhe o mesmo, ontem, como hoje. Pôr a Secretaria de Estado da Agricultura na Golegã, mas isso interessa para quê? O Secretário de Estado, meu amigo, olhe, andava Golegã/Lisboa, Lisboa/Golegã... não tem interesse nenhum. Tem interesse é a Direção Geral a), b) e c), com as pessoas, com os funcionários públicos, que isso é que mais gente para o Interior. Porque os empresários, como vê, a economia vai borbulhando. A atração, como há pouco os senhores Deputados desta Bancada diziam, e muito bem, está aí. Dizem-me que nunca se ouviu falar tanto espanhol. Está aí. E os investidores estão aí. Agora, o Estado é que continua a falhar e nós, os Autarcas, até levamos por tabela. Eu também posso levar. Por isso é que eu ontem comecei por dizer: olhe, eu devo ser um mau Autarca porque não consigo resolver estas coisas, não tenho capacidade e esgotei todos os mecanismos que estão à minha disposição. Todos. Todos. Todos. Aquilo que a Lei me consagrar, seja nos próximos Regulamentos. Todos. Estou disponível a perder toda a receita. Toda, enfim, uma boa parte da receita. Estou disponível para fazer mais despesa. Mas eu exijo isso, porque eu exijo isso ao Estado central. O Estado não faz. Isso é que nos deve mobilizar. Por isso, eu digo-vos uma coisa. É uma grande satisfação para mim... e, Deputado Henrique Monteiro, nós vamos ter que... eu tenho que lhe deixar os números porque, por favor,

o Instituto Politécnico da Guarda subiu de mil e oitocentos alunos, ou mil e novecentos alunos em 2014, para três mil, com os mestrados, em 2017. Não vale a pena. Vale a pena nós olharmos para os bons exemplos, como eu não me canso de o dizer e pedir para ser estudado, o exemplo de Bragança, mas se nós continuarmos a dizer que descemos, descemos, descemos. Descemos este ano. Não descemos nos outros anos. Por isso, vale a pena elevá-lo e dar-lhe mais ambição. Nós todos dar-lhe mais ambição. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passemos então à votação destes pontos. Vamos votar ponto a ponto porque é mais fácil. Mas eu, se calhar, ia perguntar genericamente porque parece-me que a votação há de ser muito... relativamente ao 2.9... temos que pôr o telemóvel do senhor Deputado Aires Diniz no silêncio. Marco, ajude aí o senhor Deputado... muito obrigada. Pomos à votação, então, o ponto 2.9. ” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.9 - Projetos de Investimento como Projetos de Investimento de Interesse Municipal do Consórcio Externo formado pelas Empresas MRG - Property, S.A. e MRG – Construction, S.A..* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

Ponto 2.10 - Quinta D’Alqueidosa Unipessoal, Lda. – Casa de Campo – Turismo em Espaço Rural – Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal. Discussão e votação. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.10 - Quinta D’Alqueidosa Unipessoal, Lda. – Casa de Campo – Turismo em Espaço Rural – Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal. Discussão e votação* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

Ponto 2.11 - Luís Manuel Fonseca Amaral – Hotel de Turismo de Habitação – na categoria de 5 Estrelas - Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal. Discussão e votação. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.11 - Luís Manuel Fonseca Amaral – Hotel de Turismo de Habitação – na categoria de 5 Estrelas - Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal. Discussão e votação* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

Ponto 2.12 - Carlos Monteiro & Bárbara Brigas - Casa de Campo - Turismo em Espaço Rural - Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal. Discussão e votação. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.12 - Carlos Monteiro & Bárbara Brigas - Casa de Campo - Turismo em Espaço Rural - Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal. Discussão e votação.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

Ponto 2.13 - Discussão e votação da proposta de Concessão de Utilização Privativa de Parcela do Domínio Público Rodoviário localizado no Loteamento da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.13 - Discussão e votação da proposta de Concessão de Utilização Privativa de Parcela do Domínio Público Rodoviário localizado no Loteamento da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Interrompemos para almoço. Às três aqui, está bem? Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom. Vamos retomar os trabalhos, por favor. Já que não bati de manhã, bato agora a ver se se sentam e se começamos os trabalhos. Bom, vamos retomar então os trabalhos. Ainda faltam aqui uns quantos, mas temos quorum e, portanto, podemos iniciar os trabalhos. E passávamos então à discussão do ponto 2.2.” -----

Ponto 2.2 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2019. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir sobre este ponto?” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, muito obrigado. Mas eu, como o Orçamento já está há muito tempo aprovado na Câmara e, por isso, todos o conhecem, eu aguardo-me depois para respostas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Então, quanto a este ponto, senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Como temos todos que ir jantar, não é? E os funcionários têm que ir jantar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Temos que ir jantar, mas temos que ir à hora do lanche, portanto...” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, eu vou dizer pouca coisa. Eu fiquei a gostar do Plano e Orçamento que nos foi enviado. Está bem feito, está bem organizado e, portanto, só vou falar de algumas coisas que já é dentro da tradição do que foi hoje o dia. É assim. Dentro do espírito de defesa do nosso património cultural e natural, pouco encontramos que nos permita considerar que este está a ser preservado e que a cultura popular erudita é defendida com investimentos previsto neste Plano e Orçamento. Gostava de ter mais qualquer coisa sobre esta questão da cultura. De resto, tudo é feito com tibieza quanto ao fomento da agricultura e aqui somente da parte da floresta e depois falta aqui a defesa da pecuária e dos animais e das raças autóctones do nosso concelho, que deviam ter um tratamento especial. Também há a questão da agricultura e da indústria, do comércio local que também devia ter sido defendido. Depois, só uma pequena piada porque, na página 14, fala-se de várias festas e esquecem da festa do 1º de Maio, que é uma festa que este ano pode ser feita na Guarda porque, no ano passado, este ano, fomos fazê-la a Seia porque colidia com a FIT. Portanto, este ano, a FIT é de 2, 3 e 4, não é assim? E, portanto, o 1º de Maio podia ser feito, as suas comemorações, na Guarda. E disse.” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? O orçamento? Sim, quer intervir? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM)**: “Ora bem. A proposta de Orçamento para 2019, segue na linha da anteriormente apresentada para 2018. Tem as opções que o Executivo Municipal eleito entende que devem ser as prioridades e tem, uma outra, que começa a ser um pouco a imagem de marca desta governação. A manutenção da enorme carga fiscal sobre os municípios. Mais uma vez, a carga dos impostos municipais se mantém a um nível perfeitamente exorbitante para um concelho do Interior, tão carente de investimentos e de pessoas e tão distante dos centros de decisão. Não é com sinais destes que aliciamos os quadros técnicos superiores e outros profissionais a escolherem a Guarda para desenvolverem as suas atividades profissionais. Se, por um lado, as receitas do IMI se mantêm instáveis com uma pequena redução, resultante da falta de investimento do setor da construção e também explicada pela aplicação do coeficiente das casas, já a parcela que diz respeito às transações de imóveis, o IMT, Imposto Municipal de Transações Onerosas sobre Imóveis, cai, abruptamente, o que sinaliza uma clara desaceleração das dinâmicas económicas deste concelho. Num cenário destes, seria preciso adotar medidas de redução fiscal, mas a proposta não vai nesse sentido. Não apresentando aqui o CDS nenhuma proposta formal de redução do IMI, não queríamos deixar de lançar um desafio para os próximos dois Orçamentos, ou seja, uma redução gradual de meio por cento da taxa ao ano para que, em 2021, possamos estar ao nível da maior parte dos concelhos do Interior, em termos desta tributação e ter uma taxa de 0.30, em vez de 0.40, o que significa uma redução de cerca de 25% naquilo que é a arrecadação da Câmara neste imposto. Também não esquecemos a parcela variável do IRS que se mantém inalterada no seu valor máximo e que a grande parte dos Municípios devolve, numa parte significativa. Penso que até o próprio Município de Lisboa o faz. Tudo somado, significa muito para quem tão pouco tem neste Interior esquecido. Por outro lado, o titular do direito de oposição, neste caso, o Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS, não foi ouvido após a elaboração dos documentos que agora aqui se encontram em discussão. Ora, o n.º 3, do artigo n.º 5, da Lei 24/98, de 26 de maio, consagra que os partidos políticos representados nos Órgãos Deliberativos das Autarquias Locais e que não façam parte dos correspondentes Órgãos Executivos ou neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício das funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos Orçamentos e Planos de Atividade, o que não aconteceu no caso do CDS. Não sei se aconteceu com os outros partidos. Este é um direito consagrado como direito de oposição, no diploma acima referido, e que não foi respeitado. Portanto, estamos, neste caso, perante uma violação clara dos direitos de oposição. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Peço desculpa. Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? Se não, podem ir intervindo enquanto... ninguém pretende? Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE)**: “Muito obrigado, senhora Presidente. Infelizmente, aconteceu novamente o que, em outros anos, aconteceu e passo a citar também aquilo que... não vou citar, na íntegra, porque já aqui foi dito pelo Deputado Henrique, do CDS. A verdade é que o Bloco de Esquerda também não foi ouvido. Em processos iguais a estes, aqui mesmo, o Bloco de Esquerda justificou o seu voto negativo tendo em conta que não teve esse direito a ser ouvido e, por isso, novamente, depois de isso continuar a acontecer, teremos também que ser coerentes e, por isso, iremos votar negativamente este Plano. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia**: “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém, então? Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Este não é, nem será nunca, o Orçamento do Partido Socialista. O Partido Socialista pretende que o Orçamento Municipal seja um instrumento que, em complemento com as medidas previstas no Orçamento de Estado, seja uma via de estímulo à fixação de pessoas, através de uma política fiscal atrativa para as famílias e para as empresas. Todas as Bancadas, aqui presentes, decerto reconhecem que a perda de população, o encerramento e deslocalização de empresas, são o principal problema da nossa cidade. Os dados estatísticos da PORDATA, também o demonstram. A nossa cidade perdeu, nos últimos seis anos, 6% dos seus habitantes. O número de nascimentos, no nosso concelho, diminuiu 15%. O número de sociedades constituídas diminuiu em 10%. O número de sociedades dissolvidas aumentou em 40%. Aliás, é bem notório o encerramento de muitas empresas na Guarda, principalmente negócios de comércio a retalho no Centro Histórico, como é o caso da Foreva, Sapataria Ápis, Conde Gião, Quarto Crescente, Restaurante Reduto, Carochinha, entre muitas outras. Esta situação é bem visível no centro da cidade. Basta perdermos um pouco do nosso tempo e dar uma volta a pé, facilmente nos apercebemos que mais de 50% das lojas comerciais estão fechadas e desocupadas. Esta política de festas e rotundas já foi testada aqui bem perto de nós, com resultados bem visíveis, entre 2001 e 2011, no concelho de Gouveia. Perdeu 13% da população residente; diminuiu em 20% a percentagem de jovens no concelho; perdeu 22% dos alunos no Ensino Secundário; perdeu duas das nove farmácias; passou de quarenta e duas sociedades constituídas por ano, para apenas dezasseis; e passou de três sociedades dissolvidas por ano, para mais de vinte sociedades dissolvidas por ano. Com este tipo de política perdemos as pessoas, as empresas, mas ganhamos as rotundas, o ferro velho, os jardins desertos e fica a foto/reportagem. Olhando pormenorizadamente para o Orçamento, gostaríamos de realçar os seguintes aspetos por função. Educação. Este Executivo indica que pretende atrair e fixar mais jovens nas instituições de Ensino Superior e Profissional do Concelho, não apontando, porém, como pretende atingir esse objetivo. Dificilmente conseguirá a Guarda atrair mais jovens para as instituições de ensino superior quando o Politécnico perdeu, entre 2011 e 2016, 10% dos seus alunos, passando de 2540 alunos para 2290 alunos. Diminuímos o número de alunos no Ensino Secundário na nossa cidade, que seriam potenciais alunos do Politécnico e de Instituições do Ensino Profissional do Concelho. Em 2011, existiam 8679 alunos no ensino não superior e, em 2016, existem 6744 alunos. Menos 2000 alunos durante este período. Cultura. Candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027 e até lá... Turismo. É referido, neste Orçamento, que esta atividade económica é de grande relevância para o desenvolvimento local e regional e que o investimento nesta função visa o incremento dos fluxos turísticos. Porém, como já frisámos na última Assembleia, o investimento neste setor tem-se afigurado um autêntico fracasso. Relembramos um quadro estatístico publicado recentemente num Jornal O Interior, fonte do INE, com a comparação das variações do crescimento das dormidas nos alojamentos turísticos, nos diversos Concelhos do Distrito da Guarda. Os dados são bastante reveladores. Trancoso cresceu 38%, com um orçamento escasso de 113 mil euros para o Turismo. Manteigas cresceu 30%, com um orçamento de 1 milhão de euros para este setor. A Meda também cresceu à taxa de 30%, com orçamento de 370 mil euros no setor turístico. E a Guarda, inexplicavelmente, conseguiu um crescimento de apenas 2%, ficando em décimo lugar entre os Concelhos do Distrito, no que diz respeito a crescimento no número de dormidas nos alojamentos turísticos. Temos, portanto, todo o direito de questionar, tal como temos vindo a fazer, toda a política de investimento no Turismo, face aos resultados que são inexistentes. Dez, dos catorze Municípios do Distrito da Guarda, fazem melhor, diferente e com menos gastos para os seus munícipes. Merece reflexão. E, agora, o Município pretende gastar, em 2019, 3.1 milhões de euros em Turismo quando, em 2018, esse valor ascendeu a 1.1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2 milhões de euros.

Reabilitação Urbana. Neste ponto, este Executivo é exímio. Consegue até requalificar o requalificado. Vejamos o exemplo da Rua do Comércio. Em março de 2017, ajustou a requalificação da Rua do Comércio por 140 mil euros, tendo gasto mais 120 mil euros na respetiva festarola de inauguração, da requalificação. Em junho de 2018, gastou mais 20 mil euros na adaptação do mobiliário adquirido há um ano e, por incrível que possa parecer, há poucos dias atrás, ajustou novamente uma adaptação desse mobiliário urbano por mais 90 mil euros. Temos, portanto, para a mesma intervenção e mobiliário urbano num ano, uma requalificação e duas adaptações de mobiliário. Toda esta operação de cosmética urbana, de gosto questionável e sem resultados visíveis, custou aos cofres do Município, com a respetiva festarola que não poderia faltar, a módica quantia de 400 mil euros. Continuamos, porém, sem conhecer o destino do mobiliário requalificado, ou não requalificado. Perguntamos, portanto, qual o retorno desta requalificação e das sucessivas adaptações, até porque esta rua emblemática da cidade continua, diariamente, vazia e os comércios continuam a encerrar de forma desenfreada. Qual é o retorno deste investimento? Fica a questão. Economia, Empresas e Família. Estranha-se a inexistência nos objetivos e atividades deste Orçamento de uma única menção à fixação de empresas e pessoas na Guarda, ou de medidas de estímulo ao comércio local. Diariamente perdemos emprego e empresas para outras cidades, como já vimos anteriormente. Estranham os mais desatentos a razão pela qual outras cidades nos ganham na batalha da atratividade, não percebendo, porém, que estas derrotas são provocadas por más opções políticas e Orçamentais deste Executivo. Façamos, então, uma comparação entre a Guarda e Viseu, para entendermos a razão pela qual perdemos constantemente para outras cidades, a batalha da atratividade dos investimentos, das empresas e das famílias. A Guarda, como vimos anteriormente, perdeu 6% da população em seis anos, aumentou em 40% o número em insolvências e diminuiu em 10% as sociedades constituídas. Viseu, por outro lado, no mesmo período, manteve a sua população, diminuiu o número de empresas dissolvidas em 13% e manteve o número de empresas criadas. Será que as diferenças são obra do acaso? Vejamos, então, as diferenças nas opções políticas e orçamentais dos dois Municípios. Apoio ao investimento e apoio às empresas. No Orçamento do Município da Guarda, o apoio ao investimento e às empresas não atinge meio ponto percentual, em valor: 170 mil euros. Viseu aplica cinco pontos percentuais do seu Orçamento, em valor: 5.9 milhões de euros em políticas de incentivo à economia local, apoio às empresas, incentivo ao investimento e incentivo à criação de postos de trabalho. Em termos percentuais, Viseu aposta dez vezes mais nas empresas, no estímulo à economia e em políticas de investimento do que a Guarda e os resultados estão à vista. Quando se esperava que, em dois 2019, existisse um incremento desta função, verificamos, porém, uma quebra do valor orçamentado, face ao verificado em 2018. Passamos de 249 mil euros, em 2018, para 170 mil euros, em 2019. O esquecimento desta função é tão visível que até, há poucos dias atrás, o famoso Guia do Investidor estava indisponível no site do Município. O Espaço Empresa é a única medida existente neste Orçamento para esta função. Porém, inexplicavelmente, não dispõe de qualquer valor orçamentado nas Grandes Opções do Plano. Mas, depois, lembram-se de fazer apresentações pomposas, de supostos grandes programas inovadores de apoio ao investimento, como o que aconteceu no passado dia 13 de dezembro, em que se apresenta a reapresentação da iniciativa até agora em vigor, porém, sem Regulamento. Apoiam o que já é apoiado por outras entidades, nomeadamente o IEFP em condições mais favoráveis e dispõem de um Orçamento fantástico e estrondoso, para 2019, de 40 mil euros. Senhor Presidente, em nome dos empresários desta cidade, pedimos-lhe que se deixe de marketing, de show-off, de querer passar a ideia de que está a implementar algo de inovador, nunca antes feito. Não tenha vergonha de copiar e seguir os bons exemplos. Os exemplos inovadores, com dotações orçamentais credíveis. Veja os casos

do programa Viseu Investe, dotado de um Orçamento 5.9 mil milhões de euros, programa iniciado em 2013 e do programa MovetoFundão com resultados recentemente conhecidos. Para que se saiba, só na área das novas tecnologias, foram criados setecentos postos de trabalho, seiscentos dos quais na área das engenharias. A taxa de desemprego desceu 18% em 2013, para uma taxa inferior a 6%, inferior à média nacional. Freguesias e Associações sem fins lucrativos. Verbas orçamentadas para 2019, por este Executivo. Freguesias 790 mil euros, menos de 1.5% do Orçamento. Gostaria de lembrar os senhores Presidentes de Junta de que só a verba cobrada nas vossas freguesias referentes ao IMI ascendem, anualmente, a 1.3 milhões de euros, pelo que nem esse valor é devolvido às vossas Freguesias. Associações sem fins lucrativos, 1 milhão de euros. Voltemos a comparar o Orçamento da Guarda e o Orçamento de Viseu, para entendermos o êxodo dos guardenses. Orçamento Municipal de Viseu - Orçamento para as Freguesias, 5.2 milhões de euros, 6.5% do orçamento. Orçamento para as Associações, 200 mil euros. Este Orçamento é bastante revelador da despreocupação deste Executivo pelas Freguesias rurais, não entendendo que as Freguesias têm um papel fundamental na fixação de pessoas no mundo rural. Em suma, o Partido Socialista pretende que o Orçamento seja um instrumento de incentivo à criação de emprego e à criação de empresas, com planos realistas e com dotações orçamentais equivalentes aos objetivos realmente pretendidos. Que o mesmo preveja políticas e orçamento para programas de pró-natalidade, com a finalidade de inverter a perda de população verificada. Que tenha políticas e orçamento concreto e real, que vá ao encontro das necessidades dos empresários, com vista ao desenvolvimento económico e que favoreça a criação, a atratividade e a competitividade das empresas da Guarda e daquelas que aqui se queiram instalar. Para finalizar, que o Orçamento Municipal forneça às Freguesias rurais uma digna dotação orçamental, de forma a que estas sejam também, por essa via, promotoras da resolução dos problemas dos fregueses e que, com investimentos assertivos, possam também, nas suas Freguesias, inverter o declínio da população e fomentar a fixação de novas famílias e negócios. E, como o seu, a seu dono, ao Deputado Hugo Carvalho, que apesar de não estar presente, preparou esta intervenção. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Hugo, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, técnicos da Autarquia, comunicação social e público em geral. Tendo em conta a época, queria começar, desde já, antes que depois me esqueça, endereçar os votos de um Feliz e Santo Natal e de um ótimo 2019 para todos vós e para todas as vossas famílias. Passando à minha intervenção. As Grandes Opções do Plano constituem um instrumento fundamental ao dispor do Executivo e fundamenta a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico, social, ambiental, cultural e tecnológico. Conjuntamente com as GOP’s, é apresentado o Orçamento para 2019 que tem, necessariamente, que ser harmonizado visto que as escolhas, em matérias de receita e despesa do Município, são condicionadas pelas opções política e económica. Antes de mais, não poderia deixar de lamentar, com alguma tristeza, as intervenções que me antecederam. Porque ouvimos algumas críticas, ouvimos muitas críticas à Câmara Municipal e às opções do Executivo mas, propostas concretas para o futuro, continuamos sem ouvir nenhuma concreta. Tem sido uma constante ao longo dos últimos anos. Não há uma única proposta para melhorar o que foi apresentado pelo Executivo? A Guarda só teria a ganhar. Ouvimos aqui, anteriormente a mim, o senhor Deputado Agostinho Gonçalves vir falar em dados estatísticos. Acho curioso vir falar disso quando, curiosamente, os dados de

2017 ainda nem sequer foram publicados pelo INE. Mas há estimativas. Há estimativas. Mas eu falo sobre isso porque o senhor Deputado é óbvio que fala verdade. O problema demográfico é um problema do País e, naturalmente, do Interior, mais ainda. Mas acho caricata a sua comparação com Viseu porque lhe dói o que está mais perto. E aqui, a verdade, tem que ser toda dita. Não pode ser dita só parte porque perverte a mensagem, perverte a informação que transmite. Porque a Guarda se perde, a Covilhã e Castelo Branco perdem muito mais do que nós. Viseu, de facto, não perde mais do que nós, mas não tem nada a ver a dimensão de Viseu com a Guarda. Infelizmente, Viseu já avançou há muitos anos atrás, ultrapassou-nos há muitos anos atrás. Lá teremos tempo para recuperar. Mas estou curioso para ver os dados estatísticos que estarão para sair, o anuário estatístico sairá por estes dias e, nessa altura, então falaremos. Porque o que o senhor falou foi de estimativas que existem, sim senhor. Relativamente às dormidas, aqui temos dados concretos. Dados concretos publicados no dia 5 de dezembro no PORDATA, precisamente. E, se analisasse bem esses dados, verificaria que a variação de 2013 para 2017, a Guarda só perde para uma destas cidades que aqui citou, curiosamente a mesma, Viseu. Esqueceu-se de dizer foi que a Covilhã cresceu apenas 30% das dormidas, Castelo Branco 41% e a Guarda 52%, ficando, de facto, longe dos 66% de Viseu. Mas a verdade tem que se dizer toda. Eu não me importo de falar a verdade, mas falo de tudo. Não falo só de uma parte porque perverte a mensagem. Mas pronto. Mas continuando sobre a análise que estávamos a tratar, vamos, então, aqui hoje, tratar das Grandes Opções do Plano e do Orçamento que nos é aqui apresentado, que não é mais do que o princípio da palavra dada, é palavra honrada. As promessas feitas, estão aqui claramente esplanadas neste documento orientador para o futuro do concelho da Guarda e, assim sendo, nada melhor do que continuar a cumprir escrupulosamente o que o povo sufragou de uma forma esmagadora. E é isto que em política se deseja. Assim sendo, desde já endereço os meus parabéns a este Executivo. Nestes documentos são objetivamente definidos os eixos estratégicos para a Guarda que, desde 2013, vem apresentando resultados evidentes para a inversão da dinâmica de um concelho que estava adormecido e condenado, tendo agora um rumo claro e objetivo, um futuro por construir bem mais risonho, certamente. A economia, a educação, a ação social, cultura e ambiente, regeneração urbana, desporto e lazer e turismo. São hoje estes os vetores estratégicos definidos para o nosso concelho e é óbvia a sua larga abrangência. Não querendo perder-me numa explanação exaustiva dos documentos, quero realçar alguns pontos que considero os mais relevantes para o aumento da eficiência e eficácia da gestão da Autarquia. Quero, desde já, destacar, que se mantém o rigor no que respeita aos prazos médios de pagamento e de fundos disponíveis. Se, no primeiro mandato, se fez uma recuperação histórica do prazo médio de pagamentos, passando de um máximo, em 2012, de quatrocentos e sessenta e dois dias, para os atuais dezasseis, o ano de 2019, prevê a manutenção das boas medidas que tanta repercussão trazem às empresas com quem o Município lida. Injeta-se, num prazo muito reduzido de tempo, o dinheiro na economia e isso só pode trazer confiança ao mercado e uma capacidade negocial futura muito mais favorável. Relativamente aos fundos disponíveis, o cenário não podia ser mais antagónico do que o que existia quando, em 2013, se ganharam as eleições. Passaram-se de fundos disponíveis negativos em mais de 6 milhões, para os atuais 8 milhões positivos. Uma inversão que se aplaude. No que respeita a compromissos plurianuais, decorridos cinco anos sobre a mudança ocorrida na política local, mantêm-se, exclusivamente, os empréstimos de médio e longo prazo contraídos até setembro de 2013. Esta inovação na estratégia assumida por este Município deve ser única, ou das poucas que acontece por este País. Nem um único empréstimo contraído que acresça à despesa e isso reflete-se nas contas públicas. Que diferença, face ao passado. Aliás, este reconhecimento já foi aqui hoje assinalado pelo Grupo Municipal do PS ao assinalar o ponto positivo que é a recuperação das contas. Finalmente

alguém vem assumir, de facto, que se nota a mudança. O orçamento para 2019 tem um crescimento, face ao de 2018, de 13%, o que equivale a cerca de 6 milhões de euros. Mas isto porque agora integra todas as atividades dos Serviços Municipalizados. Espera-se, assim, a tendência muito positiva dos anos anteriores, isto é, uma elevada taxa de execução orçamental. Ao nível da receita, apesar de o Município optar, mais uma vez, por manter os impostos, constatamos que a receita, em impostos diretos, diminuirá cerca de 400 mil euros. No que se refere às taxas, a redução de receita é de cerca de 100 mil euros. Este foi, de facto, o único apontamento do Partido da oposição para o Orçamento de 2019. Aliás, de acordo com o que foi tornado público, o PS votou contra, apenas e só, por este ponto específico dos impostos. Ter-se-ão esquecido, por ventura, que um Orçamento tem que ser equilibrado entre despesa e receita. Ora, se pretendiam a redução de impostos, de que forma assegurariam as receitas? Só há duas opções possíveis. Ou não investiam e aí teriam que explicar em que rubrica pretendiam a redução, ou então contrairiam mais empréstimos. De resto, a lógica dos anteriores Executivos e com esta lógica sabemos o estado a que chegámos. Mas retomando a opção de quem dirige os destinos deste concelho. Para 2019, fica assim clara a situação dos impostos aos contribuintes. Este Executivo opta, então, por não alterar os impostos, mantendo o impacto financeiro na população, apesar de daí resultar menos receita para o Município. Esta redução poderá ainda ser mais significativa, se houver uma grande adesão ao novo programa de apoio ao investidor e ao investimento. Esta opção é, para o Grupo Municipal do PSD, uma boa opção da Autarquia, em não querer penalizar os cidadãos com o aumento de impostos que asseguraria, per si, as mesmas receitas do ano anterior. Saudamos esta opção do Executivo, apesar de daí ter que resultar uma maior ginástica orçamental. No que respeita às Grandes Opções do Plano, destacar, desde logo, o aumento do investimento nas funções sociais. Serão mais 3 milhões e 200 mil euros. Desde logo, com o acréscimo significativo na vertente ambiental, mas também com uma subida significativa na cultura e também no desporto, recreio e lazer. Finalmente, referir também as funções económicas que têm um acréscimo de 4 milhões de euros, destacando-se aqui os investimentos nos sectores dos transportes rodoviários e no turismo. Realço aqui que, neste domínio do turismo, projeta-se para 2019 e já aqui foi dito para junho de 2019, até junho de 2019, o início da obra dos Passadiços do Mondego. Projeto do qual se espera que alavanque e complete ainda mais o potencial turístico do concelho. Trata-se de um projeto arrojado, que está a criar grandes expectativas de retorno económico para a população e empresas do concelho. Aliás, como já se viu hoje, na discussão do final da manhã, em que se votaram alguns projetos na zona envolvente onde serão instalados os Passadiços. Em suma, na definição das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano seguinte, é importante ter metas, mas também é fundamental planear cuidadosamente cada passo para atingi-las. Este Executivo tem-nos brindado, nestes últimos cinco anos, com uma enorme mestria, uma grande visão e uma excelente estratégia, que tem redundado em anos sucessivos de mudança, crescimento e desenvolvimento. A Guarda já não é o que era. A Guarda agora é uma cidade com argumentos e projeção nacional, que serve de exemplo e mesmo de inveja a muitos outros Municípios ao nosso redor. Neste sentido, não restarão grandes dúvidas sobre o sucesso que será o ano de 2019, em termos de execução das principais medidas pensadas e planeadas. Por tudo isto, o voto da Bancada do PSD será, naturalmente, favorável.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Meu caro Deputado Aires Diniz, muito obrigado pelas suas referências e também construtivas. Eu sei que o senhor Deputado é um expoente e só lhe fica bem e eu acompanho-o, como sabe, nisso em

relação à questão do mundo rural e daquilo que é possível desenvolver. Como eu tive oportunidade de dizer, de manhã, tenho hoje cada vez mais convicção de que, como disse, e repito, para além de todo o esforço de todos nós, Autarcas de Freguesia e do Município, acho que é muito importante que haja um conjunto de políticas públicas que reforcem as tais cidades médias. Tenho a certeza que se a Guarda, nos próximos vinte anos, em vez de decrescer, se crescer mais quinze mil pessoas, era uma bitola bem interessante, muitas delas, seguramente, que ajudariam muito a parte mais rural do concelho da Guarda. E é por isso que nós não nos cansaremos, todos nós, de insistir muito no esgotar dos nossos instrumentos, ou dos instrumentos que temos à nossa disposição assim o Governo central, volto a repetir, seja ele qual for, e os Partidos da oposição, sejam eles quais forem, tenham essa coragem e acho que devemos caminhar por aí. Senhor Deputado Henrique Monteiro, há aqui uma questão a que eu sou sensível. Pode até não parecer, eventualmente. Mas acredite, sinceramente, que sou porque eu já fui da oposição, já fui do poder e, por isso, conheço suficientemente isso mesmo em termos Autárquicos. E há uma questão que o legislador fez, que eu nem aprecio lá muito, mas aqui não digo cobras e lagartos, bem pelo contrário, até percebo a intenção e por isso é que perguntei à senhora Presidente da Assembleia Municipal. Porque a Câmara, por Lei, como sabe, aprova Orçamento até 15 de outubro. De modo que o que está aqui hoje, volvidos dois meses, em discussão, foi aquilo que nós matámos a cabeça, ou não matámos, mas trabalhamos muito para apresentar, obrigado meu caro Deputado Hugo Fernandes, mas já lá vamos, aquilo que consideramos o melhor Orçamento. E se o legislador fez isso, creio eu, que o fez também justamente para que todos tenham dois meses para discutir e apresentar sugestões e alternativas, como muito bem disse o Deputado Hugo Fernandes. E aos costumes, bola. Não é agora para si, esta observação. Já lá vamos. De maneira que, muito honestamente, a senhora Presidente disse-me que, à luz da Lei e da interpretação que fez da Lei, e por ventura bem, seguramente bem, que a CDU pediu e lhe foi enviado. Os outros não terão pedido e não terá sido enviado, parece que a Lei não obriga. Eu não domino, francamente, a Lei. Mas há uma coisa que eu lhe quero assegurar, sinceramente, acho até, mas com toda a sinceridade lho digo, que independentemente da Lei, da interpretação de mandarmos ou não mandarmos, ou de o legislador obrigar-nos ou não, acho que há aqui, de facto, e o Deputado Marco também falou disso, a mim me daria todo o gosto do mundo que, depois de discutirmos na reunião de Câmara, poder apresentá-lo aos Partidos políticos. Eu tive foi para mim, mal, por ventura, reconheço porque não dominei a Lei, de que, nestes dois meses, nós poderíamos ter esse tempo todo. Mas provavelmente eu poderia tê-lo apresentado. Depois, em relação à sua sugestão, isso permite-me justificar também uma opção estratégica do Orçamento. Sugestão com a qual eu estou de acordo. Completamente de acordo. Descer o IMI nos próximos anos, ou se é quanto, ou se é 0,001, se é 0,05 num ano e noutro, quem é que... qualquer uma das senhoras e dos senhores aqui sentado, não quereria isso? Olhem bem para mim. A coisa que mais me custa é chegar... não será a que mais me custa, mas, realisticamente chegar a 2019 e dizer aos guardenses por razões justificadas. Não há nenhum político que não goste de baixar impostos e taxas e tarifas. A minha opção, ou a nossa opção foi muito clara. Nós não estamos em condições. Estamos no domínio de uma certa imprevisibilidade, como eu expliquei na Reunião de Câmara. Meus senhores e o problema do Município da Guarda, tinha um problema do tamanho de um casarão. Agora tem um problema, diminuímos-lhe o tamanho mas não o resolvemos. Chama-se um problema, como o Deputado Hugo Fernandes disse, porque é que nos indicadores sérios, esta coisa de... eu sou licenciado em Economia, como é sabido, e até tive, durante tempos, a mania que até sabia alguma coisa disto, disto de Orçamentos, de Finanças. Hoje em dia já nem sequer quero ter essa mania. Mas a verdade é que estudei muito e aprendi muito e ensinei muito e sem presunção nenhuma mas, há uma coisa que é verdade, não é possível fazer-se isto no domínio

de tamanha, peço perdão senhora Presidente, no domínio de tamanha imprevisibilidade. E esta imprevisibilidade é um problema de gestão muito sério. Muito sério. Eu não sei quanto é que devemos às Águas de Portugal. Não sei. Andamos a trabalhar sistematicamente com as outras Câmaras e pensávamos que era até ao fim do ano. Eu levei todas as Câmaras comigo, convidei todos os meus colegas, a ter uma reunião em setembro com o Ministro e o Ministro diz: muito bem, vamos lá fazer isto até ao fim do ano. Fazer as contas de quanto é que devemos e saber quanto é que pagamos por ano, qual é o encargo da dívida. Porque, como muito bem foi dito, era da mais elementar seriedade política, chegarmos, e dizermos que este orçamento tem um peso diminuto. Não é mais diminuto, é mais pequeno do que o do tamanho de um casarão, em relação aos pesos da dívida do Município. Da dívida e dos encargos da dívida que foi uma opção estratégica nossa, porque isso é que não hipoteca as gerações do futuro. Lembramo-nos do que é que aconteceu ao País até 2011? Lembramo-nos todos, não lembramos? Lembramos o que é que o Governo do PSD/CDS teve que fazer ao País para o salvar da banca rota. Lembramo-nos todos. Lembramo-nos todos quando eu aqui cheguei, em 2013, quando nós chegámos em 2013, o estado da arte. Lembramo-nos todos. A nossa opção foi essa. De modo que, nesta imprevisibilidade, eu não consigo, seriamente, propor aos guardenses que vamos pagar menos, ou vão pagar menos zero vírgula não sei quanto por cento do IMI, vão pagar menos 2 ou 3% da água, ou descontar não sei quanto no IRS embora, que por aí, com todo o respeito, aí é um valor demasiado elevado para as finanças do Município sem grande impacto, creio eu, nos próprios bolsos dos contribuintes. Mas, na questão do IMI e nas tarifas, eu já o disse, e mantenho. Eu quero, nós queremos fazer esse abaixamento. Mas, só que, o IMI, em matéria, não nos bolsos de cada um, mas nas receitas do Município já baixou 800 mil euros. Reparem bem, 800 mil euros. Eu não consigo, ainda, ter a explicação. A explicação que já me deram ainda não me convence e eu pedi ao senhor Vice-Presidente e à senhora Dra. Rita que analisassem isso. Eu preciso de saber. Foi só porque os prédios tiveram menor rendimento, logo pagam menos IMI? É a explicação que me dão. Eu acho que é curta. De modo que, dir-me-ão: está bem, já baixou nos seus cofres, mas nos nossos cofres, mas não baixou nos bolsos dos contribuintes. Bom, mas eu não consigo fazer milagres, em particular quando estamos em presença de uma segunda imprevisibilidade. Uma coisa é encargos da dívida e eu sei que os senhores não querem ouvir. O problema é que temos que ouvir. Eu herdei 300 mil euros nos cofres dos ex-SMAS e agora estão lá seis milhões e meio. Se lá estivessem os outros seis milhões e meio que não deviam ter gasto... eu, uma vez, disse aqui espatifado, mas como é um termo assim um bocado exotérico... então, gasto, nós teríamos lá 13 milhões porque eu não o deixei gastar. E também, como muito bem disse o Deputado Hugo Fernandes, também não fui à Banca. That's the question, como dizem os ingleses, esta é que é a questão agora para 2019. Meus caros, esta é a questão. Como eu já disse, repetidas vezes e que fique claro, em 2019 para concluirmos, de manhã não falei, para concluirmos porque já estão obras no terreno da despoluição do Rio Diz e Noéme e para os Passadiços e para o Centro de Exposições, para só falar destas três, para o qual não temos garantia de nenhum financiamento, nenhum, mas eu vos garanto que as vamos fazer. Mas para isso nós precisamos de ter, de facto, opções. E, por isso, a minha opção, com pena minha, foi, face a estas imprevisibilidades, eu não posso apresentar um orçamento a baixar os impostos e as taxas e as tarifas. Seria demagógico, irrealista. Alguém as ia pagar, ou pelo peso da dívida por mais empréstimos... devemos ser, meu caro Hugo Fernandes, de facto, devemos ser, não sei o que é que consta dos anuários, mas das poucas Câmaras, não seremos a única, naturalmente, das poucas Câmaras... eu costumo dizer que devo ser o único Presidente da Câmara que herdou o carro do anterior Presidente e ainda o mantém. Devo ser o único. Devo ser o único. Quer dizer, é um atrevimento da minha parte, seguramente, somos 308. Mas são poucos. E devemos ser dos poucos que resistimos porque a Câmara não suporta um aumento. É como nós. Nós não

podemos comprar a casa e o carro e as férias. Agora o crédito ao consumo já aumentou, porque isto já disparou, porque andam todos a cativar por aí e anda o pessoal meio enganado. A economia vai arrefecer, dizem os especialistas. Vamos ver o que é que estará debaixo do tapete com as cativações. Vamos ver o que é que está a acontecer nos serviços públicos. Eu recuso-me a isso na Guarda. Minhas senhoras e meus senhores, minhas amigas e meus amigos, eu recuso-me. Posso perder votos, podem fazerem o que quiserem mas, isto é, faz parte do meu ADN. Ponto final. De modo que, em suma, eu gostaria e eu espero que em 2020 nós estejamos em condições de... até lhe digo mais senhor Deputado Henrique Monteiro, no caso das tarifas da água, como eu disse, se houver uma boa negociação e sem grande peso da dívida nos vinte e cinco anos, porque se o tivermos de pagar e recorrer aos empréstimos, lhe digo uma coisa, faremos Assembleia Municipais extraordinárias para discutir a magna questão do Município da Guarda. Face a estas imprevisibilidades, a nossa opção era muito clara. Agora, eu... o Deputado Agostinho Gonçalves diz assim: «este não é e não será nunca o orçamento do PS». Pois não! Os senhores nunca teriam capacidade para fazer este orçamento. Isso é verdade. Nunca disse uma coisa tão certa. Isso eu estou de acordo consigo. Foi esta, foi a frase que começou o seu discurso de retórica. Da retórica mais absurda, sabe? Eu, há pouco, falei no elevador. O elevador socialista, aqui, é assim. Olha vejam só. O senhor não estava cá, mas um camarada seu ensaiou isso quando eu cheguei na primeira Assembleia para comparar Gouveia. E eu disse: ui meu Deus, comparar com Gouveia! Fez bem comparar com Viseu, acho que fez muito bem. Eu acho muito bem. Viseu, como sabem, é (felizmente para Viseu, infelizmente para nós, mas felizmente para Vise) a bolsa, de Bragança a Portalegre, que não é considerado interior, é o único. Mérito, de facto, de Viseu. Mas hoje não lhes deu jeito, como o senhor disse, comparar com Castelo Branco e com a Covilhã. E acabem com isso, acabem com isso. É bom, para nós, que a Covilhã cresça. Nós queremos é crescer mais, como é o caso. Então, esta retórica das dormidas é uma coisa... o senhor disse... dormidas no alojamento local, deve de haver aí... eu tenho todo o respeito por Trancoso e Gouveia e Celorico e Sabugal e não sei quem que o senhor disse, e a Mêda e tal. Mas é esse o seu modelo de comparação da Guarda? É essa a sua ambição da Guarda? Minha Nossa Senhora! Eu peço-vos a todas e a todos socialistas e não socialistas, não pode ser isto. Meu caro, como eu de manhã disse, e olhe o que eu lhe digo, o senhor tem menos anos do que eu, felizmente para si, olhe bem o que eu lhe digo. O futuro da Guarda como grande capital, foi isso que nos deu um grande esforço, que nos deu muito trabalho, há de ser ou numa região centro, ou numa sub-região beira e serra da estrela, ou na revitalização dos distritos, que é agora a filosofia que também anda por aí a ser discutida e que eu acompanho. Não acompanho na solução final, mas que eu acompanho. O Estado esvaziou os distritos e não criou nível intermédio nenhum. Hoje, o Estado desconcentrado, nos distritos, não tem o peso que tinha há dez anos e a culpa não é deste Governo. É deste e do anterior e do anterior. Mas, reforçar essa nossa capitalidade, essa nossa afirmação, não apenas psicológica. Como é que se pode... eu, sinceramente, eu digo-lhe, o senhor que tem responsabilidades dentro de um grande partido português, o Partido Socialista, que pode ter mil aspirações, como é que é possível! O senhor pode dizer que fecharam isto e que nasceram menos... eu até lhe digo, olhe, recebi hoje um documento do INE, tinha-o despachado agora de manhã e por isso é que o pedi à minha secretária. Olhe, é um documento de dezembro de 2008. Chegou hoje do INE. Eu até lho vou fazer chegar. O INE a agradecer a nossa participação e tal e depois, sabe, a Guarda decresce menos do que na NUTS II e do que na NUTS III. Porque é que diabo nós havemos de nos comparar com Trancoso, com todo o respeito, com a Mêda. Porque diabo? Acho bem que nos comparemos com Viseu, embora estejamos anos e anos atrasados. Como é que nós podemos falar de encerramento de empresas. Está bem, que se fecham lojas e empresas. E as que abrem? Então, nós vendemos sessenta lotes, mais de 50 milhões de investimento e cerca de quinhentos

postos de trabalho. Só a Sodecia e a Coficab vão elas criar mais de trezentos postos de trabalho. Então, e o elevador para cima, homens e mulheres? O elevador para cima é só para a cave? Ponham lá isto lá para cima. Por amor de Deus, contribua para a sua cidade, para a sua terra. É só o elevador para baixo. Já lhe disse, que o senhor possa dizer: o Álvaro Amaro é isto, não percebe nada disto, e os Vereadores, e nós socialistas é que somos, e que fazíamos... mas, chegados aqui, é como diz o Deputado Hugo Fernandes, eu esperei anos. Eu vou-lhe dizer, pela última vez, ando aqui a dizer isto aqui há cinco anos, todos são testemunhas os que cá estávamos, e então com o legislador a alterar isto dos tais dois meses eu, honestamente, mas honestamente, ainda agora ouvimos no orçamento de Estado, houve mil propostas de alteração. Mais leilão, menos leilão, houve mil. Todos fazem o seu papel. O papel da oposição, aqui na Guarda, eu nem gosto de lhe chamar oposição mas sim eleitos por outros partidos, quais são as propostas de alteração ao orçamento? Eu, de manhã, até os desafiei. Se conseguirem o nosso financiamento lá para a PEDOVIA, eu ofereço, orçamentalmente falando. Eu gostava que chegassem aqui e dissessem: olhe, o senhor tem aí na rubrica 32/4, não sei o quê, esta obra. Nós, socialistas, cortamos essa e sugerimos outra. A comparação daquilo que fazemos... o senhor fala com as Juntas de Freguesia? Fala com as empresas? Fala com a sociedade? O senhor acha que a Guarda, no momento em que a Guarda estava, perdoem-me a expressão, senhora Presidente, até acho que os meus netos mais pequenos já usam, no momento que a Guarda estava a bombar vocês vêm-me falar..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente só para lhe dizer que esgotou o seu tempo. Entrou nos cinco minutos complementares, está bem? Tem mais cinco minutos."-

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** "Obrigado. Até os meus netitos já dizem qualquer coisa como a Guarda estava a bombar e está a bombar, é assim que se diz não é? Dizem os miúdos, não? Agora, na nova geração. E os socialistas vêm dizer: não, nós temos menos dormidas do que na Covilhã. Pois claro. Pois claro. Então, alguma vez podemos ter mais dormidas do que a Covilhã? Pois, se eles têm mais hotéis e fecharam o único que cá estava que era da Câmara! Então, pois claro. Então, acabamos de aprovar um Hotel, acabamos de aprovar um Hotel de 5 Estrelas, acabamos de aprovar investimento e os senhores dizem: bom, mas a Covilhã tem mais dormidas. Mas nós crescemos mais. Como é que se diminui a distância para os que estão? É crescer mais. Olhe, era se o seu Governo pusesse o País a crescer mais, não eramos dos quatro os cinco da Europa que menos crescemos. Minha Nossa Senhora! Isto já não é política, sabem? Isto não é política. Agora o senhor atribuiu... mas eu atribuo às freguesias? Mas as freguesias não sabem que nós temos, vamos aprovar daqui a bocado oito ou nove Acordos de Cooperação... mas fazemos e pagamos. Todos, direitinho. E eles fazem boas obras e vamos fazer com as quarenta e três até ao fim. Depois vamos comparar num orçamento... mas comparar o quê, meu Deus? Bom, senhora Presidente... olhe, não falo mais. É um orçamento ambicioso, mas realista. E digo-vos uma coisa, como sempre o fizemos e lá veremos em março como é que aconteceu ao de 2018, em que fazemos ponto de honra que tenham bom nível de execução. Significa que o que está cá, como já disseram... aqui sim, aqui sim. Palavra dada é palavra honrada. Mesmo que isso nos custe não fazer a política do bem bom, que era o que eu gostava, de baixar o IMI, de baixar as tarifas. Mas daqui sim, diminuimos uma receita de cerca de 80 mil euros também, para ajudar as famílias com mais filhos. Somos coerentes e temos opções. Podemos fazer asneiras? Com certeza. Só não erra quem nada faz e a Guarda pode estar a errar. É natural. Mas se erra é porque muito está a fazer. Mas não é apenas o Município, não é apenas as políticas públicas. São os empresários, porque se fecha uma casa, abrem duas ou três. Eu não tenho o balanço, sinceramente. Agora, eu recuso-me a ver a Guarda a fechar. A Guarda a fechar,

a Guarda a chorar, a Guarda a lamentar, a Guarda a criticar. Essa Guarda, senhor Deputado, essa Guarda não existe mais e, até um dia os senhores voltarem para aqui, não existirá mais.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos então à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2019.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e seis votos a favor, uma abstenção e treze votos contra.

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Quer fazer uma Declaração de Voto senhor Deputado? Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Portanto, só para dizer que o voto contra do CDS está consubstanciado na elevada fiscalidade e também na falta de respeito pelos direitos da oposição que está consagrada na lei 24/98, de 26 de maio. Eu entendo a posição do senhor Presidente. Uma posição cautelosa, cautelas e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém, mas as cautelas ficam nas costas dos munícipes. Eu sei que, e não posso dizer o contrário, que tem havido uma gestão de algum rigor e equilíbrio nas contas do Município. Pelo menos, nos compromissos mais urgentes, coisa que não aconteceu no passado com o Partido Socialista, onde houve uma clara incapacidade de renegociar a dívida e até tiveram que vender o Hotel Turismo para compor a tesouraria. Mas também queria dizer aqui ao senhor Deputado Hugo Fernandes que tanto enfatizou falar a verdade, o senhor Deputado também tem que vir falar a verdade, ou melhor, dizer a verdade toda. Quando disse que efetivamente está uma redução de cerca de 400 mil euros na cobrança em termos de impostos, disse a verdade. Mas depois faltou a outra parte, que é aquela em que acabou por faltar à verdade. É que estes impostos resultam, e eu já o tinha referido, da diminuição da cobrança em IMI, que resulta do envelhecimento do parque edificado. As pessoas, ao longo dos anos, porque as finanças não o fazem automaticamente, podem ir pedindo a revisão dos valores patrimoniais tributários dos seus imóveis e também da diminuição do IMT. O IMT só é cobrado pela Câmara, não porque a Câmara tenha reduzido o seu valor porque isto não está nas competências da Câmara, mas efetivamente porque estão previstas menos transações de imóveis. E isso resulta de diminuição de atividade económica. E isto tem que ser dito. Portanto, não vale a pena estarmos a escamotear, estarmos a esconder a realidade, estarmos a falar meias verdades. Digamos a verdade toda, de uma vez por todas. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Sim, faz favor. Declaração de Voto, senhor Deputado Agostinho.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Votamos contra este orçamento porque não acreditamos que esta seja política que possa trazer longa vida à Guarda. E, obviamente, que quando comparamos, comparamos para perceber porque é que as coisas em certas cidades acontecem de uma maneira e aqui acontecem de outra. Depois, quanto às comparações, isto é uma esquizofrenia que já nem percebemos nada porque comparar com uns é medíocre, comparar com outros é uma ilusão... não comparamos nada. É cabeça na areia e continuar em frente e fazer acreditar que este é o caminho. A nossa opinião é que este não é o caminho, é isso que aqui dizemos. E quanto à questão de apresentarmos soluções. Então, não apresentámos soluções? A última parte da intervenção foi isso mesmo. Agora, às vezes não se quer ouvir, ou faz-se não se ouve. Mas isso já é outra questão. As propostas estão lá. A nossa linha de pensamentos não é esta, respeitamos que esta seja linha de pensamento, tem maioria, portanto, tem toda a legitimidade. Agora, se nesta Assembleia não podermos vir discutir estas

coisas e apontar aquilo que entendemos não ser a melhor estratégia, não vimos cá fazer nada. Portanto, o orçamento chega a casa por correio, é por decreto e não vimos aqui fazer nada. Já sabemos que está aprovado e já isso chega. Agora, era o que faltava, não podermos discutir e não podermos apresentar as nossas soluções porque não é criticar por criticar. As soluções foram apresentadas, se calhar não interessa ouvir mas isso depois já é outra questão. O Deputado Hugo Fernandes, quando falou da Guarda, falou da Guarda distrito ou da Guarda concelho? É que depois disso, às vezes, também é importante o rigor com que se fala. E, portanto, não recorrer também a qualquer tipo de empréstimo, mas querem maior empréstimo que aquele que existe, no momento, às Águas de Portugal? Acho que não existe. Muito obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, também Declaração de Voto? Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Ora, como há pouco foi dito por mim mesmo, o direito de oposição foi algo que nos levou a votar contra e a votar contra por um sentido. Muito podíamos falar do orçamento, muito podíamos propor. Agora, uma coisa é certa, nós, aqui, podíamos vir ali com cinquenta propostas. E quando digo nós, Bloco de Esquerda. Mas as propostas iam ser agora propostas, agora aqui debatidas, aprovadas e implementadas neste plano? Não. Quando há o direito de oposição como está consagrado, não é eu ter acesso ao papel. É eu ser ouvido por parte do senhor Presidente e, nessa auscultação que o senhor Presidente, enquanto não Deputado, mas enquanto Partido Bloco de Esquerda, que é diferente. Não é o Marco Loureiro. É o Partido Bloco de Esquerda, que é diferente. E, aí sim, ser ouvido, falando, propondo e a Câmara aceitando ou não aceitando. Isso é que é o direito de oposição consagrado na Lei. E, nesse sentido, leva a que Bloco de Esquerda, representado, neste caso, por mim enquanto Deputado Municipal, venha aqui votar contra. Se tem lá coisas boas? É certo que terá coisas boas. Mal seria. Tem lá coisas más? Também, infelizmente, mas não nos vamos sequer pronunciar, tendo em conta este posicionamento. E, senhor Presidente, recorro que já não é a primeira vez e também recorro que, na sua última intervenção, relativamente a esta matéria, do qual fui eu mesmo aqui que citei esse direito de oposição, o senhor Presidente disse praticamente o que disse agora. Que tinha muito gosto, que tinha isto e tal... mas, conclusão? Não fomos ouvidos outra vez. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, também é uma Declaração de Voto? Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “O único voto de abstenção foi o da CDU. Nós não íamos ser contra, porque tem algumas partes positivas. Também não íamos ser a favor, porque tem muitas lacunas. E algumas das lacunas falei delas. Na questão da agricultura, falei da falta de uma política para a pecuária. Falei na falta de uma política para a agricultura, que é preciso reanimar a agricultura da nossa região e da pecuária da nossa região e do nosso concelho. Portanto, a abstenção tem a ver com isso. Ou seja, nós não sentimos a necessidade de votar contra porque tem partes positivas e não sentimos necessidade de votar a favor porque tem lacunas que nós consideramos que são graves, mas que não são tão graves que nos obriguem a votar contra. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos, então, agora sim, à discussão do ponto 2.3.” -----

Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2019. -----

- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia: “Senhor Presidente, pretende intervir?” -----

- Álvaro Amaro, Presidente da Câmara: “Senhora Presidente, muito obrigada. Era só porque, de manhã, houve alguém, peço imensa desculpa mas já não me recordo, que falou que estamos a assistir a uma debandada de funcionários da Câmara. Alguém falou disso. E eu não creio que estejamos a assistir a debanda nenhuma. Mas, a verdade, é que se quatro, ou cinco, ou seis pessoas que me pediram, e acho que há mais duas que pediram para sair e eu não corto as pernas a ninguém. Não tem problema. Eu acho que isso faz parte de uma opção individual de cada um. A vida é assim. Nunca houve foi nenhum, pelo menos, para mim, frontalmente, e fazem todos questão de educadamente de se vir despedir de mim, de dizer que vão embora porque não gostam do município, ou porque não gostam do trabalho, isso, pelo menos, a mim, nunca me disseram. Agora, se as pessoas têm outras opções de vida. Uns vêm outros vão. A vida é assim. Mas eu não insinuei quando tomei posse a primeira vez, que esta casa tinha... eu disse-o. Não insinuei, disse-o. Escrevi-o. Não vale a pena. Só que, eu cheguei cá e podia, lembram-se, ter feito várias coisas. Uma delas, podia ter negociado, na altura, os chamados rescisão com mútuo acordo. Foi um instrumento que havia à época que, felizmente, terminou. E eu só o pude usar para três ou quatro pessoas que, voluntariamente, quiseram ir porque custa uma pipa de massa e nós não tínhamos dinheiro à época, estávamos em pré falência. Se não, eu tinha-o feito. Ou melhor, tinha-o feito, não era obrigado, mas porque mais me tinham pedido. Bom, mas não houve mais esse instrumento, mas havia, houve, infelizmente, nalguns casos, que se diminuiu o número de pessoas, infelizmente, pessoas que deixam de estar connosco e depois outras pessoas que deixam de estar connosco, essas, felizmente, porque atingem o tempo de aposentação e têm direito, de facto, aos anos que lhe restam e que sejam muitos. Pois bem, chegados aqui... e também tínhamos sessenta na empresa municipal, nas empresas municipais, lembram-se? Lembram-se que, se a gente não tivesse ganho as eleições, o que é que ia acontecer? Iam trinta para o olho da rua. De modo que eu tinha aqui boas razões até para dizer: olhe, já iam... mas eu, internalizamo-las todas. Eu fui até, de certo modo, no meu pensamento até com alguma incoerência. Fui socialmente justo. Ainda não havia a precariedade. Ainda não havia a integração dos precários. Nós fomos pioneiros nisso. Pioneiros, meus amigos. A Câmara da Guarda foi pioneira antes de a geringonça ter criado a história, e bem, eu digo a geringonça sem, enfim... Eduardo Brito, pode ser, não é? Está tudo ok, pronto. A minha preocupação da geringonça é porque eu sempre aprendi, na minha aldeia, que as geringonças, por norma, acabam mal. É a minha esperança. A questão é que... a esperança e crença. A verdade é que nós fizemos isso e integrámos as pessoas todas. Mesmo assim, mesmo assim, porque tivemos depois um quarto ponto da nossa opção estratégica, que foi... o Estado na altura disse, mesmo com dificuldade, saem três e entra um. Acho que era assim, não era? Três entra um. Nós nem isso fizemos. Também fomos pioneiros. E é por isso que nós apresentamos hoje, à data de hoje... nós quando chegámos tínhamos seiscentas e setenta e seis pessoas no perímetro do Município, por isso, Câmara, SMAS e as Empresas Municipais. Temos que comprar alhos com alhos. E hoje temos seiscentos. Ou seja, com esta política, nós reconhecemos e como sabem estamos a resolver a questão dos precários, enfim, daquilo que foi possível resolver como aliás, eu sempre disse que fazia e, por isso, há uma evolução que evidencia essa diminuição de postos de trabalho, conseqüentemente do número de trabalhadores, a redução dos custos com o pessoal e é por isso que nós vamos ter que refazer, naturalmente, aqui, não apenas com a parte da internalização de todos os trabalhadores com a regularizações do programa dos chamados precários e a minha esperança é que em 2019 nós estejamos em condições de

robustecer a nossa capacidade técnica. Volto a repetir, eu sou muito pelo mercado social de emprego. Já o disse quanto basta. Quanto basta. Caso contrário, nós já não teríamos muitas das funções que eu, todavia, politicamente, acho que devemos continuar a ter na Guarda. Acho, sinceramente. Mas quanto basta. Não podemos deixar de atender a essa circunstância. Por isso eu acho que é chegada a altura, de facto, de a partir de 2019... Eu, há pouco, não falei de um outro grau de imprevisibilidade para justificar as nossas opções, mas que é muito importante. Eu não sei, senhora Presidente, se até finais de janeiro... pelo mapa que eu tenho assim será, a menos que o Governo, que é essa a proposta que, noutros fóruns, lhe vamos fazer. Tenho aqui alguma consistência no que andámos a trabalhar e eu próprio, como sabem, tive muito orgulho nisso, embora muita gente não concorde, que foi aquilo que fizemos com Governo em matéria de descentralização. Só que agora está criada a baralhada completa. A baralhada completa. É uma coisa inacreditável. Nós vamos ter que nos pronunciar, nas Assembleias Municipais, temos que nos pronunciar que competências é que aceitamos ou não aceitamos. Mas ainda só há onze Decretos-leis publicados. Faltam mais doze. Mas, os prazos de alguns terminam a 31 de janeiro e, se não nos pronunciarmos, comemos com elas. Gostemos ou não. Se comermos com elas, isto vai obrigar a um reforço de pessoal e a um maior volume de despesa. Eu quero dizer-vos que não quero comer com elas, pelo menos desta maneira. Quero estudá-las, depois de conhecermos o envelope financeiro que haveremos de ter. E não conhecemos ainda nenhum. De modo que, isto é de imprevisibilidade em imprevisibilidade. De modo que, 2019 eu espero que seja o ano, muito honestamente, ainda não estamos no momento de nos desejarmos um Feliz e Bom Ano cheio de saúde para todos, mas que seja um ano que acabe na Guarda com... na Guarda e em muitos casos no País, com a imprevisibilidade, mesmo sendo um ano eleitoral. É, em certa medida, até bom para estas coisas, para resolver o problema da... há bocado chamaram-lhe, não sei o quê, o empréstimo, chamaram-lhe aqui umas coisas... para resolver o problema da dívida dos Municípios do ex-Zêzere e Côa às Águas de Portugal. Mas eu não me cansarei nunca de repetir, porque já foi assim desde a campanha eleitoral, sabem? Nós herdámos-la. Não a construímos, mas vamos ter que a pagar. Quer dizer, porque nós, por cá, é as dívidas pagam-se. Por lá, já houve um tempo em que não. O problema é que temos que a pagar. Nós queremos é pagá-las num modelo que o Governo prometeu mil vezes e não cumpre. E a gente espera que cumpra. Para quê? Para que os encargos da dívida sejam diminutos. Porque senão é difícil de fazer esta gestão. E por isso é que, como diz o Deputado Henrique Monteiro, eu sei que às vezes cai nas nossas costas mas, prudência e caldos de galinha não fazem mal a ninguém, em vez de estarmos, não é o seu caso, honra lhe seja, em vez de estarmos aqui numa retórica de que é tudo, baixamos tudo, fazemos tudo e depois chegamos ao fim e estamos falidos. E eu isso nunca o vou fazer. De modo que, em matéria de pessoal quero, por isso, para terminar, senhora Presidente, temos de facto uma diminuição, quer dos custos, quer das pessoas. Com toda a sinceridade, e não me apercebo que haja uma diminuição da eficácia porque, honra seja, há muitas pessoas que, para não dizer a totalidade, certamente que não será e eu não me canso de dizer que quero que as pessoas sejam felizes no trabalho e por isso muitas pessoas me têm pedido até para mudarem e sempre que o chefe de divisão e os senhores Vereadores entendem, eu estou muito de acordo com isso. Já aqui disse várias vezes, eu respeito a classificação, respeito a quê? A, não sei quantos, funcional, é assim que se chama, o não sei quantos é assim um bocado...conteúdo funcional. Eu respeito isso. Mas como eu fui criado a dizer que o trabalho dignifica... eu já era tão economista como sou hoje e tirava fotocópias e não me caíram os parentes na lama, naquela época, de maneira que, e era época democrática, de maneira que não há problema nenhum que nós respeitemos, naturalmente, a vontade dos trabalhadores mas que estimulemos os trabalhadores. Eu, no outro dia, disse a um trabalhador aqui. Ele disse: bom, se não pagarem as horas extraordinárias não trabalho. E eu disse: demita-

se, segunda-feira. Porque se não se demitir, demito-o eu. Por uma razão simples. Nós pagamos aquilo que a Lei consagra. Mais nada. Quem não quiser trabalhar mais, para além das horas que a Lei consagra e que nós não vamos pagar, não trabalha. Eu valorizo é aqueles que, mesmo sabendo que a Lei só consagra aquelas, também estão dispostos a dar todos os sacrifícios. Querem um bom exemplo? Estes senhores aqui, desta cantina, a quem eu queria agradecer o magnífico almoço que nos ofereceram. Já agora, o convite foi meu e da senhora Presidente. Não foi apenas meu, como a senhora há bocadinho disse quando disse que tinha sido eu que convidava para o almoço. Bom, então, se não disse, parece-me que ouvi e eu quero retribuir-lhe também o mérito do convite. E, o pagar, pagamos todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O convite foi feito em nome dos dois, por isso...”

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “É verdade. É verdade. De modo que, aqui têm um bom exemplo. Estes homens, e as pessoas que estão ali, estão sempre disponíveis e têm feito um trabalho notável, mesmo para além das horas que a Lei lhes consagra.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, vamos a ver se a gente às cinco horas vai embora.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Estou a ver o caso mal parado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu também estou. É por causa disso que vou ver se sou rápido. É assim, eu fui professor e nós os professores nunca paramos de preparar as aulas até ela estar preparada. Para nós o tempo de trabalho não conta. Nós trabalhamos até estar tudo bem. O mapa de pessoal que aqui nos é apresentado, refere-se somente à preocupação de ter um quadro de pessoal estável e adequado ao momento presente, sendo demasiado estático, não se preocupando com a realização das carreiras que premeiam os bons desempenhos profissionais, algo que é necessário para reter os profissionais mais competentes. O facto de não ter sido ainda assinado o ACEP, não permite a todos os trabalhadores usufruírem dos vinte e cinco dias úteis de férias, acontecendo, por um lado, um impasse na entrega aos serviços externos do novo espaço requalificado, que impede um melhor aproveitamento da competência dos trabalhadores. Assim, pergunta-se para quando a mudança dos trabalhadores externos para as novas instalações? Relativamente à proposta da ACEP, apresentada pelo STAL há mais de um ano e que o mesmo não é assinado porque a Câmara insiste numa ilegalidade num critério, dizem-me as pessoas do STAL, para repor os três dias de férias, ou seja, quando o critério devia de ser a avaliação de desempenho, insiste-se que seja pela assiduidade o que é perfeitamente ilegal. Dizem-me. Lembrar que no distrito, o SATL assinou treze acordos sendo que dez destes acordos foram em Câmaras. O Mapa de pessoal está muito vago e legalmente incompleto, pois no mesmo é obrigatório a criação das funções e das profissões de cada trabalhador. Perguntam ainda, se nesta Assembleia está prevista na informação escrita do Presidente, sobre todos os processos judiciais contra a Câmara, por parte dos trabalhadores, sublinhando que esta informação é obrigatória e já devia ter sido dada na AM de setembro. Eu vi o relatório do senhor Presidente ontem e não estava lá nada nesse sentido. Ou fui eu que li mal. Levanto a questão do uso e abuso ilegal de polivalência em diversos setores do Município, situação que está a deixar os trabalhadores revoltados, sublinhando que se insiste na ilegalidade na utilização abusiva da polivalência, em que há vários processos no Tribunal Administrativo de Castelo Branco. Há até um processo contra a Câmara da Guarda por assédio moral.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado terminou o seu tempo. Por isso, peço-lhe que seja breve.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Pronto. Agora é só para dizer que esta questão das autarquias, alguns dos serviços aqui da nossa cidade, estão cheios de antigos funcionários de autarquias. Porque as autarquias, segundo me disse há muito anos um amigo, são dos sítios mais difíceis de trabalhar. Eu nunca trabalhei numa autarquia. Fui simplesmente Deputado Municipal e sou interessado pelas questões de gestão de pessoal e, portanto, fico feliz porque já foi feita a regularização dos contratos dos precários e também aquilo que me afligiu, e fui o único Deputado Municipal, na legislatura 2009/2013, que votei contra um processo em que havia vários trabalhadores que iam ser despedidos. E, felizmente, esta Câmara, na altura, não os despediu e integrou-os nos quadros. E, portanto, há aqui coisas positivas, negativas e é para as negativas que a gente tem que continuar a chamar. E, também, já agora, para não ser tudo mau, falar também naquilo que foi positivo desde a entrada do senhor Dr. Álvaro Amaro nesta Câmara, que resolveu alguns problemas de precariedade. E, portanto, há aqui coisas que eu continuo a ouvir até porque ontem na viagem...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vai ter que terminar, senhor Deputado. Vai-me desculpar.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Ontem, na minha viagem de longe para aqui, fui ouvindo a Antena 1 que falava nas questões de trabalho e que havia muita gente a bater nos funcionários públicos sem saber o que se estava a dizer. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Marco, faz favor. Peço desculpa, senhor Deputado. É que o senhor Deputado Henrique já estava primeiro. Peço desculpa. Esqueci-me. As minhas desculpas.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O senhor Presidente da Câmara partilhou com a senhora o mérito do convite mas, atenção, que também lhe vai mandar parte da conta e isto também é uma boa forma de gestão dos recursos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Seguramente. Seguramente. Nós partilhamos a conta.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E depois deste aparte, aliás, os recursos financeiros acho que são aqueles de mais fácil gestão, numa organização desta natureza. E até porque o senhor Presidente também teve o privilégio de entrar na Câmara da Guarda num momento em que os fluxos financeiros, que entraram por via da cobrança de impostos, nomeadamente o IMI, atingiram o seu ponto alto com o fim das isenções de 10 anos na compra de habitação própria, do passado, que depois que entrou em vigor o código do IMI, essas mesmas isenções reduziram drasticamente. Mas a questão da gestão dos recursos humanos será, quiçá, aquela que levanta maiores dificuldades. E aliás, nesta gestão, a motivação destes mesmos recursos humanos é um fator fundamental para o sucesso de uma organização. A Câmara apresenta aqui, portanto, a melhor gestão que entende fazer desses mesmos recursos. Aquilo que se deseja é que seja uma gestão eficiente destes mesmos recursos, por forma a que também as decisões técnicas sejam céleres para facilitar também o processo de decisão política que também se quer célere. A bem da cidade e do concelho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Agora sim, senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Bem, eu há pouco disse que o senhor Presidente tinha uma costela de esquerda. Ser o primeiro a combater a precariedade, realmente, mas pronto. O senhor Presidente está-se a esquecer que, infelizmente, a precariedade existe e ainda irá existir com ordenados neste nível, aos que estamos a ter ainda em Portugal. Mas pronto, já em 2019, já há uma pequena subida do ordenado mínimo nomeadamente, o que já é um começo, mas é a geringonça. Não é um laranja qualquer, com uma mistura de outro produto durante quatro ou alguns anitos. Dizer que, relativamente aos trabalhadores e ao mapa que tem a ver, eu gostava que o senhor Presidente me dissesse para quando as, e aí sim, muito bem, aparentemente que já estão prontos os armazéns dos trabalhadores, para quando é que há a inauguração? Vai haver uma placazinha especial? Está prevista aí alguma data? Porque aparenta-me que, ao passar lá, já está tudo resolvido. Aparenta-me. E continuam os trabalhadores a passar mais um inverno naquelas horríveis instalações que servem de estaleiro, que aquilo nem de estaleiro devia ter, nem tem dignidade para ser um estaleiro. Por isso, gostaríamos de saber em que caso está essa situação e se, também gostava de saber senhor Presidente, se há aí no quadro, não sei se há alguma mistura relativamente ao pessoal. Há uma parte da juventude, há uma linha da juventude no mapa e depois há outra linha do planeamento, turismo e também juventude. Pareceu-me haver aí duas situações um pouco parecidas tendo o nome de juventude e gostávamos de saber qual é que era, o que é que esses trabalhadores fazem, concretamente, nessa área da juventude.” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, sim. Para responder, faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente é só para dar a informação que me pediram. Eu peço depois, ao Deputado Marco, que vejamos essa linha da juventude porque eu não... Ok, obrigado. Quando à questão dos novos estaleiros. Nós estivemos a estabilizar, como se diz, o plano funcional. De modo que nós não queremos, de facto, que os trabalhadores... além de termos recebido até muitos elogios e outras, até sugestões de outra ocupação para aquele espaço. Lembram-se como era? Lembram-se? Lembramo-nos como é que era aquela entrada da Guarda? Ou aquela é também rotunda apenas? Não é, pois não? Mas nós achamos que deve ser para os trabalhadores e, por isso, creio que... bom, só estamos à espera de combinar a festa, mas creio que lá para o início de janeiro, com mais festa, mais placa... não tem nada contra as placas, pois não? Eu gosto. Está claro, está convidadíssimo. Ora assim é que eu gosto. Eu gosto das placas. Eu gosto. Acho que as placas fazem apelo à nossa memória. E acho que nós fizemos uma obra tão bonita e tão fantástica numa coisa que era um horror e acho... nem sei bem se aquilo está totalmente legal. Olhe, eu digo estas coisas e depois vem nos jornais e depois sou chamado à pedra. Mas é rigorosamente verdade isto que lhe estou a dizer, sabe? Só é preciso de ter um bocadinho de coragem. Eu disse a quem de direito. Olhe, os senhores não dão, ninguém sabe quem é o dono disto... não sei se sabem disto. Ninguém sabia bem quem era o dono daquilo. E eu resolvi dizer a quem de direito: olhe, eu vou-lhe escrever uma carta a dizer que vamos começar as obras. Os senhores, se quiserem, embarguem-nas. Olhe, lá estão, vamos inaugura-las. Aquilo merecia mesmo uma boa festa, vamos ser francos. E estamos todos convidados. Eu não sei, vamos ver, ainda estamos a pensar nisso mas lá para o início do ano a gente faz a festa. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos então à votação deste ponto.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2019. -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta votos a favor e doze abstenções.-----

Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2019. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir?” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, eu vou intervir dois breves minutos sobre os quatro pontos seguintes e depois só responderei, de facto, às perguntas que houver. Eu não estou a dizer para alterar... não, eu falo dois minutos. Aliás, já pouco mais tenho que falar sobre o 2.4, 2.5, 2.6 e o 2.7.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas pode intervir, se quiser, sobre os quatro.” --

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Mas, em relação ao 2.4, eu não sei falar mais do que aquilo que lá está escrito. Eu não percebo nada de Taxa de Direitos de Passagem, dizem-me é que aquilo não corre muito bem com as operadoras. Nós devíamos, era, porque eles, às tantas, fazem as coisas e nós não temos muito conhecimento. De modo que, eu, na dúvida, na imprevisibilidade e sei que a Associação Nacional de Municípios está muito sempre atenta e preocupada com isso, nós não lhe mexemos. No ponto 2.5, da Derrama, sempre aqui digo e sempre mantenho, também não preciso de voltar a falar dos mesmos argumentos para dizer que não é hora de fazermos o que quer que seja, porque o volume, também, felizmente para nós, de atração do investimento, nunca foi colocada na questão da Derrama. Mas devo dizer que, em 2018, há um aumento substancial comparado com 2017, o que também dá uma prova, enfim, da dinâmica da economia em relação àquilo que nós tínhamos previsto arrecadar e que, seguramente, vamos arrecadar. Mas os argumentos valem na mesma e é uma questão de coerência. A coerência na vida, como na política, acho que é um bem essencial mesmo que nem sempre o possamos apreciar, mas apreciaremos sempre a coerência. O resultado final é que podemos não apreciar. De modo que, aqui, pelas mesmas razões, não lhe tocamos e volto a insistir, mas isto é uma luta da Associação de Municípios, já aqui contei várias vezes. Eu todos os anos falo disto com todos os Governos, com a Associação. Nunca entendi. Há vinte anos que a Associação trava uma guerra, uma disputa, e não há uma explicação. Eu ainda recentemente, eu, de resto, presido ao Conselho Geral, como sabem, da Associação Nacional de Municípios e ainda no último e no próximo, que vai ser em janeiro, eu lá toco sempre nisto. Mas aqui não peço a ajuda de ninguém porque é, de facto, uma coisa de toda a administração fiscal. É uma opacidade brutal porque não só não dão os dados, como não dão explicações. Isto é o que me dizem na Associação Municípios. Eu, como Presidente da Câmara da Guarda, escrevi lá para os assuntos fiscais: olhe, queria saber as empresas que pagam Derrama na Guarda. Porque isso é que nos permitia fazer da Derrama um instrumento fiscal importante. Não sabemos. Caí-nos o dinheiro, sem saber de onde vem, em função, naturalmente, da taxa que temos. Ora, não era despesa. Por isso, o que é que nós fizemos? Já o fizemos há dois anos e agora mantemos, que é os benefícios que temos para o comércio local isentando alguns do CAE, nomeadamente, salvo o erro, a restauração, não é? E o comércio a retalho. Bom, da proposta da Fixação da Participação Variável no IRS, eu teria, certamente, que vos escrever a todos e a todos os cidadãos da Guarda, que nós íamos descontar 3% ou 4% do que pagam no IRS e pagariam menos meia dúzia de euros. Eu não estou a desprezar a meia dúzia de euros. Mas isso, no contexto das receitas totais do Município, é significativo. No contexto de cada um, não tem grande

significado. De modo que, creio eu, que a maior parte dos municípios não atribui isto, a não ser aqueles que estejam cheios de massa. Há bocado disseram-me que Lisboa que pode fazer isto. Pois, está bem, eles, só da taxa de turismo, cobram mais de 16 milhões de euros, quer dizer... como do Porto, como de outros. De modo que, eu não estou a pensar nisso, não me passa pela cabeça isso, de maneira que, também, coerentemente, não o fizemos. Da taxa do IMI já vos falei também, já apresentei as razões, o gosto e o desgosto e realço aquilo que nós fizemos na taxa máxima. Lembram-se até da discussão aqui, no ano passado, a pretexto disto, que até uma proposta do Partido Socialista que, por lapso, claramente, não era tão ambiciosa quanto a nossa. Ou seja, nós temos uma perda de receita pelo facto de irmos ao limite que a Lei permite do benefício para as famílias com um filho, com dois filhos ou com três ou mais filhos. E isso dá uma perda de receita acima de 100 mil euros. Mas lá está, é uma perda de receita que eu acho virtuosa e é coerente com os instrumentos fiscais que nós temos à disposição. Bom, e pelas razões que já expliquei, não o baixamos agora. Eu até incluí nisto, como incluí das tarifas da água, que não vem aqui, foi aprovado na reunião de Câmara e eu aproveitei para o dizer, nós vamos manter os mesmos valores, embora estejamos à espera de saber também quanto é que nós pagamos da tarifa em alta nos resíduos que há, ao que me parece, vai haver algum abaixamento por via de alguma imposição do ERSAR à Resiestrela, que é a empresa que faz essa recolha e, por isso, quando acabar esse grau de imprevisibilidade, e eu volto a dizer, espero que em 2019 porque, honestamente, vamos ter que fazer isso. Quer dizer, eu não sei se chego a junho, julho e estaremos em condições de começar a obra, dou sempre este exemplo, dos Passadiços, sem ter nenhuma garantia de financiamento e como é que um Município se mete numa obra que custa 3 milhões de euros? Mas eu tenho o dobro, em cofre. Eu tenho o dobro. Custa-me zero. E temos as contas para podermos alavancar qualquer aumento de despesa, ou de encargos da dívida, por via da história da dívida da água, se podermos pagar nos vinte e cinco anos e espero que a um spread negativo, a uma taxa negativa, enfim, se calhar ainda quase nos pagam para nos emprestar, se o Governo fizer o diploma que, há dois ou três anos, diz que vai... e eu espero que isso aconteça. De maneira que, por estas razões todas, senhora Presidente, eu dou justificação que tenho dar do 2.3 até ao 2.7. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Quem pretende intervir? Se calhar, pedia-vos, então, como o senhor Presidente fez a explicação dos quatro pontos juntos, quem quisesse intervir, sob qualquer um destes quatro pontos, ou sobre os quatro, que o fizesse de uma forma seguida, sequencial, pode ser? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor. Vai intervir sobre os quatro também? Eu sei que sim. O senhor é um amor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Há dias vi num jornal, mas depois foi à pressa que o li e não recolhi a informação, de que a Taxa de Direitos de Passagem tinha sido anulado para ao ano de 2018, mas que depois não foi aplicada. E, portanto, eu não recolhi essa informação de forma concreta, mas depois hei de continuar a pesquisa. Portanto, a Taxa de Direitos de Passagem é um contrassenso, porque são as grandes empresas que ganham o dinheiro a ocupar o nosso território que devem pagar. O resto das outras opções, tomadas pela Câmara neste orçamento, e nestas taxas, eu concordo porque a Câmara precisa de dinheiro e, portanto, mesmo o IRS a devolução de parte do IRS, não é justo porque seriam beneficiados os mais ricos. E, portanto, porque seriam esses que receberiam mais percentagem e mais dinheiro. E, portanto, aqui a Câmara, dentro da justiça fiscal, deve recolher o dinheiro para distribuir pelas pessoas deste concelho e especialmente os mais carenciados. E disse.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre algum destes pontos? Temos além o senhor Deputado Rui, faz favor.” -

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovo, então, os meus cumprimentos a todos os presentes. E, tal como já tínhamos deixado claro na discussão do Orçamento, pretendemos que a Guarda seja uma cidade fiscalmente atrativa para as empresas e que estas, por via de transferência das suas sedes, ou da criação de novas sociedades, se fixem no nosso concelho. Sabemos que cidades com Derrama inferior à nossa, têm números de criação de sociedades superiores aos nossos e temos alguns exemplos mas, para fazer a vontade, até podemos citar Castelo Branco que tem Derrama nula e que é um concelho onde, em média, são constituídas mais vinte empresas por ano do que na Guarda. Portanto, a proposta do Partido Socialista não chegava a ser tão ambiciosa quanto a existente em Castelo Branco porém, pretenderíamos não criar diferenciação nas isenções entre as empresas já instaladas na Guarda e as empresas que aqui se pretendem instalar e que, ao invés de isenções confusas e copiadas de anos anteriores, por este Executivo, previstas nos pontos 3º e 4º da proposta do senhor Presidente, existisse uma isenção única para os sujeitos passivos com residência fiscal, ou sede social, no concelho da Guarda, tendo em conta que o Município se localiza no interior do País e, por conseguinte, tem maior responsabilidade no apoio, requalificação e expansão das empresas cuja sede se situa neste concelho e que, efetivamente, estrutura o tecido empresarial nele existente, ao abrigo do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Esta alteração resultaria numa perda de receita que poderia ser colmatada, em termos orçamentais, com reduções seletivas ao nível da despesa, como é o caso das rubricas de conservação de bens que registou, neste orçamento, um acréscimo de 2 milhões e meio de euros, face aos valores orçamentados de 2018 e das rubricas de seminários e exposições e similares que apresentou um acréscimo, face ao orçamentado em 2018, de um 1 de euros. Gostaríamos, igualmente, de salientar que concelhos que adotaram políticas atrativas a nível de fiscalidade, obtiveram significativos acréscimos em sede de IMT, em função dos acréscimos de investimento que colmataram perdas de receitas noutros impostos. Por estes motivos, os Deputados do Partido Socialista, na Assembleia Municipal da Guarda, votarão contra a proposta da Taxa de Derrama para o ano de 2019. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos ali o senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, apenas porque vem a talho de foice neste tema da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, eu queria recordar que, e era apenas uma pergunta, para saber se temos alguma novidade, na sequência da Proposta e da Moção aqui apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Rochoso e Monte Margarida, que estava relacionada com o reforço das telecomunicações aqui no nosso concelho e, portanto, que era uma Moção para ser enviada também a essas empresas de telecomunicações para nos darem conta dos investimentos previstos. Apenas saber porque, neste ponto, falou-se desse tema dos investimentos previstos e que muitas vezes não são do conhecimento das autarquias, se alguma dessas empresas já respondeu à, portanto, a essa interpelação feita pela Assembleia Municipal da Guarda, dando assim conhecimento desses investimentos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim a Altice respondeu e eu pedi à Sofia que publicitasse na plataforma. Portanto, deve lá estar disponível para vocês verificarem e consultarem.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, se me permite, só que dê uma informação a respeito...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, sim, faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Nós oficiámos, recentemente, às operadoras que queríamos conhecer os planos de investimento. É bonito até de ver, embora era bom até que nem acontecesse, muitas das nossas Juntas de Freguesias, não é apenas do Rochoso, mas também da Faia, de Aldeia Viçosa, estou a citar aqueles que mais recentemente me falaram de uma preocupação, como tudo isto evoluiu. Quer dizer, já não é felizmente a questão, ou ainda é em muitos casos, nalguns casos saneamento ou disto ou daquilo, mas é da questão da cobertura, seja cobertura pela net, seja esta questão. E, por isso, nós pedimos esse plano de investimento. Eu tenho pré marcada também uma reunião com a Administração, neste caso, de uma das operadoras e acreditem que vamos acompanhando isto com muita insistência.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A resposta da Altice vem mais ou menos nesta sequência. Eles... mas está publicado, vocês podem consultar. Que já fizeram alguns investimentos. Eu não sei se a Sofia, ela não está aqui, se ela já colocou lá. Mas a resposta já chegou. Que já fizeram alguns investimentos e que, ainda assim, vão continuar a reforçar a cobertura. Senhor Deputado Ricardo, se faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde a todos. Ora, se bem pude entender aqui da intervenção do meu amigo Rui Ribeiro... portanto, vamos deixar de compor os nossos bens. Portanto, vamos reduzir na conservação e reparação, vamos deixar que as coisas caiam aos bocados. Vamos, portanto, cortar nos eventos, vamos deixar que a nossa cidade tenha polos de atração de atividade que mobilizam a economia, para reduzir na Derrama ao que acontece em Castelo Branco, pelo facto de a Derrama ser nula, tem uma grande atratividade de investimento. Mas, por acaso, agora nestes minutos estive a consultar o anuário estatístico do INE e, portanto, os últimos dados são de dezembro de 2016 e, por aquilo que eu pude constatar, entre 2013 e 2016, a taxa de crescimento de empresas em Castelo Branco foi de 5.84 a taxa de Derrama nula e, na Guarda, foi de 6.4, onde a Derrama é aquilo que nós sabemos. Portanto, pelos vistos, aparentemente não é por esse facto que as empresas se instalam ou não num concelho, em virtude da Derrama ser nula ou ser um valor superior. Portanto, vou falar sobre o ponto 2.5, 2.6 e 2.7. As Autarquias, para além das transferências providas do Orçamento de Estado, recorrem também a outras fontes de receitas, designadamente a Derrama, a participação no IRS e IMI. São também essas receitas que vão contribuir para o complemento financeiro tendente a um equilíbrio das contas e à edificação de projetos estratégicos e estruturantes nos vários concelhos, aos quais a Guarda não é exceção. No que respeita à Derrama, a Lei determina um montante máximo de 1.5% sobre o lucro tributável. No entanto, a Câmara da Guarda propõe uma taxa de 1%, à semelhança do que já acontecia no ano transato, permitindo uma estabilidade fiscal que é extremamente importante, não só para o tecido económico concelhio, mas também para o equilíbrio das contas municipais. É um valor muito equilibrado que, por um lado, reforça a receita e concomitantemente o equilíbrio orçamental da Autarquia, onerando de forma justa e parcimoniosa o pagamento de imposto por parte dos agentes económicos do concelho. E esta justiça está patente na taxa reduzida de 0,15 para empresas cujo o volume de negócios não ultrapasse os 150 mil euros e também na isenção desta taxa para sujeitos passivos do ramo de atividade da restauração e de pequeno comércio com um volume de negócios igualmente inferior a cento e cinquenta mil euros. Mas também é de enaltecer a isenção da Derrama, por um período de três anos, para as empresas que durante os anos de 2019, 19 e 20 instalem a sua sede social neste concelho e criem, pelo menos, três postos de trabalho durante aquele período e assim os mantenham. É claramente um estímulo ao investimento na esfera de competências da autarquia. Isto porque a Edilidade, como já disse há

bocado, dever ser um agente promotor e facilitador do investimento, deixando a livre iniciativa aos privados ou a outros agentes económicos que escolham a Guarda para instalação de seus negócios. Outra importante fonte de receitas é a Participação Variável no IRS, através da arrecadação de 5% do imposto dos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste concelho. E é uma taxa que, do ponto de vista individual, representa um valor marginal mas que, no cômputo geral, constitui um encaixe financeiro importante pois o equilíbrio financeiro do município e as obras estruturantes fazem-se com o contributo de todos nós. Paralelamente, o IMI constitui outra fonte de receita. Em 2014, por imposição do Plano de Saneamento Financeiro, a taxa de IMI foi fixada em 0,45% para prédios urbanos. Entretanto, fruto de um esforço titânico alicerçado numa gestão racional e criteriosa dos recursos, o Executivo conseguiu uma notável estável e sustentabilidade económico-financeira do Município, permitindo, hoje, propor uma taxa de 0,4%, à semelhança do que aconteceu também no ano passado. Importa, no entanto, sublinhar que o progressivo alívio fiscal não pode ser feito de forma radical, pois isso poderia colocar em causa a sustentabilidade das contas municipais. Refira-se, também, a preocupação social demonstrada, por este Executivo, ao propor a redução da taxa de IMI, em função do número de dependentes, pelo valor máximo consagrado na Lei. 20 euros para quem tenha um dependente, 40€ para dois dependentes e 70 euros para três ou mais dependentes. Atente-se, também, na estratégia pedagógica adotada ao majorar em 30% a taxa aplicável a prédios degradados, ou que coloquem em causa a segurança de pessoas e bens, induzindo, deste modo, a sua reabilitação ou conservação por parte dos seus proprietários. Neste sentido e em face destas alegações, a Bancada Parlamentar do PSD considera ser de aprovar os referidos pontos. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique tinha pedido também para intervir, não é? Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que se votará favoravelmente a Taxa Municipal de Passagem para o ano de 2019 e contra a Taxa de Derrama, a fixação da Participação Variável no IRS e a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis. Aliás, no seguimento daquilo que já foi sendo aqui dito, ao longo do dia, porque pensamos que poderia ser feito mais alguma coisa nesta matéria. E lembro que a Derrama, segundo os valores inscritos no Orçamento para 2019, ainda tem um significado bastante especial em termos de arrecadação para o Município, portanto, também tem um peso significativo para ao sistema produtivo. Eu sei que além o meu amigo e Deputado Aires Diniz valoriza mais a função distributiva, eu valorizo mais a função produtiva até porque depois, quando destruímos a produtiva, não fica nada, vem depois a coletivização, a nacionalização e finalmente o caus. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco, quer intervir? Então faz favor. Ficou baralhado. É natural.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “É capaz. Ora bem. Uma pessoa está habituada ponto a ponto e, então, aqui segue agora uma certa confusão. Relativamente aos primeiros dois pontos, não vamos votar contra. Relativamente à Derrama e ao IMI, vamos votar contra. E vamos votar contra pois fala-se em medidas para incentivar a vinda de pessoas para a nossa região. Fala-se em missões do Interior. Fala-se em grupos do Interior. Tudo pela defesa do Interior e, em muitas destas defesas, ouviram-se especialistas e autarcas, de diferentes quadrantes políticos, sempre a defender, em grande parte das ocasiões, que o Estado tem que dar o exemplo. O Estado central tem que dar o exemplo na redução, nos incentivos, na parte da fiscalidade, são os impostos, porque é que o gásóleo e a gasolina estão caros, porque é que as portagens são tão

caras e, quando estamos, e muito bem, quando estamos é caro? Claro que é. E o Estado vem dizer muitas vezes em muitas destas rubricas: precisamos desse dinheiro, se não como é que vamos manter as outras regalias positivas para a população? Este é um discurso que é acompanhado por várias pessoas, de vários quadrantes políticos. E depois temos o outro discurso, que é o que temos assistido, aqui, sistematicamente. Que é, do lado de cá, a Câmara agora diz que quando se trata de reduzir a parte fiscal aqui, que poderia contribuir, e o Bloco, se tivesse tido essa oportunidade teria proposto e até vou contra mim próprio que disse, há pouco, que não ia propor aqui, em discussão, nenhuma proposta, mas bom, fica aqui a ideia daquilo que eu ia propor nesta matéria. Nesta matéria, o Bloco iria propor que, durante cinco anos, quem comprasse casa não pagava IMI. Durante cinco anos. E, depois desses cinco anos, passava a pagar uma taxa que o Bloco achava que era a justa cá, que era a de 0,30 e não de 0,40 como está agora. Isto sim, é uma medida para quem cá está e quer comprar casa e quer cá viver, visse, de verdade, esse incentivo. Isso são medidas que não dependem do poder central. Dependem do poder local e da vontade de quem dirige o poder local. E, por isso, não basta estar sistematicamente a falar dos outros, quando nós, na nossa casa, quando temos a oportunidade, não o aplicamos. No que toca ao Bloco de Esquerda aplica-se a coerência nessa matéria. Relativamente aos outros grupos políticos, não me compete, a mim, falar nem tecer juízos de valor relativamente às vossas decisões. Os militantes e cidadãos que façam essa avaliação. E, nem sempre a avaliação se reduz num sentido de que ela é boa, porque eles estão lá eleitos com 60% dos votos. Não vamos por aí porque, infelizmente, o passado também indica que muitos tiveram quase maiorias e se não mesmo maiorias e o resultado para a humanidade foram dramáticos, para não dizer catastróficos. É uma palavra que me custa dizer, tremendo de medo que me faz pensar nela. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Quanto à questão do IMI, vamos lá então a coisas concretas. Às tais propostas, a ver se agora fica lá alguma coisa. Temos um Executivo Municipal que pretende gastar em 2019, 3.7 milhões de euros em conservação de bens, um acréscimo de 2.5 milhões face ao Orçamento de 2018. Gastar 2.2 milhões de euros em seminários e exposições, um acréscimo de 1 milhão de euros face ao Orçamento de 2018. Gastar 4.7 milhões de euros em outros bens e serviços, seja lá isso o que for. Gastar 5 milhões de euros em viadutos arruamentos e obras complementares. Que gastou meio milhão de euros na principal artéria comercial da cidade, em requalificações e requalificações da requalificação e a mesma continua sem vida e sem atividade comercial. É este mesmo Executivo que alega que a proposta do PS, para redução do IMI, de 0.4 para 0.3 não é possível por não existir margem orçamental. A proposta apresentada pelo Partido Socialista, com vista à adoção de uma fiscalidade atrativa para quem vive e investe na Guarda, teria a finalidade de estimular os rendimentos das famílias e também a tesouraria das empresas. Esta medida teria um impacto, em termos de receita orçamental, na ordem de 1.4 milhões de euros, menos 3% total da receita e poderia ser facilmente colmatada com cortes seletivos em despesa supérflua e de teor altamente questionável que acima referi. Era suficiente este corte para ser executada. Obviamente que não seria de deixar de fazer o que quer que fosse no resto e o mobiliário deixar de ser conservado e tudo ficar a cair e deixarmos de ter qualquer tipo de dinâmica em termos da cidade. Claro que não é isso. Aquilo que aqui dizemos é que, na nossa opinião, e naquilo que se fossemos responsáveis pela execução deste Orçamento, que não somos, e pela proposta do Orçamento, que não somos, sabemos bem disso. Quem ganha executa, manda e, portanto, quanto a isso nem sei porque é que estamos sempre neste tipo de discurso, mas pronto. Isto já

faz parte de um teatro muito maior e não vale a pena. É mais do mesmo. E, portanto, quando dizemos que o caminho não é este, apontamos outro e esse outro caminho está aqui. Pode não se concordar com ele. É legítimo e é respeitável, obviamente que é respeitável. A nossa visão é esta que, com as nossas limitações, alguma coisa preparamos para aqui vir apresentar. Dizem que não percebemos patavina disto, socialistas. Não, alguma coisa percebemos, com modéstia, alguma coisa percebemos. Alguma coisa preparamos e alguma visão temos sobre várias coisas. Simplesmente é diferente. Esta é a nossa. Discordamos daquela que é apresentada, obviamente que respeitamos e, portanto, isto são políticas. A nossa seria esta e tenho dito. Muito obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não falou já, não? Calma, calma. Um minuto, no máximo. Senhor Presidente, não se importa. É o que tem. É o que tem. Fiquei baralhada se lhe tinha dado a palavra, há bocado, quando pediu, ou não, por isso é que...” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Só porque me dei conta que posso não ter sido suficientemente claro, após o comentário do senhor Deputado Ricardo Sousa e meu estimado amigo. Quando falámos desta questão, quando citei o exemplo, entre outros, de Castelo Branco, onde são constituídas, disse eu, ou pelo menos era essa a ideia que queria fazer passar, mais vinte empresas por ano do que na Guarda. E, portanto, eu falei em números absolutos, não falei em taxas de crescimento. Com certeza que o senhor Deputado também há de preferir um aumento de 5% no seu ordenado, do que 10% no ordenado mínimo. Taxas de crescimento são taxas de crescimento. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Esclarecimento feito. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Obrigado. Meu caro Deputado Marco, mesmo que nós tivéssemos condições, creio eu, e pedi aqui a informação a quem sabe mais do que eu, nós não podíamos fazer. Nós não temos essa capacidade fiscal de dizer: as pessoas que fizerem casas, durante cinco anos, não pagam IMI. Não é possível. Isso é possível no Governo. O Governo é que tem essa capacidade. Nós não. Eu admiti que era assim, embora não seja grande especialista. De modo que, nós não temos essa capacidade, mesmo que o quiséssemos. Depois, o que eu já expliquei, se nós olharmos para o nosso Orçamento, a coisa mais simples do mundo é chegar e ler as rubricas sem conhecer os seus conteúdos. O problema é que se fala de seminários, que se gastaram não sei quê... eu não gasto um tostão em seminários. O problema é conhecermos os conteúdos. Onde não é uma discussão politicamente séria, bem entendido, é esta. Não adianta. De modo que, eu também não vou gastar mais latim, num final de tarde. A questão relevantíssima e eu já não tenho aqui que já mandei para acima, ao ver a agenda da reunião de Câmara para a próxima sexta-feira, que foi antecipada, o senhor Vereador tinha-me já proposto três coisas para fazermos com impacto em 2019. Uma delas era para pavimentos na Freguesia da Guarda, na parte rural da Freguesia da Guarda, de 300 mil euros, está nessa rubrica. De 1 milhão de euros para... 1 milhão e 100 mil euros, salvo o erro, ainda que repartido em três anos, para a questão dos pavimentos e das limpezas, tudo o que nós não podemos fazer, não temos capacidade de fazer internamente. Mas isto estão nestas rubricas. De maneira que, para termos um trabalho tecnicamente sério, ou melhor, tecnicamente bem feito e politicamente sério, porque isto é um trabalho que não tem nada de tecnicamente feito porque é... não vale de nada em termos técnicos. Politicamente, isso é como disse o senhor Deputado, é verdade. Olhe, uns vem aqui outros vem acolá. Só que eu não tenho nada essa ideia de que, quem tem sessenta e tal por cento, já... isso, o meu caro Deputado Marco, tem toda a razão. Isso o País lembra-se bem. Lembra-se bem. Eu também me lembro bem de quem teve uma maioria absoluta e nos

pôs no estado em que pôs. E quando nos dizem que nestes quatro anos, ou quase quatro anos de geringonça, se recuperaram alguns rendimentos, é verdade. Mas, pelo Santo Amor de Deus, a justiça política tem que ser feita e tem que ser dita em todos os fóruns. O Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, em coligação com o CDS, de 2011 a 2015 tinha algumas condições de repor rendimentos? Infelizmente teve que tirar. Se não, o País ia para onde? Meu Deus. Mas a história, a justiça da política tem que ser dita. Ou queremos comparar 2011/2015 com 2015/2018? Ó Deputado Henrique Monteiro, o senhor não se pode calar com isto. Os senhores e as senhoras não se podem calar. Eu não me calarei com isto. É exatamente a mesma coisa. Exatissimamente a mesma. E, por isso, tem razão Deputado Marco, essa história dos 60%. Não, não. Eu não me endeuso com isso, meu caro. Não me endeuso com isso, pode ter a certeza. Eu tenho o maior respeito. Desculpe? Oh pá, que saudades, meu caro. Isso é verdade. Que saudades! Sabe, há quem diga na história da democracia, há quem diga na história da democracia que o terceiro “d” de desenvolvimento foram dez anos de Cavaco Silva. Há, pois foi. E há quem diga que o primeiro “d” da democracia foi com Mário Soares. E há quem diga que o segundo “d” de diálogo foi com António Guterres. Isto é o que os historiadores dizem, não é o Álvaro Amaro. É assim. Sabemos disto, não é? Não sei se o meu amigo sabia, porque ainda é novo, dos três “d’s”. Pois é. Mas é assim, sabe. Por isso, meu caro, bom... Exatamente o mesmo que me aconteceu a mim quando cá cheguei. Eu vou dizer, outra vez, em público e, meu caro, só Deus sabe o que vai acontecer. Mas eu tenho um colega meu que já foi chamado porque violou a lei dos compromissos. Ainda não lhe tinha dito isso. Eu espero que todos possam um dia, espero que não sejamos chamados a nada, mas podem fazer queixa, não há problema. Eu assumi, publicamente, que ia violar a lei dos compromissos em 2014 com este senhor. Porque, se não, eu ponderei pagar metade dos vencimentos. Mas isto não foi há cinquenta anos. Isto foi há quatro anos. Eu ponderei, porque tínhamos que violar a lei dos compromissos para pagar aos trabalhadores. Estamos a brincar, ou quê? Mas quem é a autoridade moral, ou política, para se chegar aqui e podermos dizer o que dizemos? Eu, meus amigos, para reduzirmos a dívida desta casa de 65 milhões para 26 milhões, para chegarmos ao ponto de podermos chegar a 2019... 2020... em 29 e temos zero euros de encargos da dívida. Mas, mesmo assim, nós ainda pagamos em 2019, porque é que não fazem isto? 2,3 milhões de euros. Senhor Deputado Tiago Gonçalves e quantos é que eu contraí para isto? Bola. E quantos é que eu contraí para a dívida das águas? Zero. Mas que é sítio? Bom, dito isto, volto a repetir o que disse há pouco em resposta ao Deputado Henrique Monteiro. A coisa que qualquer Autarca quer e deseja, e acho eu que qualquer político, era chegar aqui e baixar os impostos todos. Mas senhor Deputado, eu não sei, Castelo Branco tem mais poder de captação empresarial do que a Guarda há quarenta anos. Ou querem que eu lhes faça a história? Nós, neste momento, crescemos em termos relativos, mais. Mesmo com a Derrama. Quem é o político que não queria baixar lá o IMI? Mas, como aqui foi dito, e bem, é menos um milhão e meio de euros. Mas é retórica, é demagogia. E chegarmos às rubricas, era preciso chegarmos às rubricas e os valores que lá estão e dizermos qual é o seu conteúdo. Para que é que servem. Então teríamos aqui um bom debate técnico. É isto que eu acho que se deve fazer num orçamento. E os senhores Deputados, com a responsabilidade política do Partido Socialista têm, conhecem o orçamento, então o Partido Socialista é que não tem desculpa. Concordam comigo. Aqui não há geringonça por isso a coisa não funciona. E bem. E bem, na minha opinião. Mas a Bancada do Partido Socialista é que não tem desculpa, por isso, não é política de sério, não é tecnicamente válido que se chegue às rubricas e se leiam sem ler o seu conteúdo. Porque, aí sim. Eu vou-lhe ser franco senhor Deputado. Os senhores podem... podemos todos discutir o que quisermos. Mas eu lhe garanto uma coisa. Para equilibrar este orçamento de 45, qualquer coisa, 46 milhões, nós vimo-nos e desejámo-nos. Para manter, sob a minha palavra... a uma dada altura, eu pensei ter que cortar nalgum lado, porque nos faltava

1,1 ou 1,2 milhões de euros para equilibrar o Orçamento. Qual é a coisa mais simples? Inflacionar as receitas para manter as despesas que nós consideramos essenciais. Qual é a coisa mais simples? É pedir um empréstimo. Mas nós não podemos agravar isto. De modo que, para terminar, eu até acho bem que a dialética da política é esta. Bom, moral da história. O Partido Socialista da Guarda, se fosse poder, baixava os impostos. O PSD, como é poder, não baixa os impostos. Bom, dito assim, está tudo bem. Eu também li, de facto, num jornal e é verdade, eu não estou a criticar, é sempre o copo meio cheio ou meio vazio. Câmara da Guarda não baixa os impostos. Não é? Eu também podia ler: Câmara da Guarda não aumenta os impostos. O título, o grande título é: Câmara da Guarda não baixa os impostos. É verdade, eu não estou, por isso, a criticar. Deus me livre. É verdade. Mas podia ser: Câmara da Guarda não aumenta os impostos. Quer dizer... Ponto. Mas não aumento fruto deste esforço. Agora, chegarmos à rubrica a), à rubrica b) e cortar despesa... eu adorava que, nestes dois meses, me tivessem sugerido isso e chegarmos aqui e dizermos assim: muito bem, cortamos a despesa a), a b), a c) para não fazermos isto e isto e diminuámos a receita no valor de 1, tal milhões de euros. Minhas amigas e meus amigos e para quem nos estiver a ver e a ouvir, com toda a sinceridade, para fazermos o que temos que fazer, solvermos o compromissos e não hipotecar o futuro, seja o futuro de quem me suceder, quando me suceder, seja quem for, seja o futuro das gerações, porque onde se hipoteca é pelo desequilíbrio das contas públicas. O País já conheceu isto. Por isso, não são 65% ou 63% que fazem isso, meu caro Deputado Marco. Acredite, do fundo do coração, que lhe digo isto. Agora, no confronto do conteúdo das propostas dizer: muito bem, aquisição de serviços ou não sei quê de bens de consumo, digam lá quais são. Nós dizemos quais são para se chegar a este valor. Nesta casa, comigo a Presidente, lhe garanto que não se fazem orçamentos de lápis atrás da orelha. Mas chega-se a um ponto que se confronta com esta dificuldade e eu não conheço outra forma se não aumentar a receita... Como é que se fazia por cá? Está lá tudo espelhado nos graus, como é que se fazia? Nós cortámos, há um corte radical. Como é que se fazia? Inflacionavam-se as receitas. Há uma técnica até que é venda de bens e serviços, mesmo que não se venda patavina. Põe-se lá no orçamento: venda de bens e serviços. Receita 1 milhão. E depois não se vendeu nada. Mas está o orçamento equilibrado. Grau de execução: 35%. Pelo Amor de Deus. Por isso, como houve um corte radical, é como o Interior precisa, de radicalismo, sejamos também radicais noutra forma de nos apresentarmos como alternativa. Não é só baixar por baixar, porque eu também quero baixar. Eu desejo, honestamente. Eu disse aqui ao senhor Vice-Presidente: eu tenho dúvidas que 2019 acabe esta imprevisibilidade. Mas, no que a mim diz respeito vos garanto que trabalharei, ao limite, para que ela acabe. Não, é consistente. Alguém percebe que um gestor público, olhem bem para mim, tenha seis milhões e meio de euros... não é num cofre. Uma vez perguntaram-me, acho que alguém do Partido Socialista me perguntou: mas é mesmo verdade que tem aí a nota? Eu disse, calma homem, não o tenho no cofre, está no banco. Rende quase zero como é sabido. Hoje rende zero. Praticamente zero. Então, o que é que lá está a fazer? Eu ponho-os aqui no orçamento e eu não autorizei. Ouçam bem. Eu não autorizei. A Dr.^a Teresa Fernandes bem tentou, honra lhe seja. Mas eu não autorizei. E acham que eu tenho algum gosto nisso? Eu não autorizei que seis milhões e meio servissem de receita, que está lá para financiar determinado tipo de despesa. Ou para diminuir a receita. Então, baixava o IMI para metade. Sabem porque é que não autorizei? Porque fiz um corte radical. Porque quero saber o que vamos fazer a este dinheiro. Isto é tão fácil, desde que nós sejamos politicamente sérios. E, já agora, tecnicamente, não se exige que sejamos todos, nem todos também temos que ter capacidade para isso. Isso, também, uns são médicos, outros são professores, outros são advogados, outros somos não sei quê. Não se exige, sinceramente. Mas exige-se que, politicamente, sejamos sinceros e honestos para dizermos... muito bem, mas o senhor faz essa... não é ler as rubricas, essa técnica é do século passado. Quando se está na

oposição, é do século passado. Mas quando se está na oposição com uma responsabilidade de apoiar o Governo da República, que eu até lhe digo, eu até esperava que hoje os senhores até dissessem aqui uma coisa e vou-vos dar uma ajuda. Sabe o que é que me ajudou, mesmo bastante, neste orçamento? Foi aquilo que resultou de um acordo, que eu tenho honra em ter negociado, em nome do PSD, com o Ministro da Administração Interna, com o Governo. Um dos vértices do quadrado que nós estabelecemos nessa negociação, era a revisão da Lei das Finanças Locais. Era a revisão da Lei das Finanças Locais. E aí negociámos e está cumprido. E a Câmara da Guarda recebe mais 800 mil euros. Está a ver? Eu estava à espera que pudessem dizer isto. Isso é que era sério, se os senhores dissessem isso. Até me podiam dizer: olhe, o senhor recebe 800 mil euros a mais, não é a mais, é pelo cumprimento de 25% da Lei. E, nos próximos três anos, assim vai ser se o Governo que vier cumprir o que lá está. E isso colmatou um pouco a nossa perda de receita do IMI. É verdade. Se não, estávamos com uma dificuldade maior. Eu sei, senhora Presidente, peço desculpa num fim de tarde estar a dizer. Eu ontem disse no debate Fora da Caixa, quando falo do Interior, que ando aí a evangelizar pelo País, eu ontem comecei a dizer assim: eu sou um chato a falar daquilo. E sou mesmo. Mas eu não me calarei. Porque estou tão convicto daquilo que disse ontem, daquilo que digo em todo o lado. Eu aqui, senhora Presidente, reconheço que também sou um chato a falar destas coisas. Mas eu não me calarei porque estas são as verdades e, por isso, honestamente, em próximo futuro eu desejo que primeiro se cumpra verdadeiramente, então, o estatuto da oposição. Eu já disse, acho que devemos mandar e discutir e apresentar muito, muito sinceramente. Mas esta Bancada é que não tem desculpa. Porque podia, nestes dois meses, dizer assim: olhe, aquisição de serviços, não sei quê, de bens, consumo, não sei quantos, 2 milhões, para que é? Seminários. Eu não sei se a gente vai construir seminários? Vamos fazer seminários? Ou que raio de rúbrica é esta dos seminários. Não vamos. Nesta casa não se gasta dinheiro em seminários. Gasta-se dinheiro a frequentar aqueles seminários. Bom. De maneira que, acabemos lá com a demagogia mas mantenhamos a nossa vertente política. Uns é assim, outros é assado. Mas temos que dizer como é que é assim e como é que é assado. E quais são as repercussões do assim e quais são as repercussões do assado. E eu estou-vos a falar do futuro. Das repercussões em termos de futuro mesmo que seja um chato de primeira.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos então à votação. Vamos votar ponto a ponto, se não se importam.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2019.* -----

- Aprovado, por maioria, com setenta votos a favor, uma abstenção e um voto contra.-----

Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2019. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2019.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e quatro votos a favor e dezanove votos contra.-----

Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e quatro votos a favor, uma abstenção e dezoito votos contra. -----

Ponto 2.7 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.7 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e quatro votos a favor e dezanove votos contra. -----

Ponto 2.8 Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Acordos de Cooperação. Discussão e votação. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende?”-----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Certamente que será votado por unanimidade, porque isto é a continuação de um programa que é verdadeiramente reformista. Há que reconhecer-se. E eu quero deixar este desafio também para os senhores Presidentes de Junta. Para a última parte do mandato, eu creio que estão criadas as condições, hoje, com as nossas Juntas de Freguesia, de nós podermos reforçar, não apenas pelo que vem aí da descentralização, volto a referir, a tal imprevisibilidade. Se houver estas delegações de competências de, não serão vinte e três porque nós não vamos gerir as praias, por exemplo, mas se houver algumas competências que eu, em 2019, por completa inoperância, o que eu lamento muito, muito, que tal tenha acontecido, a minha disponibilidade mental, neste momento, é de não aceitar nenhum. A menos que o envelope financeiro, naquelas que são quantificáveis, ou o Governo me convença. Como até aqui nem me convenceu, nem desconvenceu, porque ainda não apresentou nenhum. E isto é uma certa mágoa. Eu acabei de sair por de um telefonema justamente por causa disto, porque é todos os dias nisto. Bom, mas se existirem, se não for em 2019, bom, pode ser em 2020, pode ser em 2021 porque conseguimos esta temporalização. Mas eu queria deixar também esta nota. Acho que, logo que isso aconteça, e eu como sou muito adepto de que aconteça, mas preciso de saber quando é que o Estado está disponível para dizer quanto é que gastava cá a gerir os Centros de Saúde, ou quanto é que gastava cá a gerir as Escolas e, se não nos estiver a enganar nas contas, nós depois fazemos as contas e, ok, logo se vê se ficamos ou não ficamos. Eu desejo muito ficar. É a minha opinião, mas ainda nem sequer discutimos isto porque não podemos discutir com um tal vértice do quadrado que ainda falta, o tal dos envelopes financeiros. Bom, por isso, 2019 continua a ser este ano, em função disto. Mas eu deixo-vos este desafio. Acho que é muito importante que, com mais competências para os Municípios, tem que haver mais competências para as Freguesias. Mais capacidade técnica para as Freguesias. E a minha firme disposição é que com os vinte e três, vinte e três não, mas com aqueles que houver, ou que não haja, que nós possamos, de uma maneira negocial, não imposta, mas negocial podermos dizer: não é apenas a limpeza dos jardins e das bermas e não sei quê dos passeios dos Acordos de Execução que é “x” dinheiro... que eu acho pouco. Se fizessem um voto de protesto, eu também protestava. Acho que é pouco. Agora, aprendi um bocadito com a geringonça, isto também é um bocado assim. Mas é verdade, eu tenho que reconhecer-vos isto, meus caros Autarcas das Juntas de Freguesia. Acho que é pouco. E a minha firme disposição é de, em 2019, se poder ajustar isto. Pedi isto ao senhor Vice-Presidente e ao senhor Vereador Sérgio Costa, naturalmente a todos mas, em particular, a estes dois senhores Vereadores que, quer em

termos de administração, quer em termos daquilo que é possível delegar, nós podemos aumentar esse dinheiro de delegações. Isto, por um lado. Por outro lado, nesta questão dos Acordos de Cooperação, aí é que tem que haver uma... não pode haver justas posições porque se nós delegarmos mais, pode acontecer... e com isto não estou a dizer que estou disposto para dar com uma mão e tirar com a outra. Nada disso. Esta reforma é inexorável. Pelo menos enquanto eu for Presidente da Câmara da Guarda. E desejo que, quem quer que esteja cá, nunca os Autarcas das Freguesias aceitem voltar àquelas fórmulas dos «protocóis», como diria um amigo meu, ou seja, dos protocolos, para falarmos bom português, que depois se fazem e não se cumprem, essas coisas de má memória. O que é preciso é continuar isto e reforçar isto. E reforçar, mesmo em termos de capacidade técnica e capacidade humana. Por isso é que acho que, também não sei se vem hoje aqui, ou não vem, repormos um pouco da justiça para as Freguesias que não tiveram direito ao trabalhador lá, mas que contrataram um POC e que, por isso, vão receber, por parte da Câmara, essa compensação. A senhora Presidente da Junta dos Meios, não sei se está aqui, mas foi uma das pessoas que, aqui há tempos, me falou disso. Não vejo isto, não está cá, então é porque a coisa... mas está resolvida. Irá à reunião de Câmara. De modo que, senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Presidentes de Junta quero dizer-vos que iniciemos, por isso, um novo ano, neste caso, com as oito ou com as nove, nove, salvo o erro, dos Acordos de Cooperação. Mas o crédito de confiança, o crédito de confiança entre os Autarcas de Freguesia, (estamos aqui, estamos a dançar com a música) e os Autarcas do Município é tal, que não há rigorosamente nenhum problema de se colocar, no Orçamento para 2019, apenas nove Acordos de Cooperação porque todos sabem que, quando se chegar a 2021, estão satisfeitos os quarenta e três, para não dizer cinquenta e dois. Quarenta e três, para não dizer cinquenta e dois. Porque é uma coisa que temos que aceitar, é aqueles que tiveram agregação de Freguesias como fizemos no ano passado. E sabe quanto é que isto significa? É tão revolucionário, tão reformista que isto significa, no final do mandato, mais de 1 milhão de euros só nestas obras. Quando temos que comparar com outros Municípios, temos que o fazer de acordo com isto. Porque senão, só estamos a fazer dos nove, agora, quem tem 60 ou 70 milhões de euros no Banco consegue, naturalmente, fazer mais Acordos de Cooperação porque também tem menos Freguesias. Entendido. Estamos, por isso, entendidos. Por isso, senhoras e senhores Presidentes de Junta é para vós, e não por ser a época que é, não é por ser final do ano, de vos manifestar este meu desejo e dizer-vos quanto me conforta e me consola, como Presidente da Câmara, ter introduzido uma boa reforma, não apenas de ligação, porque senão não era possível nós estarmos aqui a contemplar num Orçamento para um ano económico, só termos nove em quarenta e três. Os outros dirão: bom, e agora? Depois para o ano, como é que é? Como é que não é? Vos garanto que pode não se fazer nem a rua a), nem a rua b), nem o pavimento b) mas, naturalmente, que lá virão os outros nove ou os outros dez ou os outros onze. E este crédito de confiança, nesta verdadeira reforma de ligação ou de cooperação com as Juntas de Freguesia, eu não me cansarei nunca, porque isto também nos ajuda ao tal elevador para cima e não para baixo. Era isto, senhora Presidente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Presidente de Junta, senhor Deputado Afonso, faz favor.” -----

- **Deputado Afonso Proença, Presidente de Junta de Videmonte (PSD):** “Boa tarde a todos. Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor Presidente de Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados, colegas Presidente de Junta, técnicos do Município, comunicação social. É com grande prazer e orgulho que hoje me dirijo a vós nesta Assembleia, neste ponto em que, espero, iremos aprovar os Acordos de Cooperação com nove Freguesias rurais do nosso Concelho, entre as quais conta aquela a que

eu presido, a freguesia de Videmonte. Em estreita colaboração com o Executivo será possível à Freguesia de Videmonte transformar em realidade, mais um dos nossos sonhos. A construção de um equipamento de apoio ao forno público, ao museu da Freguesia. Nos últimos anos, vimos sentindo a necessidade de um equipamento desta natureza e, estamos em crer, vai ter muita utilização e garantir as melhores condições para a realização de eventos importantes para a Freguesia, como é o caso do Festival Pão Nosso que atualmente organizamos. Quero destacar também a transparência da Câmara Municipal do modo como atribui estes Acordos às Juntas de Freguesia, sem olhar às cores partidárias e de forma aberta e acessível a todos. Vêm a esta Assembleia os Acordos para serem aprovados e conhecidas por todos. Creio poder falar por todos os Autarcas quando digo que, esta forma de fazer as coisas, nos faz sentir que somos tratados de forma igual e com o respeito que merecemos quando eleitos pelas nossas freguesias pelo que, dou os parabéns ao Executivo por esta forma de fazer Acordos com as Freguesias. Espero que os projetos escolhidos pelas Freguesias, para estes Acordos de Cooperação, mereçam o voto favorável desta Assembleia. Muito obrigada.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir neste ponto? Faz favor, senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu cometi o pecado mortal de, no dia oito deste mês, ter ido a Moncorvo ganhar uma revista e último artigo da revista é sobre Parâmio, que é a terra do meu amigo onde vai apresentar o meu livro, daqui a dois dias, em Bragança. E é interessante porque, nessa terra, é pela movimentação social e as conversas que se cria o património cultural, que foi tema central das minhas intervenções de hoje. E, portanto, eu penso que este Acordo está bem. Mas que devia ser alargado à defesa do património cultural e ao seu desenvolvimento e isso implica que a Câmara apoie, provavelmente com muito pouco dinheiro, mas com muito apoio logístico de técnicos, a criação e recriação e conservação do património cultural, que são as lendas, os contos, tudo isso que até é difícil, para mim, elencar. Portanto, eu tenho ido, regularmente, a Videmonte e também considero que é importante que Videmonte e suas tradições sejam retomadas, defendidas e retocadas e desenvolvidas. E é por causa disto que eu proponho que estes Acordos sejam alargados à parte, digamos assim, do património cultural e imaterial que deve ser uma das coisas que nós devemos defender nas nossas Freguesias, incluindo a minha, ou as minhas. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco. Pretende intervir também? Faz favor.”-----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Dizer que o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente. Mas também gostava de dizer aqui que, realmente, é sempre bom vermos a Juntas de Freguesia a serem apoiadas, independentemente do valor. Desde que seja igual para todos, independentemente das cores partidárias e aparenta-me que, pelo que aqui foi dito, é o que está a acontecer. Mas olhar para aqueles números, olhar para aqueles valores! E depois o senhor Presidente falou, há pouco, das rubricas: é pá, vejam algumas rubricas, vejam e tal. Eu falo-lhe de uma rubrica, senhor Presidente. Olhar para aqueles valores de 25 mil euros a 30 mil euros de apoio a estas Juntas e depois ver, em três anos, 1 milhão e meio gastos em segurança privada de eventos! 1 milhão e meio, nos próximos três anos! Vejam o que é que isto daria para construir nestas Freguesias. Não era só apoiar os cemitérios. Infelizmente, é quase sempre. Pronto, eu compreendo, infelizmente. Infelizmente os cemitérios têm que aumentar, muito bem. Infelizmente. Mas o que daria para incentivar a população a ficar nestas Juntas de Freguesia? Olhem só a diferença de valores! Olhem só a diferença de valores que se dá aos Bombeiros e que tanto se fala dos Bombeiros por aí. Vejam. Estas pequenas diferenças e não estou a dizer

que não tem que haver segurança, por exemplo. Podem é ajustar-se, senhor Presidente. Isto é só um exemplo. Há pouco o senhor Presidente disse que temos que dar exemplos, eu estou a dar-lhe um pequeno exemplo. Segurança, sim. Agora, a PSP também tem que ser chamada ao barulho, de vez em quando. Porque há várias situações que sabemos que podem e devem ser chamados, não é só o privado. E é isto que, às vezes, me faz questionar como é que também vocês, que têm acesso privilegiado a esta documentação, façam ouvidos murchos. É pá, ó senhor Presidente, 25 mil euros é dinheiro mas, é pá, é muito pouco. Não há aí uma... não se consegue fazer uma ginástica já que o senhor Presidente é tão bom nesta ginástica de contas, não se consegue fazer ginástica para apoiar mais estas Freguesias? Qual presente? 25 mil euros é algum presente? 25 mil euros não é presente nenhum. É melhor do que nada, mas não é presente nenhum. Não se venha para aqui gabar que é um presente. Isto não é um presente nenhum. Merecem muito e muito mais e conseguia-se, basta é haver vontade e escolhas e opções orçamentais. Tenho dito.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, pretende responder? Faz favor.”-----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Tem razão senhor Deputado. É mesmo uma questão de escolhas. 25x52 ou 30x52 dá, para aí, 1 milhão e meio. Mas eu disse e repito e acompanho e já disse que, em 2019, nós devemos estudar. Porque não é apenas isso, também são os Acordos de Execução. Esta é uma figura nova. Nova, já não é tão nova assim. Não existia. Não havia cerca de 1 milhão e meio de euros a entrar. Sabemos bem que não havia neste caso das Juntas de Freguesia, ou melhor, podia haver assinaturas, mas não havia. É uma verdadeira reforma. Agora, se o senhor me disser: bom, mas em vez de 30 mil deve ser 40 ou 50. Ai isso, com certeza. Como já vimos, durante todo o dia, muito bem. Que merecem, que precisam, ai isso com certeza. Mas eu não estou a incluir o Orçamento Participativo que, brilhantemente, ganhou Videmonte. Não estou a incluir outras obras que fazemos. O campo do futebol de Vila Cortês, não estamos a incluir os saneamentos, o abastecimento de água. Essa verdadeira reforma de infraestruturas. Não estamos a incluir as pavimentações que fazemos nas Freguesias. Isso são decisões do Executivo. Mas a sua intervenção, a sua intervenção até me suscita aqui uma coisa interessante. Vamos mesmo fazer esse plano do que se fez e não sei quê, justamente para ajudar a responder. Agora, isso não retira em nada que, em vez de um Acordo, possa haver dois e pode haver três. Aliás, eu disse isso um pouco, sabe? Eu disse um pouco. Quando isto estiver estabilizado e não é nos próximos três quatro anos, eu acho que o reforço de competências para as Freguesias e o reforço das capacidades técnicas para as Freguesias e o reforço de autonomia para as Freguesias até pode e deve conduzir a que haja, de facto, mais autonomia e não tenha que haver este tipo de figuras. Pode acreditar. De resto, há um desacordo brutal nas negociações entre o Governo e a Associação de Municípios, especialmente num dos diplomas. Um dos diplomas é, justamente, a transferência de competências para as Freguesias. Há uma distância brutal até se chegar a esse acordo e acho até um disparate pegado, politicamente falando, daquilo que o Governo tem em cima da mesa. Mas isso, lá vamos seguir. Discutiremos isso mais tarde. Mas eu sou muito defensor disso, meu caro Deputado. Mas sou mesmo. Tanto que sou que o fiz. Agora, eu gostava de o fazer a duplicar ou a triplicar. Mas repare, eu no princípio cheguei a dizer isto, ó Deputado Marco, e alguns dos senhores Presidentes de Junta, que já cá estavam no mandato anterior, talvez não se lembrem disto. Eu disse: muito bem, vamos fazer esses Acordos de Cooperação mas, se houver uma obra estrategicamente importante e que o Executivo do Município decida que a vai fazer, não fazem Acordo de Cooperação. Ou seja, se nós decidíssemos que vamos fazer o abastecimento de água na freguesia a), ou o saneamento na freguesia b), é uma obra de vulto. Foram mais de 2 milhões e meio de euros que estão aí ainda a ser gastos.

Bem gastos. 2 milhões e meio de euros, só no saneamento. Só no saneamento. Pois bem, o que eu na altura disse foi: muito bem, fazemos o saneamento, mas o senhor não tem Acordo de Cooperação. Muitos se lembrarão de que chegámos a falar disso. Justamente, a incoerência com isto que eu defendo, o que é que fizemos no final do mandato, orgulhosamente? Não fizemos apenas quarenta e três, fizemos cinquenta e dois, justamente para o fazermos nas tais Freguesias que o deixaram de ser, mas que não tiveram culpa nenhuma de serem agregadas. Eu, a uma dada altura, dei por mim a pensar: então mas, se se faz isto numa União de Freguesias, então tem que se fazer nas duas ou nas três que foram agregadas. Fizemos nas cinquenta e duas. Está a ver? Perante dificuldades, eu lembro-me bem dos primeiros quinze meses de me dizerem: então? O senhor não liga patavina a isto e tal, às Freguesias, ao mundo rural. E eu cheguei a dizer: não, eu nasci numa Freguesia rural e eu defendo convictamente. Acredite, sob a minha palavra, convictamente de que nós devemos fazer investimentos, muitas vezes economicamente maus, como eu lhes chamo. Mas, socialmente justos, como eu lhe chamo também. E, por isso, olhe, é uma dor de alma, vamos ser francos, nós termos aumentado a taxa de cobertura no abastecimento de água. Que diabo! É peça essencial para a qualidade de vida. Acho que já temos em todas? Quase todas? Mas ainda não temos em todas, longe disso, no saneamento, apesar deste esforço brutal. E eu acredito que, alguns desses investimentos, como eu já digo há muitos anos, volto a repetir, são, sob o ponto de vista económico, maus. Não têm, a maior parte deles, financiamentos comunitários porque eles têm uma fasquia mais alta. Mas são socialmente justos. Mas, para isso, é com o recurso que nós temos. De maneira que, em suma, eu acho que o caminho é de reforço dessas competências. Nós, na Guarda, devemos ser, não vou ter agora a presunção de dizer que somos pioneiros, ou deixar de ser, mas isto foi como eu disse, no outro dia, ao Ministro da Administração Interna, eu disse: olhe, não sei se a história se repetirá tão cedo, de ter um Primeiro-Ministro que acredita na Regionalização do País, de ter um Ministro da Administração Interna que acredita na Regionalização do País, de ter um líder do maior partido da oposição que acredita na Regionalização no País e ter um simples negociador disto, que sou eu, em nome do PSD, que acredita na Regionalização do País. Dificilmente isto se voltará a repetir. Por isso, vamos lá a trabalhar para isso. E, antes disso, vamos lá trabalhar para esta coisa. É o que temos estado a fazer e, por isso, eu ainda acredito. Olhe, eu tenho levado muita pancada, mesmo no meu próprio partido, sabe? Mas eu sustento isso. Por isso, é a minha convicção e, por isso, aproveitemos, quando se reúnem condições, de o fazermos. Agora, não podemos fazer porque a manta não dá, não estica e se baixarmos isto tudo, então, é a falência total. De modo que, eu quero é apenas reafirmar-vos esse propósito. Conto, porque nós, volto a dizer, podíamos não fazer Acordos de Cooperação e há aqui muitos Autarcas das Freguesias que sabem que eu lhes disse isto, que não fazíamos Acordos de Cooperação se houvesse obras de vulto. Até me lembro do Presidente de Junta da Guarda que na primeira votação se absteve. Porque também queria para a Guarda. E eu disse-lhe: calma homem, então e as obras das requalificações das requalificações e da requalificação do requalificado? Se era na cidade da Guarda também lhe vou dar. Mas claramente que assumimos, ao fim de dois anos, que há uma componente rural muito importante justamente na Freguesia da Guarda e que não seria justo fazer-lhe também e fizemos. E quando eu digo que quero delegar mais competências, é delegar competências com envelope financeiro. Obviamente. E eu acho que nós devemos trabalhar nisso em 2019.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos então à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.8 - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Acordos de Cooperação. Discussão e votação.*-----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passaríamos agora... uma Declaração de Voto? Faz favor senhor Deputado Agostinho.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. De facto, no final do dia, estamos de acordo em duas coisas. A primeira que o almoço estava muito bom, muito obrigado pelo convite e muito obrigado a quem o confecionou. A segunda questão em que estamos de acordo é relativamente à descentralização e ao envelope financeiro. Obviamente que só podemos aceitar responsabilidades quando soubermos aquilo que, em termos financeiros, nos vai ser atribuído. Isso é claro e estou totalmente de acordo. Ninguém aceita responsabilidades sem saber a capacidade que tem para as cumprir e para as levar a bom porto. Nisso estamos completamente de acordo. Só espero é que não haja depois uma tendência de andarmos sempre primeiro a pedir descentralização, descentralização, e depois andarmos a recuar quando as coisas nos são colocadas. Mas, obviamente, que esta questão do envelope financeiro é decisiva para se poder aceitar o que quer que seja, com sentido de responsabilidade. Depois aqui quanto à questão do saneamento e outras intervenções, quer dizer, isto são quase obrigações. Obviamente que são importantes e aplaudimos, mas isto são quase obrigações. E estes Acordos de Cooperação até era... o positivo é quando eles não têm que existir e por isso é que, há bocado, quando falámos, e é a nossa opinião obviamente, de quem não percebe patavina disto, mas quando dizemos que as Freguesias não devem ter uma dotação orçamental de 790 mil euros e se deve reforçar, é precisamente para que as Freguesias possam ter uma maior autonomia e possam por elas executar e não ter que estar a recorrer. Pronto. Ok. Muito bem. É importante que estes Acordos de Cooperação existam porque, de facto, e lamentavelmente, pois eles são necessários mas, se tivessem outra capacidade, não tínhamos que estar neste ponto. E votamos favoravelmente, isso que fique claro, mas não podíamos deixar de referir isto que acabámos de dizer. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passemos então à discussão, os pontos a seguir.... Sim? Declaração de Voto também? Chamo-vos à atenção para as Declarações de Voto, que sejam mesmo Declarações de Voto, está bem? Muito obrigado.”-----

- **Deputado José Carlos Breia Lopes (CDU):** “São Declarações de Voto. O Grupo Municipal do CDS vê com bons olhos tudo o que são apoios concedidos às Freguesias e que sejam cumpridos, como se espera que aconteça. Portanto, vamos votar favoravelmente também a proposta.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não percebi. Vamos votar? Mas já foi votado. É a hora. É a hora. Eu bem disse que devia terminar às cinco. Razão tinha eu que devíamos terminar às cinco. Bom. Então, o ponto 2.9,10,11,12,e 13 já está votado. Passemos ao 2.14.” -----

Ponto 2.14 - Discussão e votação da proposta de Revisão da Carta Educativa do Município da Guarda. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir sobre este ponto?”

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, muito obrigado. Muito rapidamente. Apenas para deixar registado para a história a minha enormíssima preocupação

de, de facto, não sei se é da reforma do século, ou não, mas como acho que todos estamos de acordo da importância do pilar da educação numa sociedade. De modo que, por aqui, acho que assinamos todos por baixo. Mas não é apenas na importância do pilar estratégico, isso é tudo muito interessante. É a importância daquilo que, a partir da educação, já aqui falamos hoje, e muito bem, pode alavancar também para o desenvolvimento e para a fixação das pessoas. E minhas amigas e meus amigos, ou muito me engano, eu costumo dizer que a Guarda tem, nos próximos anos, um grande desafio. A Guarda, a economia da Guarda, a Guarda região ou sub-região. E eu digo que é a questão da plataforma ferroviária, mas isso, não desperdicemos na ferrovia o que não se aproveitou, como outros, na rodovia. Eu não me canso de dizer isto. E, mais uma vez, estejamos onde estivermos, qualquer um de nós. É muito importante que a economia não desperdice este bem essencial, em termos de investimento, para a economia. Mas temos um desafio enorme. Um desafio que deve mobilizar toda a sociedade. E aqui, senhora Presidente, a última coisa que me passa pela cabeça do que vou dizer, muito sinceramente, é quem é que tem a culpa deste estado da arte. Sempre em coerência com o que tenho dito. Eu não quero saber se foram as políticas do Ministro da Educação «a», ou «b», ou «c», nem se foram aquilo que, em termos autárquicos, se fez do Presidente ou da Presidente da Câmara da Guarda. Não me interessa, palavra de honra, rigorosamente nada. Pois que me interessa? O que me interessa mesmo é que a sociedade da Guarda, a sociedade educativa, a comunidade educativa que tem feito naturalmente, seguramente, todo o seu trabalho, a comunidade empresarial, a comunidade social e naturalmente a Autarquia. E não pensem que é um discurso natalício. Não é nada disso. É que é impressionante e é isto que nos deve fazer pensar. Reparem. No 1.º Ciclo do Ensino Básico no Concelho da Guarda, entre o ano letivo 2007/2008 e o ano letivo 2015/2016, são os dados que aparecem na Carta Educativa, houve uma redução de 22% dos alunos. No mesmo período, volto a repetir, 2007/2008 a 2015/2016, no 2.º e 3.º Ciclos, 28%. No mesmo período, 2007/2008 a 2015/2016, no Ensino Secundário, 33%. Eu não quero saber quem tem a culpa, nem nos desgastemos com isso. Aquela ideia muito típica e que aqui e ali sempre aparecer nos políticos: tu és isto, tu fizeste aquilo, aquela obra é nossa e tal... não interessa nada. Os resultados são estes. Mas, meus senhores, muito mais grave do que isto, muito mais grave... e se isto não mobilizar a Guarda, então, não auguro grande futuro apesar de todos os instrumentos e de tudo, financeiros e fiscais e IMI's e Orçamentos e essa «coisada» toda que nós aqui discutimos, e que é muito importante, e requalificações e plataforma logística e tal. Nada disso tem futuro assegurado. Não é discurso de catástrofe, sabem que eu, sem otimismo balofos, sou mais pelo copo meio cheio, mas há um momento que temos que ficar chocados. Eu fiquei, palavra de honra, eu fiquei chocado com isto. Não apenas com esta radiografia. É a perspetiva do futuro e nós temos que alterar isto. Nós não podemos deixar confirmar estas perspetivas. A perspetiva da Carta Educativa, da equipa que fez a Revisão da Carta é a mesma que a fez há dez ou quinze anos, como sabem. Eu fiz questão disso que é para não haver *mas nem meio mas*, independentemente da capacidade técnica e científica que é reconhecida à equipa. Para 2029/2030, 2029 é amanhã, prevê-se uma redução de 1/3 da população escolar potencial. Menos 34%, ou seja, dizem eles, que se passará dos mil, duzentos e noventa e quatro nascimentos, para oitocentos e cinquenta. Para que, em 2029, não estejam aqui a acusar o presidente da Câmara, que não serei eu seguramente, como está bem de ver, para que não estejam aqui a acusar ninguém dos que estiverem aí e dos que estiverem aqui... não dá mesmo, eu fiz as contas para dizer o que disse. Não dá. De modo que, para não haver leituras políticas enviesadas, está a ver? Eu fiz isso, não dá. Mas, sinceramente, não é justo que depois, quem cá estiver, esteja a levar na cabeça porque eu hoje não dou na cabeça aos que cá estiveram. Nem a estes, nem aos do Governo central. Quer dizer, a culpa vai morrer solteira. Pois que morra. Que morra solteira. Por mim, pode morrer solteira. O que, por mim, eu já

anunciei e é verdade, em janeiro, e a senhora Vereadora, a quem agradeço e ao senhor ex-Vereador da Educação, agradeço muito o trabalho que tiveram e aos técnicos e naturalmente aos Agrupamentos e a toda a comunidade e ao Conselho Municipal de Educação, de termos discutido um documento com seriedade, nem sempre, por ventura, de acordo e também não sei se... não sei, há uma coisa... não sei mesmo. Eu próprio cheguei a dizer, quando cheguei à Guarda, que... eu sinalizei com 500 mil euros no PEDU. 500 mil euros. Estão lá sinalizados, em boa hora, para o novo Centro Educativo. Achava eu, na minha ignorância. Bom, claro, sinalizei. 500 mil euros não dava para uma parede, como é sabido. Pois, minhas senhoras e meus senhores, não é necessário nenhum Centro Educativo. Por ventura, até não teria sido necessário, com todo o respeito por Gonçalo e Porto da Carne, não teriam sido necessários aqueles Centros Educativos. Os senhores sabem que Gonçalo tem um Centro Educativo com uma cozinha toda equipada e que nunca foi usada. Never. No outro dia, o Presidente da junta de Gonçalo acho ficou aborrecido porque a senhora Vereadora mandou de lá vir uma panela qualquer que aqui a cantina precisava. E sabem o que é que eu disse à Vereadora? Mandem-nas vir todas. Porque, infelizmente, não vai ser preciso. Infelizmente, nunca foi usado. Eu até fiquei de cabelos em pé, não fazia ideia. De maneira que, o problema, minhas amigas e meus amigos, é e eu vou no primeiro semestre do próximo ano, se Deus quiser, em janeiro, vamos começar a trabalhar nisso, de responder a esta pergunta é o desafio que eu vos deixo também, se puderem ajudar a aportar para nós, responder a esta pergunta. Como tornar o Município da Guarda mais competitivo? Ou, ainda mais competitivo, em matéria da educação. A todos os níveis do setor educativo. Não é apenas no Politécnico, como falamos de manhã, de captarmos mais e mais Erasmus e tendo um modelo de Bragança e os Professores. Enfim, como todos dissemos e bem. Não é apenas no Politécnico. Isso é o topo da pirâmide. É preciso começar na base. É claro que pode ser com medidas nacionais de natalidade. É com medidas de fixação, certamente. Mas eu acho e, por ventura, posso estar a achar mal, mas acho que estou a achar bem, salvo melhor ideia, que nós... eu não tenho prazer nenhum em tornar o Município mais competitivo, mais agressivo neste mercado estudantil, se eu posso chamar assim, de ir sacar os alunos aos concelhos vizinhos e esvaziá-los. Não, de todo. Não penso isso. Não sou isso. Não quero isso. Mas há uma coisa que eu também não quero. É que se isto é assim na Carta Educativa da Guarda, eu não acredito que não seja, não acredito, não vi que não seja nas Cartas Educativas dos outros Concelhos mais pequenos que o nosso. E quando chegar ao limite mínimo, quando chegar esse limiar, sabem o que vai acontecer? As crianças desses Concelhos, os pais das crianças vão pegar nas crianças e vão levá-las para outro lado. E para onde é que nós queremos que eles as levem? Para a Guarda, em vez de ser para Viseu, com todo o respeito. Para a Guarda, em vez de ser não sei para onde. Para a Guarda. Ou muito me engano, ou vamos voltar aqui a um tempo de má memória em muitas coisas, mas que reflete um estado de concentrar muito do sistema educativo. Lá está. Onde? Nas capitais. Sejam elas de Distrito ou de sub-região. E eu, sob a minha palavra, eu não desejo anda que se esvaziem os Concelhos à volta, bem pelo contrário. Como não desejo que as Freguesias se esvaziem, bem pelo contrário. Mas é a roda. E o que me deixa impressionado é esta previsão. Nós temos que fazer tudo para contrariar esta previsão. E tudo aquilo que pudermos, sinceramente, e eu não é por estar aqui, não está cá nesta qualidade, naturalmente, a senhora Presidente do Agrupamento da Afonso de Albuquerque, mas de todas as outras pessoas que fazem parte deste setor tão importante para as nossas sociedades, acho que vale a pena. E o Município da Guarda vai fazer esse debate. Não é para pivotar nada. É para lançar... Aqui fica lançado. Nós vamos lançar este debate. É claro que vamos encomendar, por ventura, vamos pedir aí a alguma Universidade com quem temos contacto, que nos ajudem a responder a esta pergunta. A esta pergunta que eu acabei de fazer. Como nós podemos ser... E a mim, no outro dia, alguém me dizia: olhe, com um sistema de transportes, ir buscar os alunos

à sexta, e à segunda e à terça. E eu disse: se for isso, que seja. Em nome deste contrariar estas terríveis previsões. E, meus amigos, concentremo-nos em contrariar estas previsões do futuro que são negras e deixemo-nos das lamúrias sobre o passado. Não nos interessam para nada. É verdade. Mas é verdade. Senhor Vereador repare, eu, a mim, sob o ponto de vista político, chegava aqui: ora bem, deixa cá ver desde que eu cá estou e tal. Como eu não cantei glória pelo facto do Politécnico nestes três anos ter subido, mas teima-se em dizer que desce, também não canto derrota porque eu aplaudo a primeira, lamento a última e não me conforta nos primeiros, nem me desconforta nos últimos, desde que a gente olhe para o futuro. E foi por isso que nos esforçámos por ter este diálogo na Carta Educativa. É um desafio. Talvez o maior desafio. O outro, em matéria da economia direta e objetiva que é preocupante. Reparem. Nós vamos ter a plataforma daqui por quatro, cinco anos. Mas o terminal ferroviário ficou deserto. Ou melhor, concorreu uma empresa que depois não entregou lá o diabo dos papéis. Eu já pedi ao Presidente da IP, que tem-no estado a ajudar, porque eu não percebo, se vai ser uma coisa importante, porque é que, então, o terminal ferroviário, de que eu me disponho a investir lá, pouquinho, porque é preciso pôr aquilo a funcionar para pôr os comboios aqui a trabalhar. Esse é um grande projeto que a Guarda tem que além-fronteiras, além muros, o que quiserem, não podemos perder esta capitalidade em termos ferroviários. É uma questão estratégica. E este é um grande desafio. É claro que é tudo muito importante tudo o que falámos, mas este é um desafio que me impressiona, me impressiona mesmo. E, por isso, acho que nos devemos sentir todos convocados, todos mobilizados para, à nossa maneira, podermos dizer ou podermos aportar para este tema, aquilo que nós consideramos mais adequado. Obrigado, senhora Presidente.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Sim, senhor Deputado Henrique Monteiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ora, eu até começava aqui por uma constatação do senhor Presidente, de que a cozinha do Centro Escolar de Gonçalo nunca foi usada. E nunca foi usada porque há um apoio de retaguarda, por parte das famílias, àquelas crianças. Elas têm a facilidade de, ao terem a escola no meio em que têm a família, vão tomar as refeições a casa, dadas pelos avós, pelos pais, por outros familiares. Eu queria fazer aqui uma declaração de interesses. Eu, na educação, e recorro aqui a uma metáfora, prefiro as lojas de bairro por oposição aos hipermercados. Não concordo com os megacentros escolares e claramente que discordo das escolas básicas integradas. Aliás, ao fim de vinte anos, elas não vingaram no nosso sistema educativo, enquanto infraestruturas escolares. No que respeita à revisão da Carta Educativa, não há muito a dizer, do ponto de vista formal do documento. É um documento que, do ponto de vista técnico, cumpre aquilo que são os princípios organizativos de qualquer documento deste género. Faz uma análise dos indicadores demográficos e da sua evolução ao longo dos anos e outros dados considerados relevantes para fundamentar este documento. Portanto, está bem estruturado para terminar numa proposta de organização da rede escolar. E aqui é que está o cerne da questão, na nossa opinião. Portanto, ao longo das páginas são também enumerados alguns princípios, que são inquestionáveis e comumente aceites dada a sua natureza universal como, por exemplo, a importância que a sociedade deve atribuir à educação, como fator determinante para o sucesso da escolarização ou também a referência ao apoio que toda a comunidade deve dar a essa mesma educação. Porém, há um princípio que não está presente de forma implícita, ou melhor, não está presente de forma explícita, mas de forma implícita ele aparece nesta revisão da carta educativa, que é quando passamos para o campo da sua operacionalização, ou seja, da reorganização da rede escolar a que, supostamente, este documento deveria dar o suporte técnico. Mas eu acho que, aqui...” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado esgotou o seu tempo. Portanto, peço-lhe que seja breve.”-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu acho que isto é demasiado importante para a gente aligeirar a discussão.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, mas o senhor tem tempo e quem decide se lhe dá mais tempo, ou não, sou eu. Portanto, seja breve.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu digo que há aqui um princípio de ditadura financeira aplicada à educação. Estou a referir-me, então, à proposta de encerramento das escolas dos bairros da cidade e à acumulação dos alunos na C+S de S. Miguel, numa dita escola básica integrada, juntando os alunos mais pequenos do Primeiro Ciclo, com os mais velhos até, portanto, ao Terceiro Ciclo. Aliás, também este documento refere aqui o encerramento de duas escolas que já se encontravam encerradas antes... propõem o encerramento de duas escolas que já se encontravam encerradas antes da aprovação do próprio documento. No caso das escolas de bairro, isto também é um bocadinho como a história da pescada, antes de o ser já o eram, e toda a gente sabe que esta situação já circulava na comunidade educativa há muito tempo e antes da revisão da Carta Educativa estar concluída. Portanto, agora veio-se-lhe dar suporte técnico quando aqui claramente que há uma opção política. E quando digo que há um princípio de ditadura financeira aplicada à educação, estou a referir que é mais barato gerir, manter e equipar um edifício escolar, do que quatro. Mas isso não é o melhor para ao crescimento e desenvolvimento das nossas crianças do ponto de vista da sua formação e instrução, como também não o é do ponto de vista...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado vai terminar porque já ultrapassou em dois minutos o seu tempo.”-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... da socialização e da manutenção do suporte familiar de retaguarda, que também há pouco o senhor Presidente referiu, dando o exemplo da cantina de Gonçalo. Eu vou terminar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Rapidamente, senão eu mando-lhe desligar o microfone. Vai-me desculpar, mas não fala mais.”-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu também sou defensor de que façam contas e que haja rigor nas contas, mas não neste caso. Estamos a empurrar crianças dos bairros da cidade para um ambiente escolar menos favorável ao seu desenvolvimento e onde a conflitualidade entre pares aumenta na exata medida em que aumenta o número de alunos. Sei que as escolas mais procuradas da cidade são aquelas que tem quatro salas, porque são as de dimensão mais adequada para as idades das crianças que frequentam o Primeiro Ciclo. Podiam também as escolas de Alfarazes e do Bairro do Pinheiro evoluir para esse formato, criar Centros Escolares de quatro salas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, terminou a sua intervenção, se não se importa.”-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...em vez de estarmos a caminhar para os megacentros escolares.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Henrique Monteiro, terminou a sua intervenção. Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz. Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu ganhei mais esperança depois de ouvir o senhor Dr. Álvaro Amaro, depois de ouvir o Professor Henrique Monteiro e li esta Carta Educativa do Município da Guarda com a ideia de que a Carta dá como adquirido o despovoamento. Vamos morrendo aos poucos e vai deixar de haver escolas. E depois deixa de fora qualquer hipótese de reorganização curricular das escolas, assim como não equaciona a possibilidade do IPG contribuir de forma marcante para a alteração do paradigma tecnológico do Concelho e região invertendo, deste modo, o sentido dos movimentos migratórios. Portanto, nós temos que acreditar que as escolas podem ser um elemento inversor, digamos assim, um elemento que pode travar o despovoamento e que pode criar novas condições. Claro que não é só a escola, tem que ser toda a sociedade, a política de desenvolvimento nacional, do estado central, das Autarquias tudo isto tem que contribuir. Eu, no sábado passado, estive em Mirandela e tive numa escola que é uma escola agrícola e fui convidado pelo Diretor da Escola a ir lá visitá-los. E vou lá visitá-los. Até porque eu fiquei ganho para a necessidade de ir lá ver como é que eles estão a funcionar. Porque é preciso ir à procura de escolas modelares que possam dar esperança a um concelho. Ali, naquele caso, em Mirandela, que eu já ando para lá ir há não sei quantos anos, porque Mirandela deu apoio tecnológico aqui à promoção da seda e depois de ter cá vindo o nosso Presidente da China, que veio à procura da rota da seda e, portanto, há esperanças de que com outra organização das escolas, outra organização curricular, até porque neste dia quinze passado, estive lá o nosso Ministro da Educação, que falou muito bem e que provavelmente nós podemos, conduzindo bem a nossa luta, levá-lo a defender as escolas como elementos de desenvolvimento regional. E disse.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado João Prata, faz favor.”-----

- **Deputado João Prata (PSD):** “Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Queria dizer que subscrevo inteiramente as palavras aqui veiculadas pelo senhor Presidente da Câmara, em relação à Carta Educativa. É um trabalho interessante, muito válido. Por sinal, e é uma postura política deste Executivo, é que a equipa que fez a primeira edição da Carta Educativa, da primeira geração como assim é uso dizer-se, foi exatamente o mesmo gabinete ou a mesma empresa que foi escolhida por este Executivo Municipal para, naturalmente, dar seguimento a esse trabalho. Se é positivo, ou negativo, de qualquer maneira, nota-se aqui uma orientação política. Se estava bem feito, se foi um gabinete que deu boas provas, então, pois, contrate-se novamente o mesmo gabinete para que possa dar origem e deu origem à segunda Carta Educativa e dizer que praticamente devemos ser dos primeiros Municípios do País a concluir a Carta Educativa. Há uma primeira versão e agora há uma segunda versão, como está a ser feita um pouco por todo o País que é uma exigência do Governo central. E, por sinal, quando nós falamos muito em reforço do poder local, é o poder central que legisla a necessidade de haver uma Carta Educativa para os investimentos, é o poder central que legisla para que haja o Concelho Municipal de Educação quando, efetivamente, e novamente estando de acordo com o senhor Presidente, estamos muito preocupados com o despovoamento, com esta questão da redução do número de alunos mas, normalmente, e olhando ao copo meio cheio, o que nós temos que estar preocupados, enquanto cidadãos, e neste caso enquanto Autarcas e enquanto eleitos, é o que é que podemos nós fazer, o que é que nós podemos contribuir para que a nossa vida, mesmo com menos pessoas, e neste caso menos crianças e menos jovens, o que é que nós podemos

contribuir para que a vida dessas crianças e desses jovens nas escolas e também já agora dos professores e dos auxiliares, possa ser melhor e possa ser mais qualificada e possa ser aquilo que dizia o senhor Presidente: como é que nós conseguimos fazer da educação um tema interessante para atrair população para a nossa região. E aí sim é que está a questão principal. A resposta, ou pelo menos um dos indícios da resposta à questão colocada pelo senhor Presidente da Câmara é essencialmente assim: como é que nós podemos ajudar os professores a melhor cumprir a sua função de professores, agentes de ensino, mas também agentes de educação. É essa a resposta que nós temos que dar e aí, senhor Presidente da Câmara, contará seguramente com a Junta de Freguesia da Guarda, mas com todos os Autarcas, mas também com todos os cidadãos e fez muito bem esse desafio porque, hoje em dia, as escolas são muito diferentes do que eram anteriormente. Hoje em dia as exigências são cada vez maiores e aqui, sem querer entrar nem criar réplica com o Senhor Deputado Henrique, somos professores, com o senhor Deputado Henrique Monteiro, dizer-lhe que, sim senhor, muito bem às escolas pequenas, mas nós temos que ajustar claramente os estabelecimentos de ensino às exigências dos tempos vindouros, não dos tempos passados, mas dos tempos vindouros e aí a tecnologia e aí as outras ofertas, dentro do espaço escolar, têm que estar presentes. E com isto, nem de longe nem de perto, quero dizer que não concordo com a sua asserção quando refere que megas agrupamentos com duzentos, trezentos alunos é capaz de ser demais. Mas não deixo de reconhecer que a Carta Educativa da Guarda, nesta segunda versão, e olhe que eu fui um crítico em relação à primeira versão da Carta Educativa nesta mesma sala, em relação às propostas que fizeram na altura porque, na altura, justificava-se claramente a luta por outro Centro Escolar na Guarda que não apenas aquele que temos, neste momento, na Sequeira, na ex-Freguesia de S. Miguel da Guarda. Dizer que na altura justificava-se. Hoje, por aquilo que se passou na evolução demográfica, provavelmente, como diz o senhor Presidente da Câmara, já não se justifica gastar esse dinheiro aí. Justifica-se qualificar os espaços que lá temos, sem dúvida nenhuma. Eventualmente, não vejo mal, a sugestão adiantada pela Carta Educativa no sentido do aproveitamento da Escola Básica C+S de Miguel, para aí ser transformada também numa escola do Primeiro Ciclo com condições, não aquilo que lá está. Quero dizer, se é para mudar os alunos para aquilo que está, estarei de acordo consigo, não valerá muito a pena. Mas se qualificarmos aquilo que está, então, aí sim, valerá a pena possibilitarmos essa oportunidade. Basta visitar uma das escolas, não direi todas, mas uma das escolas que aqui é mencionada na Carta Educativa e veremos que não será o mais correto aquilo que existe, neste momento, na Guarda. Mas, não quero entrar em polémica. É apenas uma conversa, diria, até, mais do que Deputados, mais como professores. Mas não vem aqui ao caso agora isso. Mas dizer, senhora Presidente, senhor Presidente e senhores Deputados, que a realização da Carta Educativa é um passo importante porque nos dá uma dimensão daquilo que é o nosso futuro quase presente, próximo, e é a partir daí que se podem tomar decisões. E, as decisões que estão adiantadas, não são decisões últimas, é preciso que se note que a Carta Educativa não diz o que se tem de fazer. A Carta Educativa pré anuncia e depois cabe ao decisor político tomar a decisão, obviamente em acerto com aquilo que são os interesses da comunidade, não com este setor ou aquele setor de educação, mas com o interesse da nossa comunidade que é o nosso concelho, que é a nossa cidade da Guarda. E, verdade seja dita, senhor Presidente da Câmara, ainda sou do tempo que estudava aqui no Liceu da Guarda, ou na Escola Secundária Afonso de Albuquerque, como agora se diz, e que vinham muitos alunos de fora da Guarda, do resto do Distrito. E depois também ainda tive oportunidade de assistir ao retorno desses mesmos alunos, ou à permanência desses alunos nos seus Concelhos. E, pelos vistos, vou ver exatamente o movimento inverso e, quanto a isso, bem sei que a gente não tem que disputar os alunos dos outros Concelhos mas, senhor Presidente, outros Presidentes de Câmara estão exatamente a pensar o mesmo e não é preciso

ser Presidente de Câmara para não deixar de pensar exatamente assim. Qualificar a nossa oferta educativa é meio caminho andando para podermos receber e acolher mais jovens, mais crianças do Pré-Escolar ao Ensino Superior. Neste caso ao Ensino Superior Politécnico. E notem que o Ensino Superior Politécnico é a verdadeira e principal indústria que nós temos aqui na nossa cidade e vamos conseguir manter e até aprofundá-la e há um trabalho a fazer com os alunos que cá estão, sejam eles portugueses, sejam os que vêm de fora e há um trabalho a fazer com os encarregados de educação, com os pais dessas crianças que já são jovens, já são adultos, não são crianças portanto, mas há um trabalho a fazer com os pais desses adultos que nós podemos eventualmente equacionar. E, em relação à sua questão, senhor Presidente, dizer-lhe que esta Câmara Municipal, no anterior mandato fez, neste caso era o senhor Vereador Vítor Amaral o responsável pela Educação e aqui aproveito também para o cumprimentar, tal como à senhora Vereadora responsável pela Educação, a senhora Professora Lucília, dizer, senhor Presidente de Câmara, e bem, que nós requalificámos os edifícios escolares do Primeiro Ciclo nesta cidade, uma boa parte deles. Já tinha sido feito, também num anterior Governo Socialista, sem dúvida nenhuma, mas também foi feito neste mandato. Houve novos equipamentos e fundamentalmente esta Câmara Municipal, nestes dois mandatos, fez algo que foi mágico para os professores, para os pais e para a cidade que foi o Congresso das Cidades Educadoras, um movimento muito bonito, uma grande organização da nossa Câmara Municipal e que, seguramente, levou para bem longe o nome da Guarda também na área da educação e é isso que é de saudar. Dizer, senhor Presidente, que pode contar, e os senhores Vereadores e particularmente a senhora Vereadora Lucília, para responder à questão: como é que nós, enquanto cidadãos e, neste caso, também enquanto Autarcas, podemos colaborar para realmente melhorar a oferta educativa da nossa cidade, do nosso Concelho. Na minha opinião, passa muito por responder à pergunta: o que é que eu posso ajudar mais aos senhores professores e aos agentes que gerem as escolas e os estabelecimentos de ensino, dizia eu, como é que eu posso ajudar a melhorar o trabalho, o árduo trabalho que os professores têm em cada uma destas salas de aula desta cidade. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Agostinho.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Muito rapidamente, que já vai longa esta Assembleia e para não estar a maçar. Mas, de facto, relativamente à Carta Educativa, há questões que nos devem preocupar a todos. Aliás, os números demográficos que esta Carta nos revela, são arrasadores. E, às vezes, infelizmente, olhamos para estes números como as previsões relativamente à escassez de água ou do aquecimento global do planeta que: isto já não nos afeta a nós, isto é lá para dois mil e vinte e qualquer coisa. E, portanto, temos a tendência a não olhar, com rigor e com preocupação, para estes números. Mas, de facto, eles são preocupantes. E por isso é que, naquilo que fomos dizendo, entendemos que estas políticas de fixação de pessoas, de incentivos à natalidade são importantes mesmo por cá. E não devemos logo cruzar os braços e dizer que isto não é competência nossa. Claro que também é competência nossa e devemos ter essa capacidade e devemos tentar lutar para inverter estas previsões porque são, de facto, arrasadoras. Em termos locais, a Concelhia do Partido Socialista promoveu um debate sobre a educação. Que educação queremos para a Guarda. Quer dizer, não tivemos para lá muito aparato, de Roll-up sem grande aparato, mas debatemos. Debatemos. E, de facto, a maioria das pessoas presentes, professores primários, educadores de infância, pais, manifestaram-se contra estes mega-agrupamentos, ou estes centros escolares. E, portanto, vemos e aplaudimos este inverter de pensamento relativamente ao Centro Escolar e digo isto com sinceridade, não estou aqui, de modo algum, a

ser irónico, nem a querer criar aqui qualquer tipo de aproveitamento político. É verdade que se, na altura, o pensamento era um, ainda bem que o pensamento se inverteu porque de facto não faria qualquer tipo de sentido. E isto levava-nos num caminho de votar favoravelmente esta Carta Educativa. A questão, depois prende-se aqui com outra questão. E, daquilo que foi manifestado, nesse debate, a maioria dos presentes olha com muito bons olhos para as escolas de bairro, de proximidade, em que o ambiente é um ambiente diferente. Obviamente que não podemos manter escolas com vinte alunos. Isso até para os próprios alunos não é benéfico em vários níveis. Agora, há aqui uma questão quanto à Escola do Bairro da Luz que tem oitenta e duas crianças. E, portanto, não nos parece um número que permita fechar a Escola. Há escolas, no centro da cidade, que têm o mesmo número de alunos e isto deixa-nos um pouco na dúvida se realmente é para fechar já, se não é para fechar, como é que esta questão aqui vai ser debatida. Daquilo que percebemos, será para fechar. E, neste ponto, somos contra o fecho de uma escola que, neste momento, tem oitenta e duas crianças e é uma escola de bairro, onde se fomenta e se pratica essa tal proximidade em que o ambiente escolar é diferente. E, por tudo isto, acreditamos que... e estes números, repito, da Carta Educativa são preocupantes... é que nós, por cá, devemos ter essa atenção em prosseguir políticas que possam combater este fenómeno e, por isso, não podemos dizer que não é responsabilidade nossa. Claro que é responsabilidade nossa. Se podemos muito ou pouco, só tentando é que percebemos se conseguimos muito ou pouco mas devemos tentar e aquilo que dissermos, relativamente a essas políticas, reflete-se aqui, reflete-se nisto. E, por isso, é que alertamos para esta questão. Mais uma vez, não falamos por falar. Podemos discordar, mas aqui está o motivo pelo qual falamos nessa questão da fixação de pessoas porque temos que combater estes números de demografia, ou estas previsões de números de demografia porque são, de facto, assustadores. Portanto, acabamos depois por concluir que afinal, essa preocupação, por parte do Executivo, existe. Afinal, esse diagnóstico está feito e é feito e, portanto, entendemos que o Orçamento, então, também deve olhar para estas questões e preocupar-se. Tentar. Depois, se conseguimos muito ou pouco, só tentando é que percebemos se conseguimos ou não. Obrigado.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro. Faz favor.”-----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Obrigado senhora Presidente. Realmente, não é nada que já não soubéssemos que, mais cedo ou mais tarde, estaríamos aqui a falar do que daqui dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta anos, irá acontecer. Contudo, as políticas dos agrupamentos é género as políticas de agrupar a justiça, agrupar a segurança, agrupar os serviços públicos. É algo que já é normal. Agrupar para poupar, segundo o PS em outros tempos, segundo o CDS/PP e segundo o PSD. Foi essa política. Com troika, sem troika, era essa a política para as zonas que agora lhe chamam de baixa densidade. Qual baixa densidade? Sempre tivemos pessoas. Fizeram foi com que deixássemos de ter mais pessoas. E contribuíram, estes três que passei a citar, para isso. Uns mais do que outros, é óbvio. E, nos últimos anos, então, uns mais do que outros. Com isto dizer, senhor Presidente, que há pouco alguém aqui foi apresentar e falou de políticas de apoio à natalidade. Pois é. Sem políticas de apoio à natalidade, sejam centrais ou locais, é óbvio que não vamos contrariar a falta de crianças. É óbvio que não vamos contrariar, se não houver políticas de fixação de pessoas. Ó senhor Presidente, 2019, o senhor Presidente falou aqui que está pronto a vestir o colete? Ó senhor Presidente, eu estou com coletes a toda a hora. Vamos lá, em 2019, vestir uns coletes e vamos contestar. Vamos contestar. Tem esperança, senhor Presidente? Eu também tenho esperança. Mas, olhe, senhor Presidente, deixe-me que lhe diga que eu, relativamente à Carta Educativa e a todas as outras questões, tenho já esperança e não vou falar em alemão, não é que os jornalistas, que alguns sabem, não vou responder em alemão.

Vou responder em português. Esperemos que, em 2019, se comece logo a pensar numa Europa diferente e, depois, num País, lá para outubro, que continue a repor ordenados. Que continue a repor esperança e, ao mesmo tempo, que continue ainda a dar-nos alguma matéria para que esta questão, daqui a trinta anos, não seja totalmente verdade. E, por isso, despeço-me independentemente das ideologias, nesta época, com Boas Festas para todos e para todas, desejando, claramente, um ótimo 2019, mas que, como devem compreender, que tenha uma pintinha de sorte política lá para a minha veia de esquerda. Muito obrigado.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém para intervir, pois não? Senhor Presidente. Faz favor.”-----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Só para deixar aqui duas notas, de duas ou três inquietações que aqui houve. Nomeadamente na história do encerrar escolas. Houve um grande economista português que, não vale a pena dizer-vos o nome, mas é considerado dos melhores macroeconomistas portugueses que, aqui há muitos anos, dizia que o difícil não é encerrar escolas, o difícil, difícil, era implementar, claro que eu, na altura, era macroeconomista em oposição ao Governo, era implantar políticas públicas. Era e infelizmente ainda é. Implementar políticas públicas que levassem a que as pessoas lá estivessem e, por isso, as crianças tivessem. Logo, não se fechavam escolas. Este vosso humilde Presidente da Câmara disse que, quando houve alguém que... ia dizer uma coisa, mas não era politicamente correto... mas alguém que inventou, que criou, que publicou, que fez publicar uma Lei, acho que ainda está em vigor, que dizia que as escolas do Primeiro Ciclo, não era? Ou Ensino Básico com menos de vinte um alunos tinham que encerrar. Era uma Lei da 5 de Outubro. Também não interessa quem foi o Ministro que a fez. Pronto. Vamos... eu tenho que acabar isso em coerência. Não interessa. E eu, um dia, disse em direto num Telejornal que eu só permitia que fechassem escolas, com ou menos de vinte um alunos, só por cima do meu cadáver. Uma escola tinha doze alunos. Essa escola. Doze. E o jornalista disse: mas o senhor diz isso em direto? Digo isso e digo muito mais. Porque, infelizmente, esta referida escola... os autarcas queriam a escola, os pais queriam a escola. Era uma escola digamos, de bairro, transportado para a imagem aqui da nossa cidade. E eu disse o problema é que, infelizmente, esta escola, daqui a dois, três anos fecha por si. Era fácil de perceber. Era falar com os doze pais e ver qual era a oferta de ensino local. Como é evidente, fechou. Fechou dois ou três anos. Mas tive que ter um combate ideológico, à época. Ideológico. De modo que meus caros, eu costumo dizer que sou a pessoa mais fácil de convencer desde que não esteja convencido. Acho que isto acontece com todos, não é? E há coisas em que eu tenho humildade de não perceber patavina e, por dever de ofício, tenho que perceber alguma coisa, ou que me expliquem alguma coisa. Eu nunca consegui perceber. Nunca consegui perceber, mas eu prometi que não quero falar nada do passado, mas não consegui perceber se se faz uma carta educativa que é o farol e se uma carta educativa assenta em perspetivas atuais, resultantes dos estudos que se fazem e das perspetivas para o futuro, como é que se construíram três centros educativos, na Guarda, desta maneira. Não consigo perceber. Por isso, meu caro, a cozinha que não precisava ser utilizada, então, ok, se havia um bom serviço de retaguarda, não se fazia. Tão simples quanto isso. Infelizmente, nunca foi ocupado. Infelizmente não vai ser. Mas eu não inventei as perspetivas. E eu, que sou, por isso, a favor da chamemos-lhe da escola de mais proximidade, foi com base nisso e em coerência que nós fizemos um trabalho, deixem-me dizer notável, de levantamento com o apoio das escolas. Eu sempre elogiei os professores na Guarda, mas não é politicamente correto. Honestamente, eu nunca encontrei aqui, na Guarda, por parte do corpo docente e dos responsáveis, ninguém a ser parte do problema. Deve haver. Provavelmente. Mas, toda a gente, como parte da solução. Sinceramente. Não pensem que estou a dizer isto por simpatia, não é. É porque realmente,

independentemente de críticas e de opiniões diferentes, eu acho que daí, da discussão, nasce a luz. A verdade, meu caro Deputado João Prata, senhor presidente da Junta da Guarda, eu não sei se se investiu muito no passado nas escolas básicas da Guarda. Eu não faço ideia. O que sei é que sei, que passados pouco tempo de cá estar, no inverno, logo no primeiro inverno, fui aqui à escola, muito bonita e muito querida, Adães Bermudes, que toda a gente gosta. E eu disse, comigo nunca mais acontece isto nesta escola. Nunca mais. As crianças queriam ver o Presidente da Câmara. Eu senti-me orgulhoso, honrado. Os miúdos saltavam. Um até me veio dizer: olhe, o meu pai não votou em si. E eu disse: fantástico. As eleições tinham sido há pouco tempo. Um miúdo, palavra de honra. É uma história que eu nunca mais... Não, o meu pai não votou em si. Mas foi um miúdo que me veio dizer e eu achei uma coisa deliciosa porque houve logo outros que disseram: mas o meu votou, o meu votou e tal. Estava a choviscar, aquela chuvinha que molha... que nos molha, não é? E os miúdos estavam ali, a choviscar, porque estava lá o Presidente da Câmara. Eu jurei, a mim mesmo, que isto não podia acontecer. Como fui ao Bairro da Luz, ao Jardim Infantil, os miúdos não tinham uma coisa para brincarem. Eu nunca vi, não levem a mal. Gastámos quase 1 milhão de euros a fazer investimento, economicamente maus, porque a maior parte delas vão fechar naturalmente. Mas, socialmente justos. Porque até fecharem as outras e, por isso, essa questão de falar do Bairro da Luz que tem oitenta crianças, estejam descansados. Como disse o Professor João Prata, se a Carta Educativa aponta, até provem em contrário, e bem, não há ideologia aqui. Não sei quem é que falou, não há mesmo. Honestamente. Eu quis manter a mesma equipa e não fui eu que dei orientações. Devo até dizer-vos que, a uma altura, a equipa, o que é também é normal nas equipas de consultores, me disse... é verdade, o senhor Vereador Vítor e a Senhora Vereadora, podem dizer: olhe, diga lá o que é que o senhor pensa. Eu disse: eu não penso. Eu quero é que os senhores digam o que é que os senhores pensam para ver se nós, depois debatemos isto, concordamos. Sinceramente, a opção por requalificar a Escola de S. Miguel foi uma opção discutida, quando ela estiver requalificada, aí sim, devem então fechar as tais outras escolas que estão referenciadas. Mas a grande opção foi, e aí nós gastámos os quase 700 mil euros de FEDER, salvo o erro, aliás, algumas ainda estão a decorrer, ou adjudicámos a toda a hora, esgotamos, de resto, esse plafond. Não fizemos mais nada em relação à questão do tal Centro Educativo. De modo que, o que vai acontecer é que há uma escola que há de ser requalificada. Por isso, como foi dito e bem, se e quando for, ou seja, nos próximos dez anos implementaremos a Carta Educativa de modo a requalificar infraestruturas e, depois, eventualmente, encerrar algumas outras. Eu estou absolutamente convencido que ainda hoje, como no passado, os pais e eu tenho essa experiência pessoal e política, os pais desde que lhes garantam as melhores condições para as suas crianças e as condições não apenas de socialização, como de aprendizagem, de tudo... podem os avós até querer a escolinha dali mas claro, se não for dali para acolá, se for para acolí, que é o que nós estamos a fazer. Ou melhor, foi esta a opção e, a meu ver, correta. De maneira que fica, por isso, senhora Presidente... eu sei, como disse o senhor Professor João Prata e como todos disseram: bom, o que é que podemos fazer, o que podemos ajudar, os debates que pode ter havido. São sempre muito importantes, é tudo muito importante. Vão por mim que eu não vos engano, como diz o povo. Há, todavia, uma pergunta sacramental nisto, independentemente de todos os debates que possamos fazer. Honestamente. Ou muito me engano ou nós temos que requalificar o nosso parque educativo porque isso atrai, dentro daquela lógica do que eu disse. Por ventura, redefinir uma rede de transportes de absorção como há bons exemplos, seja à sexta, seja à segunda e eu estou totalmente disponível para isso. Mas eu preciso que alguém que saiba disto, muito mais do que eu e é o que mais há, porque eu não domino de responder àquela pergunta: como tornamos o Município da Guarda mais competitivo na absorção? Eu sei responder a isso, a algumas coisas. Todos nós. Se me fizerem a

pergunta, eu digo já uma ou duas coisas. E todos nós dizemos. Eu acho que nós temos que, aqui, e eu não gosto muito do plano estratégico... tem que ser, às vezes. O PEDU, não é? Aquela coisa que ainda há bocado falámos. Olhe que eu não fazia assim, foi porque me obrigaram, está a ver? Foi lá uma imposição do Governo anterior, está a ver? Mas gosto mais do plano de ação concreta, das ações. Agora, as ações devem estar concertadas. Ação a) é para isto e custa «x». A ação b) é para isto e custa «x». E, já agora, monitorizado. É isto que eu quero. Ou melhor, é isto que eu desejo. E para isso era importante o aporte de todos independentemente, como disse, dos bons debates. De modo que, moral da história. Nós vamos requalificar mais o parque escolar. Na reprogramação do PEDU, eu deixo, depois de aprovar a Carta Educativa, de ter sinalização de 500 mil euros para isto, tem que ter é um reforço para a requalificação desta escola e, por isso, vamos ter ainda muito tempo e, oxalá, que quando estivermos no ponto de a requalificar para receber esses alunos, oxalá que nós estejamos em condições de ter feito tudo, nós e os Governos da República, de contrariar estes números que, de facto, são assustadores. Mas vêm na linha do que já tem acontecido, o que nos deixa preocupados e acho que devemos mobilizar-nos para isso. Obrigado, senhora Presidente, e por isso desejo-vos do fundíssimo do coração que nós, na Assembleia Municipal de fevereiro, sejam em que outras Assembleias municipais quais forem, de nove horas, de dez horas, com um Regimento assim ou um Regimento assado, eu sei que sou um chato, como eu disse, mas, minhas amigas e meus amigos, eu não resisto nunca e é do meu ADN, não levem a mal, nunca se cansem, mesmo nas críticas, mesmo na dialética política, mesmo na luta política porque é isso que enriquece a democracia. A mim, o que me custa mais, é ouvir dizer que, às vezes, nas Assembleias Municipais não sei quê... já é assim em muito lado e eu já ouvi isso. Nós podemos discutir coisas, às vezes, aparentemente fúteis, mas podemos sempre divergir e isso é que enriquece a democracia. Podemos... mas ó senhor Deputado, eu não percebo como é que o senhor levanta os braços com ar de espanto! Ó Homem, ainda o senhor andava de... posso dizer? Posso dizer de coeiros? Ou ofende a coisa? Não, ainda o senhor andava de coeiros. Isto pode-se dizer não pode? Senhora Professora? Pode. Então vá. Ainda o senhor andava de coeiros, já eu andava a malhar no ferro. Por isso, está a ver? Mas, como eu sou um homem pela intergeracional, eu gosto muito da irreverência dos jovens, sinceros, politicamente corretos, com a experiência dos menos jovens e é isto que nos enriquece na Guarda. Agora, cada um carrega o testemunho que tem. Carrega a experiência que tem e por isso como, de resto, disse ontem, no Fora da Caixa, digo hoje dentro da caixa. Eu posso tornar-me chato mas sou absolutamente convicto. Convicto. Mas eu mudo facilmente se for preciso e humildemente reconheço o erro se for preciso. Nomeadamente, se comparado com quem? Com as situações que estão anteriores e as perspetivas de futuro e, mais do que isso, faço tudo para nos mobilizarmos... A Guarda é desafiante. Mas a Guarda viveu, anos demais, entrincheirada. Olhem o que eu vos digo. E não é agrupar para poupar. Não é nada disso. Bem pelo contrário, meu caro Marco. É afirmar a Guarda com uma grande capitalidade. Esse era um desejo histórico. Está na história do nosso papel histórico. Aí o nosso amigo Aires Diniz, pode-nos ajudar a verificar isso. Só que a história não se repete e nós hoje temos outros métodos de combate para continuar a fazer a história. É isto que eu tenho feito. E é isto que, onde quer que nós estejamos, devemos continuar a fazer. Um Santo Natal para todos e um grande 2019 para todos e também para Guarda.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos então à votação deste ponto sobre a Carta Educativa.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.14 - Discussão e votação da proposta de Revisão da Carta Educativa do Município da Guarda.-----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e oito votos a favor, dez abstenções e dois votos contra.

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto. Muito bem. Mas Declaração de Voto. A Declaração de Voto, se me permitem, não estou aqui para ensinar nada a ninguém, mas é a justificação do modo como se votou. É isso, não é? Se é isso, é isso que eu vos peço que façam nas Declarações de Voto, ou seja, que venham dizer porque é que votaram daquela forma. É isso senhor Deputado? Muito obrigado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sem contar o tempo, eu só queria referir que nós passámos aqui muito tempo a discutir questões, às vezes muito de natureza até político partidária e que não houve o rigor que há num tema tão importante como este, que é o da educação...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, nem vamos discutir isso a esta hora do dia. A grelha de tempos está fixada para todos os tempos. Isso é ponto assente. E, portanto, a gestão dos tempos cabe a cada um de vós. E eu espero que não venha, na Declaração de Voto, ler o resto do que ficou por ler porque eu não vou deixar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não sei, senhora Presidente, depende. Eu quero é justificar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto, então justifique lá porque é que votou. Muito obrigado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Portanto, o nosso voto não é contra a organização do documento, mas contra uma decisão que, para nós, não é técnica, é política e que é o encerramento das escolas de bairro. E nós sabemos que, na Guarda, as escolas mais procuradas, mesmo não tendo os espaços totalmente cobertos, como a Adães Bermudes, são aquelas que são mais procuradas. Esta decisão, portanto, vai fazer com que os pais passem a ter, todos os dias, situações de incomodidade porque os filhos que poderiam ir a pé para a escola, ou podiam ir tomar a refeição em casa, vão deixar de o fazer, para além de criar uma situação de conflitualidade no trânsito, de stress, sobre os próprios progenitores. Eu lembro que, e o senhor Deputado Agostinho veio dizer que concordava com a decisão de não criar ou construir o Centro Escolar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu pedia-vos, por favor, que deixassem intervir.”-

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... efetivamente, não se vai construir um Centro Escolar de raiz. Mas vamos criar, na prática, um Centro Escolar que, mais do que Centro Escolar, é uma escola básica integrada, que junta alunos desde o Primeiro ciclo ao Terceiro Ciclo. E eu, aqui, queria deixar um desafio ao senhor Presidente. Senhor Presidente, o dinheiro que vai ser alocado à C+S, seja gasto na requalificação e criem-se pequenos Centros Escolares de quatro salas, com os espaços adjacentes necessários e que fazem parte, hoje, de uma escola que se quer moderna e com uma resposta diferente daquela que teve outros tempos. Eu deixava, em nome das nossas crianças e dos pais, deixava este desafio ao senhor Presidente porque eu considero que esta é uma decisão política. E o senhor pode reverter esta decisão.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado, também é Declaração de Voto, senhor Deputado? Faz favor, então, senhor Deputado Agostinho.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. É mesmo uma Declaração de Voto, do alto da minha juventude, obviamente respeitando quem já respirava quando eu, se calhar, ainda estava a ser pensado. Mas é mesmo uma Declaração de Voto. Ó senhor Deputado Henrique Monteiro, mas começando já pela sua declaração e justificando também a nossa abstenção, a nossa abstenção tem mesmo a ver com isso, pelo facto de não percebermos algumas coisas. Perguntámos, mas depois de vinte minutos, ou cerca de vinte minutos, ficámos na mesma relativamente a isso. E são essas dúvidas que temos, e que aqui deixámos, que nos levam a ter esta posição de nos abster e, portanto, era esta Declaração de Voto que queríamos aqui deixar. Obrigado.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem senhor Deputado. Muito obrigado. Temos mais uma Declaração de Voto. Não, é o senhor Deputado Aires Diniz. Que também é Declaração de Voto, acho eu... é... já tinha desejado, por isso é que eu pensei que já não falava mais.”-----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, a minha abstenção é um grito de revolta contra a lógica dos números, que eu não quero aceitar. Eu não ia votar contra os números. Não ia votar a favor dos números. E, portanto, absteve-me pensando num novo mundo, num mundo melhor que é aquele que eu desejo a toda a gente que aqui está e desejo a todos os guardenses e desejo a toda a gente que possa estar a ouvir. E, portanto, é essa a minha Declaração de Voto. O mundo tem que ser melhor. É melhor do que aquele que os números me impõem. Por outro lado, eu tinha ali uma coisa para falar no ponto a seguir e falo já, para terminar. Ou seja, alguém veio ter com alguém, da minha área política, dizendo que há um bairro que está mal limpo. E, portanto, esse bairro é o Bairro 25 de Abril e, portanto, queria deixar este alerta aqui, para não ter que falar no próximo número e para irmos todos embora, que já estamos bem cansados. E disse.”--

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Muito obrigada senhor Deputado. Senhor Presidente, também quer fazer uma Declaração de Voto, é? -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, eu tenho aqui um pequeno problema numa coisa que é demasiado séria...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deixe-me só... é muito, muito rápido, então.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Eu sei. Muito obrigado. Eu sei que é até muito pouco ortodoxo e não vou fazer nenhuma Declaração de Voto. Já me tinha despedido. Mas deixe-me só fazer um desabafo. Esta figura não existe no Regimento, mas vou fazer um desabafo. E, por isso, olhe, fica o meu desabafo. Mas é um desabafo que tem uma consequência. Eu estou disponível, senhora Presidente, para retirar tudo o que acabámos de fazer da Carta Educativa. Eu não consigo entender. Não consigo. Desculparão. Não consigo. Uma Carta Educativa que foi feita pela equipa que fez a anterior. Uma Carta Educativa que foi debatida, debatida, debatida e que foi aprovada por unanimidade no Conselho Municipal de Educação. Ou melhor, em dezanove elementos que o integram, só não votou a favor o elemento do Ministério da Educação dizendo que, sim senhor, elogiou, mas não pode votar e, por isso, se abstém porque tem que analisar a Carta Educativa. De resto, foi votado por unanimidade. Professores, sem ser professores. Todo Conselho Municipal de Educação. Chegámos aos políticos, que somos todos, e dá nisto. Desculpem lá, nem na Educação? Uns abstêm-se porque não sei quê... porque não tiveram respostas. Está tudo aqui, meu Deus! Está tudo aqui. E quem não teve as respostas, eu não sei mais do que está aqui. Outros votam contra, afinal não é por causa do documento, fiquei agora a saber, é por causa de não... Não. É por causa do documento. Porque se o documento diz

que pode haver fechamento de escolas... eu agora não discuto se é um, dois, três. Eu não discuto porque não percebo nada disso. Depois de vos ter jurado, a pés juntos, que eu sou a favor das escolas de proximidade. Eu sou contra, acompanho-o nisso. Mas se os técnicos todos, os Professores e encarregados de educação dizem ao Presidente: olhe, unanimemente, queremos assim. Meu Deus! Eu vou fazer contra aquilo que me dizem? E os senhores querem fazer contra! Eu não entendo. Mas eu, senhora Presidente, agradeço-lhe a sua benevolência. Fica, por isso, o meu desabafo. Mas se os senhores quiserem todos, em nome da unanimidade numa Carta Educativa, porque eu não tenho ideologia nisto. Eu, por mim, se todos e o Conselho Municipal de Educação achar que... agora já todos acham que não é preciso mais um centro Escolar. E bem, pelos visto bem. Agora já todos achamos que foi importante as obras que fizemos nestas escolas. Mas se os senhores acham que devem manter escolas como há, ainda hoje, na área urbana da Guarda que são uma vergonha no século XXI. E só não são porque os professores, e eu não estou a dizer isto por simpatia, digam aos vossos colegas, porque é uma vergonha. Eu envergonho-me. Eu não vou citar nenhuma. Apesar do esforço financeiro que fizemos, eu envergonho-me porque não é justo ter crianças que não têm hipótese de fazerem educação física, por exemplo. É uma vergonha. E os senhores querem manter estas escolas? Eu até cortava o pescoço. Mas eu faço aquilo que os pais, encarregados de educação e professores me disseram. Até que chagámos ao Órgão máximo da política na Guarda e não conseguimos um consenso? O Deputado Henrique Monteiro, eu dou-lhe a minha palavra de honra. Mas sinceramente, senhora Presidente, eu estou disponível, se for caso disso, de aqui até à próxima Assembleia Municipal, se os senhores se sentarem com a senhora Vereadora e concluirmos que não é a escola (a), é a escola (b). Não vamos fechar escola nenhuma. Eu sou contra o encerramento das escolas. Enquanto eu aqui estiver não fecha escola nenhuma. Temos gasto quase um milhão de euros a requalificar escolas, meu Deus! A Carta Educativa é um farol para o Ministério da Educação saber o que nós pensamos em função de umas perspetivas. Qual é a perspetiva, na Guarda? O Partido Comunista e o Bloco de Esquerda abstêm-se disto. O Partido Socialista abstêm-se disto. O CDS é contra porque é contra. E nós votamos a favor porque, enfim, espero eu, por convicção. É esta a Carta Educativa que eu quero para a Guarda? Não quero. Não quero a Carta Educativa. Não quero e ninguém me obriga. Por isso, senhora Vereadora, senhor Deputado Henrique Monteiro, o senhor que é profissional da arte, e bem, deve saber muito disto, por favor, em nome da Guarda. Não é por mim. A carta Educativa é aprovada, siga. Lá está o farol, posso fazer tudo por uma larga maioria, com abstenções, só dois votos contra. Eu não sou assim. Eu luto por um pacto importante da política educativa que faz tremer. Faz-nos tremer. Desde 2006 e 2007 até agora, faz-me tremer. Tudo isso. Estamos a investir. Eu não tinha que investir quase um milhão de euros nas escolas. Eu contei-vos a história das crianças. É uma história que me tocou, na minha vida. Numa capital de Distrito! Mas não vejam nisto... eu tenho larga experiência disso, confesso, do que fiz e do que discuti, sem ser especialista da matéria. Não é possível, na Guarda, nós chegarmos a um acordo sobre qual é a melhor perspetiva do sistema educativo? Minha Nossa Senhora! Eu acho que é. Por isso, senhora Presidente, se for necessário lhe pedirei numa próxima Assembleia Municipal, desde que, até lá... a senhora Vereadora estará disponível, voltaremos a discutir no Conselho Municipal de Educação... sei lá! Se nós não chegarmos a acordo... mas não olhem para o bairro, não olhem para a questão de vão fechar escolas, malandros que fecham escolas... bem, não olhemos para isso. Olhemos para aquilo que é melhor para a nossa comunidade educativa; para as nossas crianças, onde é que estão, quais são as melhores condições; o que é que devemos requalificar, que escolas e em que circunstâncias. Custará assim muito? Não custa nada. Então, mas não foi este trabalho que andamos a fazer há três anos? E chegamos aos políticos e ficamos assim? Vêm como a mim não... agradeço-vos muito o voto favorável, convicto, solidário, mas compreendam. Compreendam. E seguimos o

caminho. Mas eu acho que era importante que nós pudéssemos discutir, então, mais! Vamos discutir mais. Eu não tenho prazo, ou melhor, preciso... a Guarda precisa, não sou eu rigorosamente. Mas estou e estamos totalmente disponíveis se for preciso tocar li, tocar acolá. E atenção, eu não quero levantar a bandeira: olhe, foi aprovado por unanimidade e, por isso, a partir daqui o Ministro da Educação vai olhar para nós, sim senhor, é fantástico. Não é nada disso. É uma questão de darmos esse bom exemplo. Se estiverem disponíveis, olhem, eu também estou. Se não estivermos disponíveis, siga a banda. E obrigado pelo apoio. Mas, muito do que eu disse, caiu. Não foi em saco roto, felizmente, mas caiu. Não sei por que razões! Porque, isto há escolas que nós defendemos, uns ou outros? Não há. Nem desta Bancada, nem daquela, nem daquela. Tenho a certeza disso. Então, o que é que falta para nos mobilizarmos à volta de uma Carta Educativa? O que é que falta? Acho que nada. Ou melhor, vamos dar lá o tempo. Ano novo... pode ser pensamento novo porque, para mim, se chegarem à conclusão, e o Conselho Municipal de Educação, que nós não devemos amanhã... eu já vos disse, tomáramos nós não termos necessidade de amanhã trazer alunos da escola do bairro (a) para outra do bairro (b). Nós queremos é trazer outras, de outros lados, para cá. Minha Nossa Senhora. Nós precisamos de requalificar o parque escolar para sermos mais competitivos porque, neste momento, não somos. Levamos, dez a zero, nalguns casos, Meu Deus me acuda! Tenham consciência disto. Já mandou fazer o projeto? Os senhores sabem que há uma escola... qual é a escola senhora Professora? Santa Clara. Os senhores sabem, e eu já disse, o projeto, eu pago o que for preciso. Há crianças... com que idade, senhora professora? Não podem ter educação física, ou melhor, podem ter, mas não podem tomar banho porque não há água quente. Na Guarda! Isto é um Município atrativo para trazeremos as outras? Por amor de Deus! Senhor Vereador Sérgio e senhora Vereadora Lucília, empenhe os seus cabelos para resolver isto às crianças. Eu não estou a ser demagógico, é verdade. Nós não nos unimos com isto? Obrigado, senhora Presidente. Peço-lhe desculpa. Agradeço-lhe mesmo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Eu só queria perguntar. Posto isto, mantemos o ponto?” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Mantemos. Está votado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está votado. Pronto. Muito bem. Está votado...”

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Reflitam cá até Fevereiro. Têm aqui a senhora Vereadora. Se a senhora Vereadora me transmitir que chegam cá Assembleia Municipal e votamos todos unanimemente, porque chegámos a um acordo, volta cá. Se não, acabou a história aqui. Acho que é correto assim, não é?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas mantemos então o ponto e fica aprovado.”

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Claro. Mantemos a votação, está feita. O meu desabafo é minha disponibilidade. Se conseguirmos, volta cá. Se não conseguirmos, deixem estar. Já basta assim.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Só para clarificar. O ponto mantém-se. Está aprovado. Mas pode ser sujeito a revisão e é revisto e pode vir novamente à Assembleia em fevereiro. É isso? Pode ser sujeito a revisão. Qualquer alteração é possível, desde que haja contributo dos grupos Parlamentares.” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Vou ver se consigo ser mais claro. Está votado. Está certo? A Carta Educativa está aprovada. O que eu disse no meu desabafo, senhora Presidente,

é da minha disponibilidade pessoal, política e desta senhora de, daqui até fevereiro, até à próxima Assembleia Municipal, se quiser o senhor Deputado do CDS reunir com a senhora Vereadora e dizer: olhe, nós concordamos se for assim. A senhora Vereadora tem que falar com a equipa e falar comigo. Se os senhores do Partido Socialista indicarem alguém, se o Bloco de Esquerda e a CDU indicarem alguém e falarem com a senhora Vereadora. Se a senhora Vereadora depois falar com a equipa que fez isto, falar com o Conselho Municipal de Educação e chegarmos todos a acordo, eu pedirei à senhora Presidente da Assembleia que agende, para a próxima Assembleia, uma nova discussão ou alteração. Se não chegarmos a acordo porque afinal de contas não é... então não volta cá e está votado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Fica como está. Muito bem, está esclarecido. Passemos então finalmente ao último ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

Ponto 2.15 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não sei se o senhor Presidente quer intervir sobre este ponto? Não? Muito bem. Alguém quer intervir? Sobre este ponto? O senhor Deputado Matias Coelho. Faz favor.” -----

- **Deputado Messias Coelho (PS):** “Eu vou ser breve porque, realmente, a hora já vai muito adiantada. Mas não queria deixar de aproveitar a oportunidade para falar sobre este ponto onde faz referência à recuperação das áreas ardidas e eu queria só dizer o seguinte. Nós, há ano e meio, fomos assolados por um grande incêndio na zona da Vela e a Câmara recuperou taludes, mas faltou, enfim, a coisa mais simples e mais barata que é a colocação, a substituição das placas e dos rails. É perigoso para quem não conhece a estrada e nomeadamente é uma zona de bastante nevoeiro e, portanto, fazer aquela estrada sem placas, porque as placas estão queimadas, portanto, os sinais não se vêem, não existem, como dá uma imagem de desleixo, a quem nos visita, entrar por aquela estrada e ver aquelas placas naquele estado. Penso que é inadmissível e eu pedia à Câmara que substituísse essas placas, uma vez que telefonei para o IP disseram-me que, realmente, já não era nada com as Infraestruturas de Portugal, mas era com a Câmara. Portanto, este era um ponto. O outro que eu não queria intervir, mas esperei pela realização da feira, enfim, quinzenal, que segundo as notícias vão passar a ser no terceiro domingo de cada mês. Se é verdade, ou não, gostaria de saber disso no sentido do seguinte. Nada tenho contra a realização desse certame, mas sou contra que esta feira bloqueie aquele quarteirão que diz respeito à rua Batalha Reis, Soeiro Viegas e à Vasco Borges. Isto porquê? É uma zona que tem no centro histórico, no centro da Guarda, é das zonas com mais densidade populacional. Vive ali muita gente. Aquelas ruas, estando bloqueadas, não só impede que as pessoas saiam com os carros, como não podem entrar com os carros. Em segundo lugar, o que é mais grave e é isto o meu alerta e sinceramente nunca aconteceu e espero que não aconteça é que, se houver um incêndio, como houve no centro histórico com um restaurante que está junto à... o Belo Horizonte, imaginem que aquelas ruas estavam bloqueadas pela feira? O que é que seria? Como é que se combate um incêndio destes? Aqui, na mesma. Se houver um incêndio nestas três ruas, não há qualquer hipótese dos bombeiros entrarem. Segundo, se houver um acometimento de forma súbita na saúde, um doente, uma pessoa qualquer, qualquer um de nós que viva lá e que, se estiver sujeito a um ataque cardíaco, eu quero ver como é que entra o INEM ou os bombeiros para acudir a essa situação. Não aconteceu e espero que não aconteça. Porque se acontecer, alguém vai ser responsável. O responsável é quem bloqueia estas ruas. E,

como sugestão, eu sugeria à Câmara que deslocizasse e libertasse estas três ruas e colocasse os feirantes, por exemplo, na rua de trás do quiosque o Moinho; à volta aqui da Câmara, nestas duas ruas aqui, praticamente não vive ninguém; no Largo dos Correios que também não vive quase ninguém e no Largo por trás do Antigo Cinema, também não vive ninguém. Era até mais central e deixava essas zonas habitacionais livres para as pessoas usufruírem das suas residências. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Presidente?” -----

- **Álvaro Amaro, Presidente da Câmara:** “Eu não queria, mas é só para deixar aqui um esclarecimento aqui ao senhor Deputado. Bom, quanto à questão das placas da EN 18, tem toda a razão. Está o procedimento a decorrer porque fizemos agora a candidatura. Como eu disse, na altura, perante os Membros do Governo, eu disse que, em nome da segurança, nós íamos bancar o dinheirinho. Mas nem que eu esperasse até sei lá quando, haviam de pagar. Parece que, finalmente, a coisa está a caminho. Mas nós já o gastámos, só Deus sabe se, com isso, não evitávamos estas coisas que nos preocupam a todos. Mas pronto, fizemo-lo em consciência. A candidatura está feita, o procedimento está a decorrer. As coisas, não é por nossa culpa porque eu não podia fazê-lo mais e, por isso, dentro em breve, dentro em breve não sei, alguns meses, certamente, isto estará concluído. É assim? Muito bem. Quanto à questão da feira, andamos na experimentação. Por isso, como eu tive oportunidade de dizer, no domingo de manhã, imagina que ouvi aplausos, ouvi críticas, o que é normal, por isso é que passei, de manhã, pela feira como é meu dever e até ouvi um feirante dizer, a criticar muito no lugar onde estava, mas disse-me: olhe que eu sou muito seu amigo, eu até pus no facebook que lhe estava a vender umas meias para a caça, está a ver? Também ouvi isso. De maneira que, estamos na chamada... algum experimentalismo. Quer dizer, eu sempre disse que esta é uma ideia e, atenção, se isto não resultar, eu meto a violinha no saco, com a maior das tranquilidades. Mesmo que depois digam que foi... coisa e tal. Eu fui perguntando àqueles que não gostavam do lugar, eu disse: então pronto, acabamos com isto lá ao domingo, a experiência não resultou, vai tudo lá para baixo, outra vez, à quarta-feira. E eles disseram: não, não, isso nem pensar. Mau. Então, vamos ver se nos entendemos. Claro que a gente já sabe muito bem como é que é, uns querem, querem todos o melhor dos mundos, como a gente sabe disso e eu compreendo. Mas não é possível. Ou nem sempre é possível. Depois, na questão das ruas. Olhe, eu vou-lhe dizer uma das ruas que mal cheguei à Câmara, depois de ter dado a volta, houve uns feirantes que chegaram ao pé de mim e me disseram assim: os nossos colegas tiveram que ir embora... porque era da rua abaixo do... (são muitas horas mesmo, ó senhora Presidente, isto foi uma coisa dura)... atrás do Tribunal. E eu disse ao Vereador Sérgio Costa, eu estou de acordo com eles. Por acaso acho que a rua atrás do Tribunal já fica deslocada e o pessoal quer estar onde a gente mais facilmente compra. Essa aí, porventura, na próxima edição, se houver outra solução, já pode não estar lá. Eu próprio também discordo. Essas que o meu amigo diz, bom, acho que é difícil tirá-las de tão centrais que elas são. Agora, se o meu amigo me diz assim: é pá, está bem, mas depois se acontece... A uma dada altura, alguém me dizia numa rua: olhe, e se acontecer um problema qualquer... Ai não, eu cheguei aqui, logo de manhã bem cedo, e barafustei porque eu nem podia entrar com o carro para a garagem nem pela entrada, nem pela saída. Estava bloqueada. E eu barafustei mesmo, não foi? Barafustei mesmo. Eu barafustei, está a ver? Por maioria de razão, todos têm que barafustar se tiverem as suas entradas tapadas. Era o que faltava, não pode ser. Não pode ser. Eu já estranho um bocadinho e acho que, com o tempo, a coisa vai lá. Que parte da economia da Guarda, ao domingo, não queira aquilo. Claro que uma senhora feirante me disse: ó Presidente, porque é que pôs esta coisa, eu detesto trabalhar ao domingo. E eu disse: eu

também, eu ainda cá estou por dever do ofício, a senhora ninguém a obriga, vem cá para ganhar a massita. Por isso, também ninguém a obriga a vir cá. De modo que, há aqui um conjunto de circunstâncias que eu não estou totalmente seguro. Sinceramente e, por isso, em relação à questão das ruas, é uma questão de ver. Agora, há um princípio. Ninguém pode estar a tapar as entradas ou do comércio, ou das casas, ou do que quer que seja. Só que isto exige, de facto, um grande esforço. Eu ali à nossa querida Chefe de Divisão, que é uma mulher sem sono, não sei se há mais alguns, pelo menos agora nestes primeiros meses, porque de facto é um trabalho muito forçado. Das coisas mais incríveis, uns diziam-me: os de fora têm que pagar mais do que os feirantes de cá. E eu disse: oh diabo, isso não pode ser, têm que pagar igual. Mas, então, nós temos que ter a preferência pelos lugares. E eu disse, baixinho: aí talvez já concorde um bocadinho, mesmo que não sejam de cá, pelo menos aqueles que, de quinze, em quinze dias, faziam o mercado. Aqui a idade pode ser um posto, passo a expressão. A idade aqui acho que deve valer. Mas depois é quais os melhores. Eu ouvi pessoas a dizer que aqueles lugares, na rua em frente à BMEL, em frente à biblioteca, a disputarem aquilo a dizer: isto é uma porcaria, puseram-nos aqui ao pé do hospital a ver se a gente adoece e vamos logo para o hospital. Eu, na minha santa ignorância, que não é assim tanta, devo confessar, nessa matéria, que eu acho que aquela rua é bestial. Mas não sei se é. Mas eles dizem que não. Claro que, a acontecer a tudo isto, no início, até eu ter chegado, mal eu cheguei o vento parou, está a ver? Porque eu tenho aquele pacto com Deus e tal... mas, até eu chegar, era um vendaval de primeira e aquilo andava mal porque até fugimos ali, a uma dada altura... uma em frente ao Jardim José de Lemos que ia voando. Depois a coisa lá se resolveu porque eu cheguei. Um bocadito de presunção a mais. Agora vamos ver lá o 31, a ver se a coisa se resolve... andamos a trabalhar para isso mas ainda não tenho resposta. De maneira que, nós vamos ver essa questão das ruas. Agora, sinceramente, não pode ser, e termino senhora Presidente, não pode ser... o que eu nunca equacionarei é não podermos tapar a rua ou não sei quê porque... e eu respondi isso a alguém: olhe, e se houver qualquer coisa e tivermos que fechar... disseram-me, alguém da segurança. E eu disse: ó homem, se houver um problema de ambulância, vai ferros, vai tudo no ar, homem. Vai lá a tenda do feirante, é igual. Agora o se... vai aquilo tudo no ar ponto. Agora, se a gente tem que pensar que não podemos pôr aqui, não podemos pôr aqui porque se, se e se... se alguém tiver responsabilidade, olhe, aqui o tem. Se houver algum problema eu sou o responsável. Ponto final. O que é que eu hei de fazer? Agora, eu não vou dar orientações, mesmo que não seja, sou. Mesmo que não seja, sou. Agora, não há de acontecer nada, se Deus quiser. Agora, que diabo! Se a gente estiver a pensar em tudo, então vai ser difícil fazer a feira no centro da cidade. Vai ser muito difícil. Mas, de qualquer maneira, eu agradeço... claro, claro isso sempre. Por isso, eu agradeço-lhe a sugestão. Vamos tentar minimizar e ver o que é que isto dá. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Finalmente terminámos. Eu peço que não saiam, por favor, porque temos que aprovar em minuta as deliberações e, senão, não temos quórum. Coloco à votação, então, as deliberações da última Assembleia. Alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade. Antes de sair, só desejar umas Boas Festas para todos e um Bom Natal e um Bom Ano e que 2019 seja bom para todos nós.” -----

